

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE DOUTORADO EM ENFERMAGEM
NÚCLEO DE PESQUISA DE HISTÓRIA DA ENFERMAGEM BRASILEIRA

AGENTES ENVOLVIDOS NA MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS DO
HOSPITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO
BRASILEIRO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: IMPLICAÇÕES PARA A
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE (1990-1997)

LILIAN DIAS ENNES

Rio de Janeiro
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE DOUTORADO EM ENFERMAGEM
NÚCLEO DE PESQUISA DE HISTÓRIA DA ENFERMAGEM BRASILEIRA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Enfermagem.

Orientador: Prof. Dr. Antonio José de Almeida Filho

Rio de Janeiro
2024

CIP - Catalogação na Publicação

D59a DIAS ENNES, LILIAN
Agentes envolvidos na manutenção do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência: Implicações para a educação profissional em saúde (1990-1997) / LILIAN DIAS ENNES. -- Rio de Janeiro, 2024.
177 f.

Orientador: ANTONIO JOSE ALMEIDA FILHO.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Anna Nery, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, 2024.

1. HISTÓRIA DA ENFERMAGEM. 2. EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE. 3. ENFERMAGEM. I. ALMEIDA FILHO, ANTONIO JOSE, orient. II. Título.

Agentes envolvidos na manutenção do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência: Implicações para a educação profissional em saúde (1990-1997)

Lilian Dias Ennes
Prof. Dr. Antonio José de Almeida Filho

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Enfermagem.

Aprovada em ____ de _____ de 2024, por:
Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio José de Almeida Filho (EEAN/UFRJ)
Presidente

Prof.^a Dra. Fabíola Lisboa da Silveira Fortes (UFJF)
Primeira Examinadora

Prof. Dra Mercedes Neto (UERJ)
Segunda Examinadora

Prof. Dr. Gilberto Tadeu Reis da Silva (UFBA)
Terceiro Examinador

Prof.^a Dra. Camila Pureza Guimarães da Silva (EEAN/UFRJ)
Quarta Examinadora

Prof.^a Dra. Tânia Cristina Franco Santos (EEAN/UFRJ)
Suplente

Prof.^a Dra. Fernanda Batista Oliveira Santos (UFMG)
Suplente

Rio de Janeiro
2024

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Helena (*in memoriam*), e ao meu pai, Antonio (*in memoriam*), minhas maiores motivações para estudar. Sempre foi por eles.

Aos meus irmãos, Leandro e Rosi Meri, a melhor herança que recebi dos meus pais.

Ao meu marido, Paulo, companheiro de longa jornada, pelo incentivo e apoio em todos os momentos.

À minha cunhada, Christiane, pelo apoio, e aos meus sobrinhos, Matheus e Letícia, pelo amor infinito.

Ao Professor Celso do Nascimento Faustino (*in memoriam*), a minha maior admiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo nosso reencontro, já que muitas emoções foram vividas durante este estudo, realizado em grande parte durante a pandemia do novo coronavírus.

Ao Professor Dr. Antonio José de Almeida Filho, por reunir as principais características que admiro em um professor: a incessante busca pelo saber, o cuidado e o respeito com o outro, a preocupação em fazer o melhor e sempre acreditar que é possível, mesmo nas situações mais adversas.

Ao Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira, por me permitir expor a minha primeira motivação em realizar esta pesquisa e por me fazerem conhecer a história da enfermagem brasileira. Agradeço também a todos os professores e demais integrantes desse núcleo, que contribuíram de forma direta ou indireta para a conclusão deste Doutorado.

Aos professores do Curso de Doutorado da EEAN/UFRJ, que tão brilhantemente contribuíram para o meu conhecimento geral e, em especial, pelo desvelar da história da enfermagem brasileira.

Aos membros da Banca Examinadora, pela disponibilidade e valorosas contribuições em todas as etapas desta pesquisa.

À Coordenação Geral de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem Anna Nery, pelo apoio e resoluções às necessidades acadêmicas.

Às funcionárias da Secretaria Acadêmica Programa de Pós-Graduação, pela disponibilidade e celeridade em atender às nossas demandas.

À Maria de Fátima, do Comitê de Ética em Pesquisa, pela competência técnica e boa vontade de ajudar aos outros foi surpreendente.

Aos participantes da pesquisa, pela satisfação demonstrada em lembrar suas ricas memórias, pois, sem eles, este estudo não teria sido possível.

À Hercília Regina, por um dia ter dito que eu a inspirei! Neste Doutorado, você foi a minha inspiração.

À doce Patrícia, aquela que todos querem por perto. Generosa, atenciosa, educada, ética e gentil. Gratidão pela parceria em todos os momentos. Espero poder retribuir tanta dedicação e prontidão.

À minha sogra, Maria Assini Ennes, ao meu sogro, Geraldo Ennes, e a toda sua família, que é minha também, pelo amor e carinho a mim demonstrados.

À amiga Maria das Graças, por ter me apresentado a UPAS. E à amiga Neiva, a mais amorosa de todas.

À amada Laís Coelho, pelo apoio logo nas primeiras buscas pelas fontes diretas e por trazer sua mãe, Isabela Coelho, que me acolheu e auxiliou com tamanha prontidão.

Aos enfermeiros José Ronaldo, Flávia e Patrícia, e aos Auxiliares de Enfermagem Lourdes, Ângela, David, Alexandre, Luana, Nelson e Renata, pelo incentivo e por compreenderem a minha ausência do Ambulatório de Urologia do Hospital Federal Cardoso Fontes, durante a licença para conclusão deste estudo.

Às amigas enfermeiras e parceiras, Maria de Fátima, Aline Caroline, Cleyde Bie, Rosimeiri, Raquel e Symone, pelo estímulo incondicional em todos os momentos; não faltou amor.

Às enfermeiras Maria Fernanda, Viviam e Sheila Baroni, minhas chefes e importantes incentivadoras, imprescindíveis neste processo.

À diretora da ETESHJS/FAETEC, Vanja Guedes, pela permissão e colaboração com o estudo.

À professora Sandra Oliveira e Hélio Apóstolo, pela parceria na gestão da ETESHJS (2007-2010). Gratidão à Jussara Mendonça, Elizete Pinto, Regina Coelho (*in memoriam*). Conteí com os melhores!

À secretária escolar da ETESHJS, Ângela Reis, e às administrativas, Simone de Carvalho, Patrícia Ribeiro e Ana Cruz, pela presteza em atender às minhas demandas e carinho demonstrado.

À querida Isabella Gaze, coordenadora do Centro de Memória da FAETEC e equipe, pelo apoio e disponibilidade demonstrados.

A todos os professores de enfermagem da ETESHJS. Que prazer saber que, juntos, participamos da construção da história dos Cursos de Auxiliar e de Técnico de Enfermagem dessa Escola.

À Professora Nair Adriano, por ter me recebido na UPAS e se tornado minha eterna coordenadora técnica de enfermagem. Aprendi muito com você!

À ex-diretora Léa Simone de Carvalho, pela continuidade do trabalho do Professor Celso Faustino de modo brilhante. Quanto entusiasmo cabem em uma só pessoa!!

Aos ex-diretores Mônica Souza, Teresa Vasquez e Henrique Carvalho, pela dedicação e compromisso com a educação profissional em saúde e com os trabalhadores da ETESHJS.

Deixo um agradecimento especial a todos profissionais da ETESHJS que deram continuidade ao trabalho iniciado pelo Professor Celso Faustino, como os coordenadores de cursos, professores, instrutores, supervisores e orientadores educacionais, além do corpo administrativo, limpeza, manutenção e merenda.

Agentes envolvidos na manutenção do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência: Implicações para a educação profissional em saúde (1990-1997)

Resumo: Trata-se de uma Tese de Doutorado cujo objeto foi pautado nos efeitos simbólicos das estratégias empreendidas pelos agentes da saúde e educação para a manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente.

Objetivos: Descrever as circunstâncias sociais, políticas e institucionais que influenciaram no fechamento do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor; Analisar as estratégias de luta empreendidas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem ofertado pelo Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente; e Discutir os efeitos simbólicos das estratégias empreendidas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem. **Metodologia:** Pesquisa socio-histórica. As fontes diretas incluíram leis, decretos, portarias, pareceres, ofícios, diários oficiais e a *Revista Brasil Jovem*. As fontes orais foram produzidas mediante a abordagem de História Oral Temática. As fontes indiretas foram obtidas através do Lilacs, Medline, SciELO e BVS Enfermagem, além de pesquisas no site do Arquivo Nacional e Hemeroteca Digital Brasileira. A análise dos dados e a discussão foram iluminadas pelos conceitos da Teoria do Mundo Social, de Pierre Bourdieu.

Resultados: Importantes acontecimentos ocorridos no mundo e no Brasil na década de 1990 influenciaram diretamente nas mudanças sociais, políticas e institucionais que levaram à extinção da FUNABEM e, conseqüentemente, ao fechamento do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos (CEDEP), como a promulgação da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990. Houve a alteração da denominação da FUNABEM para Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (FCBIA) e a reorganização da estrutura e funcionamento do Hospital e do Centro de Estudos em que cursos de qualificação profissional da área da saúde eram ofertados, entre eles, o de Auxiliar de Enfermagem. **Considerações Finais:** As estratégias empreendidas pelos profissionais da saúde e da educação, ao resistirem à manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem e demais cursos do campo da saúde, culminaram na criação e no fortalecimento da Unidade Profissionalizante da Área da Saúde (UPAS). Paralelo a isso, ocorria a reestruturação do Centro Piloto de Quintino para a implantação do Centro de Educação Integral, projeto da educadora Nilda Teves Ferreira. Com isso, foram percebidos importantes ganhos materiais e simbólicos para a população tanto para o coletivo social, quanto para a política de educação profissional.

Descritores: Enfermagem, História da enfermagem, Educação profissionalizante.

Agents involved in maintaining the Study Center of the Children and Adolescent Hospital of the Brazilian Center for Childhood and Adolescent Foundation: Implications for professional health education (1990-1997)

Abstract: This is a doctoral thesis whose object was based on the symbolic effects of the strategies undertaken by health and education agents to maintain the Nursing Assistant Course at the Study Center of the Hospital for Children and Adolescents. **Objectives:** To describe the social, political and institutional circumstances that influenced the closure of the Study Center of the Child and Adolescent Hospital of the National Foundation for the Welfare of Minors; Analyze the fighting strategies undertaken by health and education agents to maintain the Nursing Assistant Course offered by the Children and Adolescent Hospital Study Center and Discuss the symbolic effects of the strategies undertaken by health and education agents to maintenance of the Nursing Assistant Course. **Methodology:** Socio-historical research. Direct sources included laws, decrees, ordinances, opinions, letters, official journals and Revista Brasil Jovem. The oral sources were produced using the Thematic Oral History approach. The indirect sources were through Lilacs, Medline, SciELO and BVS Enfermagem, in addition to research on the National Archives website and Brazilian digital newspaper library. Data analysis and discussion were illuminated by the concepts of Pierre Bourdieu's Theory of the Social World. **Results:** Important events that occurred in the world and in Brazil in the 1990s directly influenced the social, political and institutional changes that led to the extinction of FUNABEM and, consequently, the closure of the Center for Studies and Development of Personnel Milton Campos (CEDEP), such as promulgation of Law n° 8.029 of April 12, 1990. There was a change in the name of FUNABEM to Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (FCBIA) and the reorganization of the structure and functioning of the Hospital and the Study Center in which professional qualification courses in the health area were offered, including Nursing Assistant. **Final Considerations:** The strategies undertaken by health and education professionals in resisting the maintenance of the Nursing Assistant Course and other courses in the health field, culminated in the creation and strengthening of the Health Area Professional Unit (UPAS). Parallel to this, the Quintino Pilot Center was being restructured to implement the Integral Education Center, a project by educator Nilda Teves Ferreira. As a result, important material and symbolic gains were realized for the population, both for the social collective and for professional education policy.

Descriptors: nursing, history of nursing, professional education.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Imagem de satélite do Centro Piloto de Quintino	22
Imagem 2: Hospital da Criança e do Adolescente.....	35
Imagem 3: Escola Premonitória Quinze de Novembro	47
Imagem 4: Os menores e a Doutrina de Segurança Nacional	50
Imagem 5: Contracapa da Revista Brasil Jovem	53
Imagem 6: Ambulância do SAM.....	60
Imagem 7: Carteira de identificação da discente	66
Imagem 8: Convite da cerimônia de formatura do Curso de Auxiliar de Enfermagem.....	67
Imagem 9: Foto da celebração de uma missa durante a cerimônia de formatura do Curso de Auxiliar de Enfermagem, 1992	69
Imagem 10: Visita do Governador Leonel de Moura Brizola ao Centro Piloto de Quintino...	88
Imagem 11: Slogan da FCBIA na década de 1990.....	101
Imagem 12: De HCA à UPAS	102
Imagem 13: Nilda Teves no Palácio Guanabara	106
Imagem 14: Complexo esportivo do CEI.....	126
Imagem 15: Escola de Hotelaria do CEI	127
Imagem 16: Laboratório de Enfermagem da Escola Técnica Estadual República.....	128
Imagem 17: Imagem de reportagem jornalística sobre Nilda Teves Ferreira	139
Infográfico I: De Hospital Central do SAM, Hospital Central da FUNABEM ao Hospital da Criança e Do Adolescente (1948-1995)	59
Infográfico II: A Reestruturação do Centro Piloto de Quintino	122
Infográfico III: A Reorganização da Unidade Profissionalizante da Área da Saúde (UPAS)	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fontes diretas escritas.....	28
Quadro 2: Fonte diretas (Participantes).....	32
Quadro 3: Distribuição por enfermaria, especialidade médica, faixa etária e localização.	61
Quadro 4: Categorias profissionais atuantes no Hospital Central da FUNABEM:.....	62
Quadro 5: Docentes do Curso de Auxiliar de Enfermagem	67
Quadro 6: Docentes Homenageados na cerimônia de Formatura	68

SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALERJ	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
CEDEP	Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CIAC	Centro Integrado de Apoio à Criança
CIEP	Centros Integrados de Educação Pública
CIPLAN	Comissão Interministerial de Planejamento
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
COFEN	Conselho Federal de Enfermagem
COGEAP Adolescente	Coordenadoria Geral de Ações Específicas de Proteção à Criança e ao Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONEN	Conselho Estadual de Entorpecentes
CRI	Centro de Recepção Integrada
CRIAM	Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor
DAS	Direção e Assessoramento Superiores
DIBRARQ	Diretório Brasil de Arquivos
DNS	Doutrina de Segurança Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEAN	Escola de Enfermagem Anna Nery
ESG	Escola Superior de Guerra
ETESHJS	Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FCBIA	Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FESP/RJ	Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz

FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
HCA	Hospital da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
IPQN	Instituto Profissional Quinze de Novembro
LBV	Legião da Boa Vontade
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAS	Ministério de Ação Social
MEC	Ministério da Educação
MJNI	Ministério da Justiça e Negócios Interiores
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MS	Ministério da Saúde
MTPS	Ministério do Trabalho e da Previdência Social
NUCLEP/NUCLEBRAS	Equipamentos Pesados Sociedade Anônima
NUT	Núcleo Terapêutico Atenção ao Adolescente Usuário de Drogas
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-americana de Saúde
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEE	Programa Especial de Educação
PFLE	Projeto de Formação em Larga Escala
PNBEM	Política Nacional de Bem-Estar do Menor
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROFAE	Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem
PSDB	Partido Social da Democracia Brasileira
RIOCOP	Companhia Municipal de Conservação e Obras Públicas
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SECT	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPAS	Unidade Profissionalizante da Área da Saúde
CEPERJ	Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	16
1.1 Considerações iniciais	16
1.2 Apresentação do problema	18
1.3 Objetivos	23
1.4 Justificativa e relevância do estudo	23
1.5 Contribuições potenciais do estudo	24
II REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	25
2.1 Os conceitos teóricos	25
2.2 Operacionalização da pesquisa	26
2.3 Fontes diretas	28
2.3.1 Procedimento para coleta das fontes diretas orais.....	31
2.4 Análise dos dados	32
2.4.1 Análise das fontes escritas	32
2.4.2 Análise das fontes orais.....	33
2.5 Fontes indiretas	34
2.6 Critérios de inclusão e exclusão	34
2.6.1 Critérios de inclusão e exclusão das fontes textuais	34
2.7 Cenário	34
2.8 Aspectos éticos	36
CAPÍTULO I: AS CIRCUNSTÂNCIAS SOCIAIS, POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS QUE INFLUENCIARAM NO FECHAMENTO DO CENTRO DE ESTUDOS DO HOSPITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	38
1.1 Antecedentes históricos	38
1.1.1 A situação social do menor de idade no mundo.....	38
1.1.2 A situação social do menor no Brasil.....	43
1.1.3 De Hospital Central do Serviço de Assistência a Menores (SAM) ao Hospital Central da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)	55
1.1.3.1 <i>O Hospital Central do SAM</i>	55
1.1.3.2 <i>O Hospital Central da FUNABEM</i>	60
1.1.3.3 <i>O Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos (CEDEP)</i>	63

1.1.4 De Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor à Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência	70
1.1.5 As reformulações da educação na década de 1990	76
CAPÍTULO II: AS ESTRATÉGIAS DE LUTA EMPREENDIDAS PELOS AGENTES DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DO CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO CENTRO DE ESTUDOS DO HOSPITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	82
2.1 A Educação Profissional no Estado do Rio de Janeiro.....	82
2.2 A reestruturação do Centro Piloto de Quintino com a implantação do Centro de Educação Integral diante das novas metas educacionais de Nilda Teves Ferreira	115
III. CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
APÊNDICES	161
ANEXOS	170

I INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

A educação sempre foi uma tônica na minha trajetória profissional, do curso de Formação de Professores à primeira opção de graduação, Pedagogia, em 1986, que não se concretizou porque descobri a Enfermagem e optei por cursá-la na Universidade Gama Filho, em 1987. O curso, à época, proporcionou-me os títulos de Licenciatura e de Bacharel em Enfermagem na mesma graduação.

Meu primeiro vínculo empregatício na educação foi no ensino fundamental, na Escola Estadual Boa Esperança, no município de Paracambi, minha terra natal. O segundo, e foco deste estudo, foi na educação profissional de Enfermagem, iniciada em 1997, como docente do Curso de Auxiliar de Enfermagem da Unidade Profissionalizante da Área da Saúde (UPAS). Era uma escola pública, localizada no Centro Piloto de Quintino Bocaiúva, no Rio de Janeiro, que comportava diferentes cursos de níveis fundamental e médio voltados para a área da saúde, como o Curso de Auxiliar de Enfermagem e aqueles “herdados” do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente (HCA), instituição que substituiu a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM).

Ainda em 1997, realizei minha primeira pós-graduação, em Prevenção e controle das infecções hospitalares, pela Universidade Gama Filho. Nessa época, eu era uma das enfermeiras do Serviço de Educação Continuada de um hospital público federal, e as solicitações de treinamentos com temáticas que envolvessem a manipulação com fluidos corpóreos e a prevenção de acidentes com material biológico eram uma constante. Por isso, decidi investigá-los.

Nos anos 2000, a UPAS, subordinada à Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), através de seu corpo docente e administrativo, candidatou-se e foi aprovada para participar do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE) pelo Ministério da Saúde (MS). Participei como coordenadora local e tive uma experiência singular na minha carreira. Em virtude disto, fomos agraciados com uma pós-graduação, intitulada “Educação profissional na área da saúde: enfermagem”, pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Assim, nesse mesmo ano, tive minha primeira vinculação com a Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), ao ingressar no Mestrado e defender, em 2002, a dissertação com título *O*

uso, desuso ou uso inadequado dos equipamentos de proteção individual pela equipe de enfermagem na prevenção dos riscos com material biológico.

Em 2004, a UPAS se tornou a Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza e, em 2007, ocorre o primeiro pleito eleitoral da FAETEC para escolha dos diretores da rede. Assim, me candidatei, ganhei e fui a primeira diretora eleita (e reeleita) pela comunidade Escolar (2007-2010). Os vice-diretores foram Sandra Regina Oliveira e Hélio Apóstolo.

Pela minha vivência profissional, em 2012 fui indicada pela Vice-Presidência Educacional da FAETEC para realizar uma pós-graduação em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Já em 2014, fui selecionada, dentre outros docentes, pela Diretoria de Desenvolvimento Educacional da FAETEC, para cursar uma pós-graduação em Administração Pública pela Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ).

Em 2017, participei do 69º Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Florianópolis, Santa Catarina, onde reencontrei antigos colegas de trabalho, em especial, a Professora Dra. Geilsa Soraia Cavalcanti Valente, da Universidade Federal Fluminense, que me fez considerar a possibilidade ingressar em um Doutorado.

No ano seguinte, aconteceu minha aproximação com os estudos da história da enfermagem, quando participei do 70º Congresso Brasileiro de Enfermagem em Curitiba, Paraná, que agregou o 6º Seminário Nacional de Diretrizes de Enfermagem na Atenção Básica em Saúde (Senabs) e o 5º Colóquio Latino-Americano de História da Enfermagem (Clahen). Neste, ao assistir os encontros propostos, despertou-me o interesse em compreender um pouco mais sobre o universo da linha de pesquisa da História da Enfermagem e, posteriormente, passei acompanhar as reuniões do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras).

Motivei-me por querer aprofundar meus conhecimentos sobre a história do Curso de Auxiliar de Enfermagem da Instituição em que trabalho, dadas as peculiares condições em que o curso foi criado, sua regulamentação, o espaço físico em que eram ministradas as aulas e a possibilidade de resgate das memórias dos docentes e discentes que lá estiveram.

Desse modo, interessei-me pelo desenvolvimento de uma pesquisa no âmbito do Curso de Doutorado para investigar os efeitos simbólicos das estratégias empreendidas pelos agentes da saúde e educação para a manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem do Centro de Estudos do HCA.

1.2 Apresentação do problema

As constantes mudanças no mundo do trabalho e a necessidade de investimento em pessoal qualificado para atuar no campo da saúde fizeram com que, ao longo da história, importantes personalidades defendessem a criação de novas categorias profissionais que atendessem a uma reivindicação social e sanitária vigente. Este foi o caso, por exemplo, da profissão do auxiliar de enfermagem, criada em 1936, pois a quantidade de enfermeiras diplomadas nesse período era insuficiente para atender a uma demanda do Hospital Samaritano, em São Paulo. Desse modo, os cuidados de enfermagem, na maioria das vezes, eram realizados por pessoas sem uma formação específica e era necessário capacitá-los, sendo esse processo, posteriormente, formalizado pela enfermeira Laís Moura Netto dos Reys, na EEAN, em 1940/1941 (BATALHA, 2008; PINHO et al., 2018).

A enfermeira Laís Netto foi aluna da primeira turma de diplomadas da EEAN (1923-1925), destacando-se pela organização do serviço de saúde pública e pela criação da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, no Estado de Minas Gerais, nos mesmos padrões da EEAN. Além disso, compreendeu a necessidade da formação de auxiliares de enfermagem tecnicamente preparados pelas diplomadas na Escola, para que não fossem absorvidos pelo mercado de trabalho sem o devido preparo ou com prática leiga incorporada a partir do cotidiano, o que já era uma realidade naqueles tempos (SANTOS, 2014).

Contudo, o curso só foi oficialmente reconhecido pela Lei nº 775, de 06 de agosto de 1949, sancionada pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e que dispõe sobre o ensino de enfermagem, distinguindo-os como cursos de enfermagem e auxiliar de enfermagem (BRASIL, 1949a; MAGRI, 2013).

Estratégias de cunho pedagógico foram sendo instituídas ao longo da trajetória da formação ou qualificação dos exercentes da prática de enfermagem. Foi o caso da Lei nº 2.367, de 07 de dezembro de 1954, promulgada pelo Presidente João Café Filho (1954-1955), que dispôs sobre o ensino volante de enfermagem, determinando que ele poderia acontecer em localidades onde não existissem escolas de enfermagem, mas que possuíssem hospitais capazes de oferecê-lo. A determinação tinha em vista a necessidade de profissionais que atendessem a uma demanda de saúde pública que enfermeiros não seriam capazes de suprir, dada a insuficiência de vagas para o nível superior, inclusive pelas dimensões das regiões brasileiras, sendo o auxiliar de enfermagem uma categoria de mais rápida formação (BRASIL, 1954; GÖTTEMS; ALVES; SENA, 2007). Além disso, a Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, regulamentou o exercício profissional da enfermagem em todo território nacional, considerando

os auxiliares de enfermagem os portadores de certificados da respectiva categoria, conferidos por escola oficial ou aprovada, nos termos da lei nº 775/49 (BRASIL, 1955).

A regulamentação do exercício profissional do auxiliar de enfermagem sobreveio pela relevância do seu labor nas frentes que lhe eram impostas, assistencial e curativa. Faltava ainda, porém, uma convergência entre a prática já estabelecida e o reconhecimento pelos padrões da legislação educacional, alcançados pela Lei nº 5.692/71, sancionada pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que, no Art. 1º, das diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, objetivou proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971; MAGRI, 2013).

As ações de mudanças conceituais em relação à saúde e à formação dos trabalhadores tiveram maior ênfase na década de 1980, sobretudo para o pessoal de nível médio e fundamental, a partir de ações governamentais. Um exemplo é a Resolução nº 15, de 11 de novembro de 1985, da Comissão Interministerial de Planejamento e Coordenação das Ações de Saúde (CIPLAN)¹, instituída pelos secretários-gerais dos ministérios da saúde, da previdência e assistência social e da educação, que aprovou o Projeto de Formação em Larga Escala (PFLE) de Pessoal de Nível Médio. Tal projeto previa a qualificação de profissionais de níveis fundamental e médio que atuassem nos serviços básicos de saúde. Essa iniciativa foi considerada uma das estratégias prioritárias na preparação de recursos humanos no âmbito das ações integradas de saúde (BRASIL, 1985).

Assim, de acordo com a Resolução CIPLAN nº 15, o sistema de formação proposto pelo PFLE agregaria o Ministério da Previdência e a Assistência Social, através do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), provocando, desse modo, uma aproximação entre os Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e da Educação com a Organização Pan-Americana da Saúde. Esse movimento permitiu que os serviços fossem reorganizados, com o intuito de reestruturar ações relevantes na integração ensino-serviço, em busca da melhoria da qualidade do atendimento à saúde através da requalificação do seu pessoal, em especial, para os recursos humanos de níveis fundamental e médio (PINHO et al., 2018).

¹ Cabe destacar que essa Resolução foi instituída pela Portaria Interministerial MS/MPAS nº 05, de 11 de março de 1980, e alterada pela Portaria interministerial nº MS/MPAS/ MEC 03, de 27 de abril de 1984 (BRASIL, 1985).

De acordo com Mathias (2011), o PFLE foi criado para atender cerca de 300 mil trabalhadores empregados nos serviços de saúde, considerados sem qualificação específica, mas desempenhando diversas funções, tanto no âmbito administrativo como nas áreas assistenciais de enfermagem, nutrição e odontologia, como destacava a Enfermeira Izabel dos Santos, Consultora da Representação da Organização Pan Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde no Brasil (1975 a 1997) e que contribuiu notoriamente para formulação de uma política de educação dos profissionais da saúde. Desse modo, buscou-se, Brasil à fora, uma integração ensino-serviço que impulsionasse uma força de trabalho descrita como desfavorecida pelos baixos salários e formada por profissionais reféns das próprias instituições em que trabalhavam, por não terem uma habilitação formal garantida.

Nesse contexto, no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1980 e 1990, destacou-se uma unidade de saúde que detinha o *modus operandi* proposto pela integração ensino-serviço-comunidade e que é o foco deste estudo. Trata-se do Hospital da Criança e do Adolescente (HCA), um hospital público de médio porte localizado na zona norte do Rio de Janeiro, estruturado nas dependências da FUNABEM e mantido sob a gestão do Governo Federal, através do Ministério da Previdência e Assistência Social. O Hospital possuía capacidade para atender 140 leitos, voltados para atendimento de diferentes especialidades médicas, como cirurgia geral, pediatria, ortopedia e traumatologia, otorrinolaringologia, ginecologia, entre outras (BRASIL JOVEM, 1971; CELESTINO, 2015).

Conforme descrito em matéria do dia 04 de fevereiro de 1990, do Jornal do Brasil, na coluna “Saúde”, página 4, o HCA realizava cursos de qualificação profissional na área da saúde para adolescentes entre 17 e 25 anos. Além disso, ofertava cursos voltados para a área da saúde através do seu Centro de Estudos, como era o caso do Curso de Auxiliar de Enfermagem, que objetivava qualificar trabalhadores desta unidade, já que a equipe de enfermagem atuante no referido hospital era composta por um expressivo contingente de atendentes, além de abranger os internos interessados e com a escolaridade necessária e dispor inscrições para a população em geral (JORNAL DO BRASIL, 1990).

Contudo, a FUNABEM teve suas atividades encerradas no início da década de 1990, impelida pela criação da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA/Lei nº 8.029/90) na gestão do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992). Em seguida, deu-se a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da Lei 8.069/90, propondo-se, com isso, um novo olhar para o modo como crianças e adolescentes vinham sendo tratadas no país, sobretudo pelo foco educacional, voltado para dar maior atenção aos espaços educativos em que menores eram mantidos sob a égide governamental, sendo

necessário rever estruturas físicas e também pedagógicas que melhor atendessem às demandas de crianças e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (BRASIL, 1990a; CELESTINO, 2015).

Cinco anos mais tarde, o HCA também foi fechado, provocando uma mudança brusca na vida dos trabalhadores e da população ao redor e, além disso, no Centro de Estudos onde eram realizados os cursos de qualificação da área da saúde nos níveis fundamental e médio. Com isso, fazia-se necessário uma reorganização técnico-administrativa, que foi diretamente sentida pelos profissionais de educação e da saúde que ali trabalhavam, já que estes foram desalojados dos seus postos de trabalho e realocados para ambientes inadequados para as aulas teóricas, levando-os a perder um importante campo de aprendizagem, uma vez que a teoria e a prática se davam em um mesmo espaço de conhecimento, o próprio Hospital (DAMINELLI, 2019).

Essas alterações provocaram um clima de insatisfação nos trabalhadores, pois esse movimento de intensas mudanças gerou sentimentos de menos valia e até revolta. Afinal, desalojados, alguns profissionais foram remanejados para outros órgãos que estariam sob administração federal, já que a FCBIA, vinculada ao Ministério do Bem-Estar Social, faria a gestão do Centro Piloto de Quintino até que a Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, a extinguisse também (FIGUEIREDO, 2013).

Neste cenário, alguns profissionais destacaram-se pela resistência demonstrada em manter funcionando os cursos da área da saúde remanescente do Centro de Estudos, como: o secretário escolar, os professores de enfermagem e biologia, e os discentes. Travou-se, assim, uma luta dos profissionais administrativos, docentes e discentes interessados em manter um importante campo de formação de profissionais de saúde no Rio de Janeiro, neste caso, o de auxiliares de enfermagem.

Imagem 1: Imagem de satélite do Centro Piloto de Quintino



Local: Rua Clarimundo de Melo, nº 847. Foto da internet: <https://www.google.com/maps/place>.

A imagem de satélite retrata a localização do bairro de Quintino Bocaiúva, na zona norte do Rio de Janeiro, com destaque para algumas das suas maiores unidades escolares, entre elas, a que serviu de cenário para o presente estudo: o Centro Piloto de Quintino.

Foi nessa grande extensão de área física que a FUNABEM, através das Escolas Quinze de Novembro (ou Ginásio Industrial Quinze de Novembro) — que ministrava o ensino fundamental e 11 áreas de ensino profissionalizante (para meninos), a Escola Eduardo Bartlet James (para meninos entre seis e 12 anos), a Escola José de Anchieta (para meninas), a Escola Odylo Costa Filho, e a Escola Mário Altenfelder, que já estavam em funcionamento —, se propôs, enquanto política pública, a se reinventar dentro de um sistema que coadunasse educação, assistência e aprisionamento, na forma de internato, semi-internato e externato, destinados aos menores que estivessem sob o jugo da justiça e também à comunidade em geral, já que crianças e adolescentes do entorno do bairro de Quintino Bocaiúva poderiam frequentá-las (BOMFIM, 1987).

Diante do exposto, esta tese de doutorado tem como objeto de estudo os efeitos simbólicos das estratégias empreendidas pelos agentes da saúde e educação para a manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem do Centro de Estudos do HCA.

O recorte temporal compreendeu os anos entre 1990 e 1997. O marco histórico inicial foi a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que alterou a denominação da FUNABEM para Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (FCBIA), modificando a estrutura e o funcionamento do Hospital e do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos (CEDEP) e, assim, dos cursos de qualificação profissional da área da saúde, entre eles,

o de Auxiliar de Enfermagem. O marco final foi definido em 1997, quando a estrutura física do HCA, da extinta FCBIA, incorporou a UPAS para continuidade da oferta dos cursos profissionalizantes da área da saúde, incluindo o de Auxiliar de Enfermagem.

Com base nesses elementos, formulei a seguinte tese: a luta de trabalhadores da saúde e educação serviu para assegurar a sobrevivência e a oferta de cursos profissionalizantes da área da saúde naquela região, garantindo lucros simbólicos e materiais em um espaço social importante no cenário de educação em enfermagem no Estado do Rio de Janeiro.

1.3 Objetivos

Para melhor elucidar o objeto de estudo desta pesquisa, estabeleceram-se os seguintes objetivos:

- Descrever as circunstâncias sociais, políticas e institucionais que influenciaram no fechamento do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor;
- Analisar as estratégias de luta empreendidas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem ofertado pelo Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente;
- Discutir os efeitos simbólicos das estratégias empreendidas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem.

1.4 Justificativa e relevância do estudo

Este estudo justificou-se pela sua inserção e aderência aos objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS) que priorizam a promoção e a proteção à saúde e que necessitam fortalecer o binômio saúde/educação através da ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde na busca pela qualidade da formação dos níveis fundamental e médio.

O estudo também se inseriu na Agenda de Prioridades de Ministério da Saúde (2018), no eixo 8, que vincula a gestão do trabalho e a educação em saúde no que concerne à implementação de estratégias de educação em saúde e análise das potencialidades da educação profissional técnica no âmbito do SUS.

Por fim, o estudo justificou-se pela lacuna do conhecimento observada durante a revisão de literatura realizada nas principais bases de indexação *online* no que tange à educação profissional pública na área da saúde, no Rio de Janeiro, sobretudo quando relacionada à

trajetória de privação da liberdade de adolescentes. A revisão apontou para o fato de que há pouco material literário disponível sobre educação profissionalizante em enfermagem.

A relevância do estudo, por sua vez, está pautada na preservação da história no contexto da guarda e preservação de uma parte da memória institucional de um órgão da educação e da saúde pelo registro da história da enfermagem no Brasil que vislumbre uma categoria profissional que compõe a equipe de enfermagem, como é o caso do Auxiliar de Enfermagem.

Nesse sentido, esta pesquisa possibilita o conhecimento sobre a trajetória histórica da formação dos auxiliares de enfermagem no contexto do Rio de Janeiro diante dos impactos da reforma na educação profissional em saúde, em virtude das mudanças políticas e econômicas geradas em torno da atenção à criança e ao adolescente na década de 1990.

1.5 Contribuições potenciais do estudo

Este estudo contribuiu para a melhor compreensão da trajetória da formação dos auxiliares de enfermagem no contexto de espaços especializados no Brasil, identificando as estratégias utilizadas pelos agentes naquele espaço social.

Contribuiu, também, para o entendimento da organização do campo da educação profissional para a qualificação dos profissionais de enfermagem de níveis fundamental e médio na área da enfermagem, proporcionando a eles orgulho da sua história.

Para o campo da saúde, o estudo contemplou as discussões relativas à integralidade da assistência, proposta a partir do repensar da formação de recursos humanos em saúde, pautadas em um dos princípios da interseção entre trabalho e educação que norteia o desenvolvimento de um pensamento crítico no exercício da profissional.

Além disso, ampliou o estudo de História da Enfermagem na perspectiva do projeto do grupo de pesquisa cadastrado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que trata do cuidado de enfermagem em espaços especializados, neste caso, da formação de Auxiliares de Enfermagem, cujo curso teve como cenário de estágio uma instituição hospitalar para adolescentes internados em cumprimento de medida socioeducativa.

O estudo se insere, ainda, na Linha de Pesquisa de História da Enfermagem do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery do Nuphebras. Desse modo, destacou-se por contribuir para o tripé que forma o pilar da Universidade, no contexto do Ensino, Pesquisa e Extensão.

Por fim, esta pesquisa colaborou para o acervo do Centro de Memória da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) pela preservação da história do conjunto de Escolas

abrigadas no Centro Piloto de Quintino e favoreceu a ampliação das discussões para futuras pesquisas cujas fontes utilizadas neste estudo possam ser incorporadas ao CEMEF.

II REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 Os conceitos teóricos

Este estudo visou apreender os efeitos simbólicos das estratégias empregadas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção do curso de Auxiliar de Enfermagem ofertado pelo Centro de Estudos do HCA. A análise dos dados e a discussão proposta serão iluminados pelos conceitos da Teoria do Mundo Social, do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Dentre os conceitos elaborados por este autor, e que serão aplicados a este estudo, destacamos o capital simbólico, o capital cultural institucionalizado e o capital social, além dos conceitos de *habitus*, campo, espaço social, violência simbólica, luta simbólica, poder simbólico e capital jurídico, que servirão de suporte teórico para esta pesquisa.

Pierre Bourdieu estuda a configuração e a origem dos diferentes espaços sociais, as suas hierarquias e as lutas simbólicas entre os agentes que o ocupam. Para este autor, o mundo social é representado sob a forma de um espaço multidimensional constituído, com base em princípios de diferenciação ou de distribuição, pelos conjuntos das propriedades que atuam no universo social considerado, ou seja, apropriadas por conferir, ao detentor delas, força ou poder nesse universo. Os agentes e grupos de agentes são, assim, definidos pelas suas posições relativas neste espaço (BOURDIEU, 2005).

Os agentes sociais se diferenciam pelo *habitus*, que, segundo Bourdieu (2005), equivale a um conhecimento adquirido, ou seja, indica a disposição incorporada, quase postural, duradoura e transferível, que resulta de um longo processo de aprendizado, produto do contato com diversas estruturas sociais.

Nesse sentido, a posição de um agente no espaço social pode ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, ou seja, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja no capital econômico, no capital cultural, no capital social ou no capital simbólico este também chamado de prestígio, reputação, fama etc., que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (BOURDIEU, 2005).

Por fim, para Bourdieu, o espaço social é determinado por estruturas sociais objetivas ou seja, por uma multiplicidade de campos sociais, independentemente da consciência e da vontade dos indivíduos, mas que são capazes de orientar suas práticas e representações. Além disso,

determina que “espaço” é um espaço de lutas contínuas e de diferentes formas entre os agentes que ocupam diversas posições, onde dominados e dominantes lutam para se manterem (BOURDIEU, 2001).

Com base nesses conceitos, o Centro de Estudos HCA pode ser entendido como um espaço social privilegiado, em primeiro lugar, pela importância representada para profissionais de saúde e educação e para a população como um todo, por ter contribuído, sobremaneira, para a educação profissional do Rio de Janeiro, não apenas para a área da enfermagem, como também para todos os cursos que abrangem o ensino técnico da área da saúde, colaborando para a formação de recursos humanos qualificados para atuarem o SUS. Em segundo lugar, pela luta dos profissionais do Centro de Estudos do HCA para que os cursos da área da saúde não fossem desativados e a população do entorno não perdesse este espaço de educação e saúde.

Ainda de acordo com Bourdieu, o poder simbólico é um poder invisível, que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que nem sempre percebem que estão sujeitos a ele, ou mesmo que o exercem. Para o autor, esse poder se exerce em todas as partes do campo, porém é necessário descobrir onde ele se esconde, isto é, onde ele é ignorado, para reconhecê-lo. Nesse sentido, o poder simbólico equivaleria ao poder de fazer ver e de fazer crer, de produzir e de impor a classificação legítima ou legal. Esse poder simbólico dos agentes está relacionado com a posição por eles ocupada no espaço social (BOURDIEU, 2005).

O autor ainda discute sobre a violência simbólica, definida como aquela exercida com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e, frequentemente, também daqueles que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer. Com efeito, a violência simbólica pode acomodar-se à realidade social existente, em que pessoas ou grupos sociais nem a percebem, e pode ser praticada por diferentes instituições sociais, como é o caso deste estudo (BOURDIEU, 2005).

2.2 Operacionalização da pesquisa

Trata-se de um estudo de abordagem histórica, na perspectiva da história do tempo presente. Embora a metodologia histórica possa associar-se tanto à abordagem quantitativa como à qualitativa, é fundamentalmente um estudo narrativo, como também se propõe ser o estudo em tela. A pesquisa narrativa é considerada uma das antigas modalidades de pesquisa qualitativa e foi utilizada por pesquisadores da Escola de Chicago entre as décadas de 1920 e 1930 (GIL, 2017).

Nesse sentido, as fontes históricas deste estudo foram os documentos escritos e orais. Cabe ressaltar que as fontes históricas se constituíram por elementos que atestaram a cientificidade da pesquisa e, por oportuno, ofereceram legalidade ao discurso produzido pelo historiador (BARROS, 2020). Incumbe destacar, ainda, que o objeto do estudo “Os efeitos simbólicos das estratégias empreendidas pelos agentes da saúde e educação para a manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem do Centro de Estudos do HCA” é o fenômeno histórico que ocorreu no período de 1990 a 1997, contextualizado a partir do *corpus* documental selecionado, coerente com os objetivos traçados para a pesquisa.

Desse modo, a composição do *corpus* documental deste estudo se baseou nos seguintes critérios, estabelecidos por Barros (2020):

- 1- Pertinência: escolha de documentos adequados aos objetivos da pesquisa;
- 2- Suficiência: a documentação deve estar apta a cobrir todos os lados do problema;
- 3- Exaustividade: uma vez definido um *corpus* pertinente, não devem ser deixados de lado documentos por motivos alheios aos objetivos da pesquisa ou da análise (por exemplo: falta de acesso por dificuldade de leitura ou por falta de interesse pessoal);
- 4- Representatividade: é possível trabalhar por amostragem, desde que o universo recortado do conjunto documental mais amplo represente adequadamente o universo global;
- 5- Homogeneidade: no discurso, no tema, nas condições de produção e no conjunto de produtores do discurso;
- 6- Organização do *corpus* por setores: o *corpus*, contudo, pode incorporar fontes relativamente heterogêneas conforme o objeto de pesquisa. Para tal, deve ser pertinentemente decidido em “setores documentais”, cada qual passível de uma forma distinta de tratamento.

De acordo com Barros (2020), é importante diferenciar a história de um relato de ficção e, para isso, as fontes documentais têm papel fundamental, assim como as hipóteses levantadas, que devem estar correlacionadas com o problema e os objetivos do estudo. Portanto, é necessário determinar com clareza e precisão o “universo documental”.

Foram utilizadas, nesta pesquisa, além das fontes indiretas, as fontes diretas escritas e as fontes diretas orais.

2.3 Fontes diretas

Para Barros (2020), a historiografia contemporânea, a partir do século XX, ampliou seu conceito, de modo a tornar mais abrangente a utilização de materiais como fontes históricas, sejam elas documentos textuais ou quaisquer outros que possam fornecer um testemunho ou um discurso vivenciado no passado e apresentem relevância para o pesquisador historiador. Assim, para a realização deste estudo, utilizamos documentos escritos e depoimentos orais de agentes da saúde e da educação que vivenciaram e participaram da manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem do Centro de Estudos do HCA.

Desse modo, foram fontes históricas deste estudo os documentos escritos e orais.

Os documentos escritos foram constituídos por Leis, Decretos, Portarias, Pareceres, Ofícios, Projeto de regulamentação do Curso de Auxiliar de Enfermagem, diários oficiais e Revista Brasil Jovem (publicação oficial da FUNABEM), conforme quadro a seguir:

Quadro 1: Fontes diretas escritas

Descrição do documento	Data da Publicação	Ementa
1. Lei de 01 de outubro de 1828	01 de outubro de 1828	Reformulação das Câmaras Municipais, marcando suas atribuições.
2. Decreto 8.203/1910	nº 8 de setembro de 1910	Novo regulamento da Escola Premonitória Quinze de Novembro.
3. Decreto nº 17.943-A/1927	12 de outubro de 1927	Normas e condutas para a assistência e a proteção do menor abandonado.
4. Decreto 18.923/1929	nº 30 de setembro de 1929	O Abrigo de Menores do Distrito Federal torna-se Instituto Sete de Setembro.
5. Decreto 21.518/1932	nº 13 de junho de 1932	Aprova o novo regulamento do Instituto Sete de Setembro.
6. Decreto-Lei 2.848/1941	nº 7 de dezembro de 1941	Tornou os menores de dezoito anos penalmente inimputáveis.
7. Decreto-Lei 3.799/1941	nº 5 de novembro de 1941	Instituiu o Serviço de Assistência a Menores (SAM).
8. Decreto 16.575/1944	nº 11 de setembro de 1944	Dispõe sobre a Assistência em todos os aspectos. Órgãos executores incorporados ao SAM.
9. Decreto-Lei 6.865/1944	nº 11 de setembro de 1944	Redefine a competência do SAM, cria e transforma funções gratificadas.
10. Lei nº 785/1949	20 de agosto de 1949	Criação da Escola Superior de Guerra (ESG).
11. Decreto 42.510/1957	nº 26 de outubro de 1957	Aprova o Regimento do Serviço de Assistência a Menores.
12. Lei nº 4.513/1964	1º de dezembro de 1964	Criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).
13. Lei Estadual 1.534/1967	nº 27 de novembro de 1967	Foi instituída a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), no Rio de Janeiro e a Fundação Fluminense do Bem-Estar do Menor (FLUBEM).
14. Revista Brasil Jovem	Exemplares nº 17 (1971) e 39 (1977)	Publicação Oficial da FUNABEM.
15. Decreto-Lei 42/1975	nº 24 de março de 1975	Permitiu a fusão da FEBEM e da FLUBEM, vinculada à Secretaria de Estado de Educação, criando a Estadual de Educação do Menor.

16. Lei nº 705/1983	21 de dezembro de 1983	Criação do Programa Especial de Educação (PEE).
17. Resolução CIPLAN nº15. Diário Oficial da União, Brasília, 19/11/1985. Seção 1, p.16783-4;	11 de novembro de 1985	Dispõe sobre a aprovação do Projeto de Formação em Larga Escala de Pessoal de Nível Médio.
18. Lei nº 7.498/1986	25 de junho de 1986	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de enfermagem.
19. Lei nº 1176 /1987	21 de julho de 1987	Criação da Fundação de apoio à Escola Pública (FAEP).
20. Constituição Federativa do Brasil	5 de outubro de 1988	Constituição da República Federativa do Brasil.
21. Portaria nº 9.287/1989 do Conselho Estadual de Educação.	20 de fevereiro de 1989	Autorização para o funcionamento dos cursos de Auxiliar em Serviços Médicos, Patologia Clínica, Farmácia e Almoxarifado, Laboratório e Prótese Odontológica (nível fundamental).
22. Parecer nº 402/1989	21 de setembro de 1989	Conselho Estadual de Educação (CEE).
23. Ofício nº 04/ Coordenação de Credenciamento Escolar	15 de março de 1990	Mudança na denominação do Centro de Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos para Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente.
24. Lei nº 8.029/1990	12 de abril de 1990	Alterou a denominação de FUNABEM para FCBIA.
25. Lei nº 8.069/ 1990	13 de julho de 1990	Dispõe sobre o sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
26. Lei nº 8080/1990 da Câmara de Ensino Supletivo do CEE	19 de setembro de 1990	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços do SUS.
27. Decreto nº 99.710/1990	21 de novembro de 1990	O Brasil adota a Convenção sobre os Direitos da Criança.
28. Parecer nº 52/1991 do Conselho Estadual de Educação.	07 de março de 1991	Autorização para o funcionamento de cursos na Área da Saúde pelo Centro de Estudos do Hospital Central da FCBIA.
29. Decreto de 14 de maio de 1991	14 de maio de 1991	Projeto “Minha Gente” para atender à política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.
30. Lei nº 8.242/1991	12 de outubro de 1991	Criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).
31. Lei nº 8.490/1992	19 de setembro de 1992	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.
32. Convênio nº 034-A/00/1993	10 de agosto de 1993.	Concretização de medidas de proteção e socioeducativas destinadas a crianças e adolescentes em risco social.
33. Ofício CBIA nº 428/1993	27 de outubro de 1993	Modificações ocorridas na estrutura administrativa do Centro Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente.
34. Certificado de Conclusão do Curso de Auxiliar de Enfermagem	16 de agosto de 1993	Emissão pelo Centro de Estudos do HCA/FCBIA.
35. Lei 8.967/1994	28 de dezembro de 1994	Assegurar aos atendentes de enfermagem, admitidos antes da vigência da Lei 7.498/86, o pleno exercício das atividades elementares.
36. Medida Provisória nº 813/1995	01º de janeiro de 1995	Extinção da FCBIA e do Ministério do Bem-Estar Social.
37. Diário Oficial do Estado do RJ,	12 de dezembro de 1995	Edital do 1º concurso do Centro de Educação Integral (CEI).

	12/12/1995, nº 234, p.15		
38.	Decreto nº 21.752/1995	08 de novembro de 1995	Criação do Centro de Educação Integral do Estado do Rio de Janeiro (CEI), subordinado ao Gabinete Civil.
39.	Diário Oficial do Estado do RJ, 22/01/1996, nº 15, p. 2	19 de janeiro de 1996	Nomeação de Celso do Nascimento Faustino por ato do Secretário-chefe do Gabinete Civil, governo de Marcello Alencar.
40.	Decreto de nº 22.011/1996	09 de fevereiro de 1996	Desvinculação do CEI do Gabinete da Casa Civil para subordiná-lo à FAEP.
41.	Decreto nº 22.161/1996	06 de maio de 1996	Criação da Escola Técnica Estadual República, em substituição à Escola XV de novembro.
42.	Decreto de 27 de agosto de 1996	27 de agosto de 1996	Encerramento dos trabalhos de inventariança da extinta FCBIA.
43.	Decreto nº 2.059/1996	05 de novembro de 1996	Estabeleceu a transferência para o Ministério da Justiça do acervo patrimonial mobiliário da extinta FCBIA.
44.	Lei nº 9.394/1996	20 de dezembro de 1996	Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação.
45.	Tribunal de Contas da União Processo nº TC 012.096/96-2	11 de março de 1997	Denúncia. Não cumprimento do objeto e impropriedades formais no Termo de Convênio.
46.	Decreto nº 2.208/1997	17 de abril de 1997	Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
47.	Lei nº 2735/1997. Diário Oficial do Estado do RJ, 11/06/1997, nº 104, p.1	10 de junho de 1997	Alteração da denominação de FAEP para Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).
48.	Resolução nº 1066. Diário Oficial do Estado do RJ, 21/08/1998, nº 155, p. 2	21 de agosto de 1998	Concede Medalha Tiradentes à Nilda Teves Ferreira.
49.	Portaria FAETEC nº 79/2001. Diário Oficial do Estado do RJ, 19/02/2001, nº 37, p. 23.	19 de fevereiro de 2001	Estabeleceu a subordinação pedagógica e administrativa da UPAS à Escola Técnica Estadual República, considerando-a uma extensão desta.
50.	Tribunal de Contas da União Processo nº TC 012.096/1996-2	21 de agosto de 2002	Representação formulada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Desvio de finalidade de Convênio, acórdão 300/2002.
51.	Tribunal de Contas da União Processo nº TC 012.096/1996-2	28 de abril de 2004	Pedido de Reexame contra o Acórdão 300/2002-Plenário. Multa aplicada em razão de descumprimento de objeto de convênio.
52.	Decreto nº 36.777/2004	01 de julho de 2004	A UPAS torna-se escola técnica em 2004, passando a denominar-se Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert Daniel de Souza.
53.	Decreto nº 43.606/2012	22 de maio de 2012	Correção do nome do homenageado da Escola Técnica Estadual de Saúde, de Herbert Daniel de Souza para Herbert José de Souza.
54.	Planta física do Centro Piloto de Quintino	Agosto de 2016	Divisão de Engenharia da Fundação de apoio à Escola Técnica.

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2023).

2.3.1 Procedimento para coleta das fontes diretas orais

A história oral, no contexto social, “preocupa-se com o que é importante e significativo para a compreensão de determinada sociedade” (LAKATOS, 2008 p. 282). Na seleção dos entrevistados, os autores sugerem escolher, primeiro, os mais idosos e os profissionais especializados em determinados assuntos, por serem os que mais podem contribuir com o fenômeno estudado.

Ao longo desta pesquisa, para a produção de fontes orais através da História Oral Temática, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE A).

Cabe destacar que, em função da pandemia do novo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), e com a intenção de assegurar o distanciamento social para aqueles participantes com dificuldades de transitar ou que integravam grupo de risco para tal, as entrevistas, em sua maioria, foram realizadas e gravadas virtualmente, através um *link* de acesso ao Google Meet, enviado ao participante momentos antes da conversa. Apenas um dos participantes a solicitou de modo presencial. Nas duas modalidades, foram lidas e esclarecidas quaisquer dúvidas sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B), enviado previamente, também de modo virtual, assim como o aceite em participar da gravação proposto pelo estudo.

No caso de entrevista presencial, foi entregue ao colaborador uma via do TCLE para documentar a participação voluntária, com garantias de retirada do consentimento a qualquer momento do estudo. Em todos os casos, o TCLE foi lido e explicado para cada colaborador, para que houvesse o fornecimento claro das informações necessárias para uma tomada de decisão a respeito da própria participação, o que se deu através da assinatura do documento. Também foi solicitada autorização para que a entrevista fosse gravada (ou respondida *online*) e concedida as garantias de que os dados coletados seriam utilizados nesta pesquisa e de que os resultados seriam divulgados em prol da ciência.

Para a seleção dos entrevistados, utilizou-se a relação nominal de participantes que trabalharam ou estudaram no Curso de Auxiliar de Enfermagem do Centro de Estudos do HCA durante o recorte do estudo. A fim de garantir o anonimato, os colaboradores foram identificados pela letra P seguida de numeral cardinal conforme a ordem das entrevistas.

As entrevistas foram gravadas e, em seguida, os áudios (ou respostas) foram arquivados no computador, para evitar as possibilidades de perda do material. Tais arquivos foram identificados pelas iniciais do colaborador, categoria profissional e data da entrevista. O tempo de realização das entrevistas variou entre 40 minutos e 1 hora e 30 minutos.

Tanto para as entrevistas virtuais como para as presenciais foi utilizado um diário de campo para anotações, visando favorecer o registro das observações relacionadas às emoções, pausas entre as falas, demonstrações de sentimentos, interferências etc. Para a entrevista presencial, cabe destacar que foram respeitadas as orientações do Ministério da Saúde quanto ao distanciamento social e as medidas protetivas, como uso de máscara e álcool em gel, essenciais em decorrência da pandemia do SARS-CoV-2 (COVID-19).

Quadro 2: Fonte diretas (Participantes)

Participantes	Categoria Profissional
P1	Docente de enfermagem
P2	Pedagogo
P3	Inspetor de alunos
P4	Inspetor de alunos
P5	Docente de biologia
P6	Instrutor
P7	Docente de enfermagem
P8	Discente

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2023).

2.4 Análise dos dados

2.4.1 Análise das fontes escritas

A organização e classificação do *corpus* documental foi feita a partir da catalogação de todos os documentos, em sequência cronológica, para facilitar o processo de análise e correlação das fontes diretas. Visando atingir a confiabilidade do estudo, o material transcrito foi submetido à validação dos dados pelos colaboradores. Em seguida, foi realizada a triangulação dos dados, através da confrontação entre as fontes diretas e indiretas.

As fontes escritas foram analisadas a partir do instrumento para exame de fonte escrita (ANEXO A). Trata-se de um instrumento adaptado ao modelo elaborado pela Doutora Ieda de Alencar Barreira, nos anos 2000, e que tem colaborado para uma leitura mais atenta e minuciosa das etapas de coleta e análise de documentos escritos.

A análise e crítica das fontes e a observação documental, na metodologia historiográfica, são consideradas fundamentais à confiabilidade do estudo. Para a avaliação dos documentos escritos, foi realizada a crítica externa e interna destes. A crítica externa teve como finalidade verificar a autenticidade e legitimidade do documento, ou seja, analisar se era um documento

falso, e verificar, também, a procedência da autoria (PADILHA; BORENSTEIN, 2005; PADILHA et al., 2017).

A crítica interna pode ser definida como a etapa de avaliação do documento que tem como objetivo checar a veracidade e a fidedignidade do conteúdo do texto. Para isso, é necessário que o pesquisador compreenda o posicionamento do autor da fonte, sua intencionalidade, e apreenda o sentido real do texto (PADILHA; BORENSTEIN, 2005; PADILHA et al., 2017).

2.4.2 Análise das fontes orais

Após a coleta de dados, os discursos dos participantes entrevistados foram transcritos na íntegra. Depois, resultado da transcrição foi apresentado a eles para concordância ou não acerca do conteúdo e da sua utilização na pesquisa.

Para assegurar a fidedignidade das entrevistas, estas foram transcritas e transformadas em fontes escritas. O tratamento das entrevistas, como sugere Meihy e Ribeiro (2011), remete a três procedimentos: transcrição, textualização e transcriação. Contudo, neste estudo, foram abordados apenas os procedimentos de transcrição e textualização.

Cabe ressaltar que a transcrição se refere a um processo rigoroso, longo e exaustivo de passagem da fonte do estado oral para o escrito, enquanto a textualização é considerada uma etapa em que as perguntas do pesquisador são extraídas ou adaptadas às falas dos colaboradores. Também foi nesta etapa que se fazem adaptações a partir de indicações cronológicas e temáticas. Buscou-se, com isso, permitir maior fluidez ao texto, com ajustes gramaticais e supressão de estruturas repetitivas, sem valor analítico, próprias do discurso oral (MEIHY; RIBEIRO, 2011).

É importante mencionar, ainda, que cada colaborador concordou com a versão final do texto através da assinatura de avaliação do depoimento oral (APÊNDICE C).

A análise das fontes comporta a triangulação destas, o que exige atenção para o mesmo fenômeno, ou questão de pesquisa, a partir de mais de uma fonte de dados. Desse modo, obter informações sob diferentes prismas que permitem corroborar, elaborar ou iluminar o problema de pesquisa, além de reduzir vieses pessoais e metodológicos, aumenta a generalização do estudo (AZEVEDO et al., 2013).

2.5 Fontes indiretas

Os dados coletados nesta pesquisa foram analisados com base em artigos e livros sobre educação profissionalizante, políticas educacionais de âmbito nacional e estadual, história da profissão do auxiliar de enfermagem e sobre as instituições SAM, FUNABEM e FCBIA e a correlação com as políticas de atenção à criança e ao adolescente no Rio de Janeiro.

Para tanto, foram consultadas as bases de indexação Lilacs, Medline, SciELO e o portal BVS Enfermagem, cujas literaturas foram úteis à compreensão do contexto em que as fontes foram produzidas e seus conteúdos, visando apreender o discurso contido nos textos, ou seja, as fontes diretas. Também foram realizadas pesquisas no site do Arquivo Nacional, na hemeroteca digital brasileira, no Google acadêmico e no Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os descritores utilizados foram: educação profissionalizante, história da enfermagem, enfermagem.

2.6 Critérios de inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão foram: participantes que trabalharam ou estudaram no Curso de Auxiliar de Enfermagem do Centro de Estudos do HCA durante o recorte do estudo.

Os critérios de exclusão foram: apresentar comprometimento da memória ou outro comprometimento físico ou cognitivo que impedissem a realização da entrevista.

2.6.1 Critérios de inclusão e exclusão das fontes textuais

Os critérios de inclusão para as fontes textuais foram: documentos como artigos, teses e dissertações que abordaram a temática em questão; leis, decretos, portarias, e a Revista Brasil Jovem.

Os critérios de exclusão, por sua vez, foram: fontes textuais danificadas por diversos motivos como umidade, mofo, cupim, traça, entre outros, que tornaram o documento ilegível.

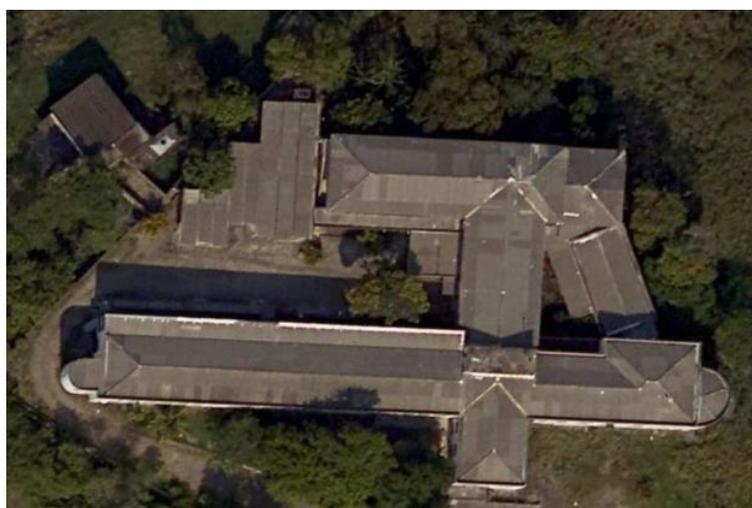
2.7 Cenário

O cenário da pesquisa foi o Centro Piloto de Quintino, que acolheu a Unidade Profissionalizante da Área da Saúde (UPAS), unidade educacional que herdou os cursos da área

da saúde mantidos pelo Centro de Estudos do HCA após o fechamento do Hospital, localizada na rua Clarimundo de Melo, 847, Quintino Bocaiúva, na região Norte do Rio de Janeiro.

Para melhor compreensão da dimensão do Centro Piloto de Quintino, cenário desta pesquisa, fez-se necessário saber que ele está situado na rua Clarimundo de Melo, dentro de uma área com cerca de dois milhões de m², em um bairro na Zona Norte conhecido como Quintino Bocaiúva. Essa região pertencia à freguesia de Inhaúma², parte dela junto ao maciço da Tijuca, na Fazenda da Bica. Recebeu este nome em homenagem ao parlamentar e jornalista Quintino Antônio Ferreira de Sousa, Patriarca da República, em 1912, ano do seu falecimento (CALADO, 2016).

Imagem 2: Hospital da Criança e do Adolescente



Local: Rua Clarimundo de Melo, 847. Rio de Janeiro.

Fonte: Google Maps.

A imagem extraída, via satélite, do Google Maps, um provedor de mecanismos de pesquisa, mostra o prédio monobloco que, até 1995, abrigou o HCA e, nele, o Centro de Estudos responsável pelos cursos da área da saúde, em destaque neste estudo, o de Auxiliar de Enfermagem (GOOGLE MAPS, 2021).

² A Freguesia de Inhaúma, criada em 1743, passou a se destacar com a instalação da fazenda da Rainha Carlota Joaquina. Assim, no passado, as cidades eram divididas em freguesias ou paróquias, que limitavam os territórios, inicialmente por jurisdição religiosa, depois administrativa. A primeira freguesia foi a de São Sebastião, contudo, com a expansão territorial e o aumento da população, as freguesias foram sendo alteradas, diminuídas ou aumentadas, enquanto novas freguesias surgiam. A Freguesia de Inhaúma, então rural, era a mais próxima da cidade do Rio de Janeiro, cujo território abrangia diversos bairros, como Olaria, Riachuelo, Del Castilho, Cascadura, entre outros (<https://www.invivo.fiocruz.br/historia/historia-voce-conhece-inhauma/>).

2.8 Aspectos éticos

Esta pesquisa seguiu os preceitos da Resolução nº 466/12 (BRASIL, 2012), do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que define as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, em concordância com a Resolução nº 510/16 (BRASIL, 2016), que dispõe sobre as normas regulamentadoras a pesquisa em Ciências humanas e sociais.

Desse modo, foram apresentados, no TCLE, o objeto e os objetivos do estudo intitulado “Os efeitos simbólicos das estratégias empreendidas pelos agentes da saúde e educação para a manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente”.

O TCLE serviu para garantir que o participante recebesse todas as informações necessárias relativas à pesquisa a ser realizada, bem como soubesse da não obrigatoriedade em fazê-lo, e foi esclarecido que, ao aceitar, deveria ceder uma entrevista, que poderia ser on-line, conforme orientações da Carta Circular nº 1/2021, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Ministério da Saúde (CONEP/MS). Para isso, utilizou-se um roteiro de perguntas, em que a fala do participante foi gravada e, posteriormente, transcrita. Após a transcrição, as respostas foram encaminhadas de volta ao participante, a fim de que este avaliasse as informações prestadas.

Os participantes tomaram ciência de que não teriam custos ou quaisquer compensações financeiras e, se necessário, a pesquisadora principal ressarciria despesas com passagem para o deslocamento na concessão da entrevista e alimentação. Também foram informados que poderiam desistir de participar e retirar seu consentimento a qualquer momento do estudo, sendo que a recusa, desistência ou suspensão do seu consentimento não lhes acarretaria prejuízo de nenhuma ordem.

Foram informados que os riscos potenciais desta pesquisa estariam atrelados aos riscos mínimos, como o fator emocional. Porém, ao perceber qualquer risco ou danos significativos, previstos ou não, ao participante da pesquisa ou ao TCLE, a pesquisadora principal avaliaria, em caráter emergencial, a necessidade de suspender temporária ou definitivamente a entrevista.

O benefício referente à participação esteve relacionado à contribuição para a ampliação científica na área da enfermagem e da história da enfermagem brasileira.

A pesquisa respeitou os seguintes princípios éticos: autonomia, bioética, beneficência, maleficência, justiça e equidade, visando garantir os direitos e os deveres dos colaboradores que participaram deste estudo. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem Anna Nery/Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de

Assis/Universidade do Rio de Janeiro (CEP-EEAN/HESFA/UFRJ) e aprovado pelo Parecer nº 4.697.839 (ANEXO B). Também obteve assinatura da Carta de Anuência da direção da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza (APÊNDICE D).

A pesquisadora esclareceu qualquer tipo de dúvida que o participante viesse a apresentar e este, ao aceitar a colaborar com a pesquisa, assinou o TCLE, de acordo com a Resolução nº 466/12, como também o fez com o termo de autorização de uso de imagem (APÊNDICE E). A pesquisadora também assinou um termo de confidencialidade ao comprometer-se em zelar pela privacidade dos dados coletados no acervo, banco de dados, entre outros, que estivessem sob a responsabilidade da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza, da Fundação de Apoio à Escola Técnica, cenário deste estudo (APÊNDICE F).

CAPÍTULO I: AS CIRCUNSTÂNCIAS SOCIAIS, POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS QUE INFLUENCIARAM NO FECHAMENTO DO CENTRO DE ESTUDOS DO HOSPITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Este capítulo abordará as circunstâncias sociais, políticas e institucionais que influenciaram o fechamento do Centro de Estudos do HCA. Para isso, contextualiza os fatores que ensejaram a promulgação da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que alterou a denominação da FUNABEM para Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (FCBIA) e que modificou, sobremaneira, a estrutura e funcionamento do Hospital e do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos (CEDEP) e, assim, dos cursos de qualificação profissional da área da saúde, entre eles, o de Auxiliar de Enfermagem.

1.1 Antecedentes históricos

1.1.1 A situação social do menor de idade no mundo

O abandono de menores de idade tem sido uma premissa verificada em quase todos os tempos, culturas e civilizações. O desamparo e a ausência de proteção para este grupo despertaram intrigantes sentimentos quanto à responsabilidade social, que incumbe a todos. Por isso, para melhor compreensão do processo de institucionalização dos menores de idade, faz-se necessário uma retomada histórica de como a infância vem sendo tratada ao longo dos últimos séculos. Para contextualizar essa temática, reporta-se à Europa, onde os primeiros estudos revelam que, apenas a partir do século XVI, o crescimento do abandono das crianças impulsionou um olhar diferenciado para a assistência prestada a elas (COSTA; MAHL, 2020).

O historiador e sociólogo francês Philippe Ariès, na obra *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime* (1960), traduzida no Brasil como *História Social da Criança e da Família*, entende que as atitudes em relação ao tratamento dado aos menores progrediram e evoluíram no tempo, uma vez que as mudanças econômicas e os avanços sociais surgiram. Desse modo, sugere que a infância, enquanto conceito e elemento constitutivo da família, se consolidou apenas no século XVII (ARIÈS, 1986; COSTA; MAHL, 2020).

Ariès (1986) utilizou a iconografia para mostrar como as crianças eram retratadas, contribuindo para a compreensão da evolução do sentimento da infância no século XVII, que correspondeu a uma nova tendência da devoção e da iconografia religiosa. Narra o historiador que a pintura, a gravura e as esculturas religiosas passaram a dar uma grande importância à

representação do menino Jesus isolado, e não mais junto da Virgem ou no meio da Sacra Família. Cita como exemplo a obra de Anthony Van Dyck, , em que o menino Jesus surge em forma de estátua dominadora, erguida sobre os portais das igrejas, hoje exposta em Dalbade, Toulouse, na França (ARIÈS, 1986).

Despontava, desse modo, um novo sentimento pela infância, que, em virtude da sua ingenuidade, gentileza e graça, tornava-se uma fonte de distração e de relaxamento para adultos, descrita, à época, como “paparicação” (ARIÈS, 1986, p. 158), termo que, até então, era usado pelas mulheres incumbidas de cuidar das crianças, fossem elas mães ou amas. Naquele período, destacava-se a ênfase pela importância da família como responsável pela educação e cuidados de saúde e higiene empreendidos pela igreja, que primava pela doutrinação da família, mas também porque necessitava ter a sua inocência preservada e protegê-la dos altos índices de abandono e mortalidade infantil que assolavam a Europa à época (PAGNONCELLI, 2015).

Para Trindade (1999), no momento em que a Europa descobria a infância, um número crescente de recém-nascidos foi exposto e abandonado. A autora considera esse fato expressivo por se tratar de alguns milhões de menores, no ocidente cristão, e num período que vai do início do século XVII ao final do século XIX, afirmando que os recém-nascidos enjeitados fizeram parte de um universo estreitamente ligado às ordens religiosas e irmandades de caridade, que assumiam a responsabilidade pelo atendimento daqueles encontrados em locais ermos, soleiras de casas, átrio de igrejas e, mais tarde, nas rodas dos expostos³.

Embora criados para auxiliar a uma demanda social temporária, os asilos dos órfãos, os albergues e até a roda dos expostos nos conventos se tornaram lares definitivos para muitos órfãos e crianças abandonadas, mantidos por confrarias e irmandades, que tiveram origem nas Santas Casas de Misericórdia⁴ e compunham a igreja dos leigos que proviam auxílio, estimulados pela Igreja Cristã e pelo Estado. Nesse contexto, figuravam nos mesmos espaços os pobres em geral — doentes, desvalidos e leprosos — e as crianças, ou seja, os órfãos recém-

³ A roda dos expostos foi constituída por volta do século XII, sendo a primeira instalada em Roma, no ano de 1198, no Hospital do Espírito Santo. Trata-se de um recurso para acolher menores abandonados, em uma tentativa cristã de reduzir a exposição e a mortalidade infantil. Sua forma era cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, e era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava o menor e, ao girar a roda, ela despontaria do outro lado do muro. Uma sineta podia ser acionada para avisar ao vigilante ou à rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor retirava-se do local sem ser identificado (MARCÍLIO, 2016).

⁴ Conforme o site da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, a primeira Santa Casa de Misericórdia do mundo foi criada em 15 de agosto de 1498, em Lisboa, pela rainha Leonor de Lencastre, esposa de Dom João II, originando a Confraria de Nossa Senhora de Misericórdia, em um período da história lembrado por tragédias, guerras e pelas grandes navegações. Assim, chegou à Ásia, à África, se expandiu pela Europa e pelas Américas (<https://www.cmb.org.br/cmb/index.php>).

nascidos dividiam os mesmos ambientes com os adultos acometidos por diferentes moléstias, o que contribuiu para aumentar o adoecimento e a mortalidade infantil nesses ambientes (TRINDADE, 1999).

Molin (1983), no texto “*Les enfants abandonnes dans les villes italiennes aux XVIII et XIX siecles*”⁵, reafirma que as más condições dos pequenos asilos na Itália também estariam provocando elevado índice de mortalidade infantil, sobretudo pela carência de uma alimentação adequada e a incidência de doenças como gastroenterites, sífilis e infecções em geral. A autora acrescenta, ainda, que era possível perceber que as funções iniciais desses espaços utilizados para o acolhimento de menores em situações de vulnerabilidade social já não estavam sendo cumpridas, em virtude da superlotação e pela precariedade em que se encontravam essas instituições.

Desse modo, ao longo do século XIX, sob os olhares dos higienistas⁶, a adoção de algumas iniciativas — como métodos assépticos e de esterilização — podiam combater ou reduzir a mortalidade materna, bem como ampliar a reeducação familiar quanto às medidas de higiene e de incentivo ao aleitamento. Além disso, o envio de menores de idade do sexo masculino para o trabalho agrícola ou para aprenderem algum trabalho de artesão auxiliou na redução destes nos asilos. Já as meninas podiam trabalhar em ocupações domésticas ou como tecelãs (TRINDADE, 1999).

Assim, diante desse contexto, a condição social dos menores de idade mereceu destaque de cunho internacional a partir do ano de 1924, com a promulgação da normativa intitulada “Declaração de Genebra”, por iniciativa da Liga das Nações⁷. Tal documento se constituía de cinco princípios e teve como finalidade proteger este grupo da exploração de cunho econômico e de outras naturezas, além de garantir as condições para o desenvolvimento físico, intelectual e emocional (AREND, 2020).

⁵ Tradução: As crianças abandonadas em cidades italianas nos séculos XVIII e XIX.

⁶ O movimento higienista teve origem na Europa, desde a publicação, em 1790, da obra do médico vienense Johann Peter Frank, intitulada *A miséria do povo, mãe das doenças*. Outros higienistas contribuíram com seus estudos para refundar a higiene como ciência profilática na luta pela erradicação de doenças, como a febre amarela ou a cólera, pelas condições que se desenvolviam com mais frequência nas áreas urbanas e que atingiam grande parte da população, principalmente aquela composta pelas classes mais baixas (MANTOVANI, MARQUES, 2020).

⁷ A Liga das Nações, ou Sociedade das Nações, foi criada pelo Tratado de Versalhes, em 28 de julho de 1919, ao fim da Primeira Guerra Mundial. Com sede em Genebra, na Suíça, foi a primeira organização internacional de escopo universal em bases permanentes, voluntariamente integrada por Estados soberanos, com o objetivo principal de instituir um sistema de segurança coletiva, promover a cooperação e assegurar a paz futura. A organização praticamente deixou de funcionar com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, e foi extinta no ano de 1946, passando a denominar-se Organização das Nações Unidas (ONU) (AREND, 2020).

No entanto, a condição de vida dessa população foi agravada com o decorrer da Segunda Guerra Mundial, em função das ações cometidas à época consideradas, hoje, desumanas, tanto para a população em geral quanto, em especial, para os menores, como a utilização dos menores em experimentos em prol da ciência, o trabalho infantil e o aumento do número de órfãos em função do número de mortes nos conflitos e da deportação de paíes, além da condição de pobreza em escala globalizada (AREND, 2020).

Então, com o objetivo de minimizar tal situação, foi criado, por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no ano de 1946, com sede em Nova York. O UNICEF, desde a sua criação, era entendido como um fundo de emergência para ajudar as crianças de todo o mundo que sofreram com as consequências da II Guerra Mundial. Entretanto, em função das condições de risco e ou vulnerabilidade desse grupo em especial de paíes considerados pobres, submetidas à condição de fome e de doenças, no ano de 1953, o UNICEF se tornou uma instituição permanente de ajuda e proteção a crianças de todo o mundo. Hoje, possui escritórios em 190 paíes, com a finalidade de defender e proteger os direitos das crianças e adolescentes (AREND, 2020).

Outra iniciativa em prol das crianças que merece destaque foi a Declaração Universal dos Direitos da Criança, no ano de 1959, pela Organização das Nações Unidas. A normativa internacional apresentou uma inovação jurídica, visto que introduziu a perspectiva das crianças e adolescentes como sujeitos de direito. O documento era constituído por dez princípios, entre eles, direito a um nome; direito a uma nacionalidade; proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social; alimentação; moradia; assistência médica, incluindo cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente; educação gratuita; lazer infantil. O amor e a compreensão por parte dos pais e da sociedade foram considerados, assim, como a igualdade de direitos, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade. Também se determinou que deveriam ser socorridos em primeiro lugar em casos de catástrofes e ser protegidos contra o abandono e a exploração no trabalho. Abrangeu-se, ainda, o direito de crescerem sob valores como solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos (UNICEF, 1959; DALLARI; KORCZAC, 2022).

A prescrição estabelecida do primeiro artigo da normativa internacional colocava que a criança desfrutaria de todos os direitos enunciados na declaração. O documento visava garantir os direitos das crianças sob o enfoque das teorias psicológicas do desenvolvimento infantil em voga na época. No âmbito do direito constitucional, vale ressaltar que o texto, aprovado em 1959, foi considerado como o principal ponto de partida para a formulação da Convenção sobre os Direitos das Crianças (UNICEF, 1959).

No entanto, o grande marco das políticas públicas para os direitos da criança foi o ano de 1978, quando a ONU iniciou uma série de debates, durante as Reuniões da Comissão de Direitos Humanos, com os representantes dos países membros, visando a elaboração de uma recomendação internacional voltada para a população infanto-juvenil. Essas assembleias tiveram a duração de 11 anos (1978-1989), quando foi aprovada a Resolução nº 44/25, que criava um documento de caráter internacional, a Convenção Sobre os Direitos da Criança, em 20 de novembro de 1989 (AREND, 2020).

Importa destacar que a Convenção Sobre os Direitos da Criança trata-se de um documento que apresenta um preâmbulo e um conjunto de artigos dispostos em três partes. A parte 1, composta por 41 artigos, prescreve quais direitos devem ser garantidos às crianças pelos Estados membros da Instituição; a segunda parte, constituída pelos artigos 42, 43, 44 e 45, apresenta os procedimentos diplomáticos e administrativos que os países devem efetuar após a ratificação do Documento junto a ONU; a terceira e última parte comporta os artigos 46 a 54 e regulamenta como deveria ser o processo de ratificação da normativa internacional pelos Estados nacionais (AREND, 2020).

Nesse sentido, destacamos que, logo no Artigo primeiro da Convenção sobre os Direitos da Criança, consta a seguinte redação: “Nos termos da presente Convenção, criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioria mais cedo” (UNICEF, 1989).

Dessa forma, com a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança, o UNICEF passou a assumir a posição de destaque na liderança nas fases de implementação da Normativa. A Convenção sobre os Direitos da Criança foi acolhida por diferentes países e considerada o instrumento de direitos humanos mais adotado em escala mundial nos primeiros dez anos após sua aprovação, fato este não verificado com os outros tratados internacionais sobre a criança (ROSEMBERG; MARIANO, 2010).

A América Latina e o Caribe foram pioneiros no processo mundial de ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança, em termos de leis, políticas e institucionalidades para assegurá-los. Em alguns países, a normativa internacional passou a fazer parte da legislação nacional, mediante um trâmite de aprovação parlamentar (MUNHOZ; ELENA; HARAMBOUR, 2020). Vale ressaltar, ainda, que a aprovação e a difusão da Convenção sobre os Direitos da Criança, na América do Sul, coincidiram com o período de redemocratização em vários países o que, possivelmente, permitiu uma linguagem progressista a respeito dos direitos da criança.

Em relação à adoção da normativa internacional, o Brasil adota a Convenção sobre os Direitos da Criança através do Decreto nº 99.710, promulgado em de 21 de novembro de 1990 (BRASIL, 1990). Ainda assim, o governo brasileiro só apresentou seu primeiro relatório ao Comitê de Direitos da Criança da ONU em 2003, portanto, com 11 anos de atraso no cronograma de monitoramento da Convenção. De acordo com estudos realizados, a normativa internacional foi o documento de inspiração para a elaboração do Artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil, no ano de 1988, e do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, considerados uma inovação na representação da infância e dos direitos da criança no país (FERNANDES; COSTA, 2021; BRASIL, 1988).

Com base no exposto, por fim, apontamos que tanto a Declaração de Genebra como as ações do UNICEF foram marcos importantes para iniciativas em prol das crianças e adolescentes em âmbito mundial, com vistas a garantir proteção às crianças e aos adolescentes. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada no ano de 1948, pela ONU, constata-se, no Art. 25, que a maternidade e a infância tinham direito à ajuda e assistência especiais, cabendo àquelas crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, a mesma proteção social. Embora pouco abrangente, no Brasil e em todo o mundo, essa declaração motivou uma ampla discussão sobre o tema (BRASIL, 2018).

1.1.2 A situação social do menor no Brasil

No Brasil, a exemplo do que vivenciou a Europa dos séculos XVI e XVII, também era comum o desamparo dos menores. Esse abandono foi marcante ainda no período colonial, sobretudo com a vinda de menores de Lisboa em embarcações cujas condições eram as piores possíveis. Ao chegarem, eles carregariam consigo as primeiras tragédias já vivenciadas durante a travessia marítima (ORIONTE, 2004).

De acordo com estudos sobre o tema, pôde-se identificar que o início das más condições dos menores se deu com o decorrer da colonização portuguesa, a partir da exploração da madeira, por meio do trabalho escravocrata de índios e negros africanos, que contribuiu para o abandono do referido grupo, tanto no caso dos filhos de fora do casamento, como no dos filhos de brancos e negros ou índias, além daqueles abandonados por mulheres para trabalhar nas casas dos senhores, seja nos cuidados domésticos ou como amas de leite. O período da colonização também foi marcado pela distinção do tratamento direcionado a crianças de dois grupos sociais distintos, a das famílias de elite e as de origem pobre, no que tange à educação (BERGER, 2005; MELO, 2020).

Rizzini e Pilotti (2011) complementam que a prática de abandonar menores, escravos ou não, foi uma realidade bem frequente até meados do século XIX, e estes eram denominados como enjeitados ou expostos. Destacam, ainda, que, no Brasil, o empobrecimento das famílias também fazia com que recém-nascidos fossem deixados em locais públicos, o que podia culminar, eventualmente, em fatalidades provocadas por animais, sobretudo nas vilas e cidades. Assim, o Vice-rei Vasco Fernandes Cezar de Menezes propôs duas medidas importantes à época: as esmolas e o recolhimento dos expostos aos asilos.

Nesse contexto, seguindo o modelo já usado em Portugal e por toda Europa, a Coroa Portuguesa adotava, no Brasil, no século XVIII, o Sistema de Roda através das Santas Casas de Misericórdia e das Câmaras Municipais. Estas foram criadas, inicialmente, em Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789), e, mais tarde, em São Paulo (1825). Os argumentos propostos para a instalação das rodas se assemelhavam aos que motivaram o mesmo caos europeu, como abandono e mortalidade infantil, a morte materna e os fatores econômicos e morais (FILIPIM; ROSSI; RODRIGUES, 2017).

Diferente do que ocorreu na Europa, no Brasil apenas uma parcela de menores abandonados foi assistida por instituições voltadas para este fim, uma vez que a prática predominante era a entrega destes para criação em outras famílias. Trata-se, inicialmente, de uma atitude caritativa de acolhimento dos filhos de outrem, comum em um período da história familiar brasileira no período colonial, mas que divergia no tratamento dado a elas, isto é, ora os menores resgatados eram tratados como filhos, ora como serviçais. Nesse período, reconhecia-se como tipos de assistência à infância: a formal, ofertada pelas Câmaras Municipais e pela Roda dos Expostos; e a informal, dada aos filhos de criação (ORIONTE, 2004; MARCÍLIO, 2016).

Contudo, após a promulgação da Lei dos Municípios, de 01 de outubro de 1828 (BRASIL, 1828) que dava nova forma para as Câmaras Municipais e destacava suas atribuições, entre elas, o Art. 69, referente à aplicação das rendas, fica explicitado que a destinação de verba para a criação e educação dos expostos e órfãos pobres e desamparados só seria possível em vilas e cidades onde não houvesse Santa Casa de Misericórdia. Desse modo, livravam as Câmaras Municipais dos indesejados encargos, passando-os à Assembleia Legislativa Provincial, à qual caberia subsidiar a manutenção do trabalho das Santas Casas de Misericórdia, oficializando a Roda dos Expostos e as colocando a serviço do Estado. Instituiu-se, nesse momento, através de uma parceria público-privado, a fase filantrópica da assistência de menores em desamparo no Brasil colônia (MARCÍLIO, 2016).

Desse modo, o Estado destacava-se pela implementação de políticas sociais que abrangiam ações desde o atendimento médico ambulatorial materno-infantil até as medidas educativas destinadas à propagação de princípios de higiene e puericultura, além do provimento de alimentação e vestimenta às famílias pobres. Assim, se, por um lado, valorizava-se a mãe e sua importância na família, por outro, o que se pretendia era reestabelecer, através do controle social, a ordem pública, uma vez que o abandono dos menores no Brasil já suscitava a perturbação e a tranquilidade social (LOPES, 2018).

Oriente (2004) considerou que a preocupação com o abandono de menores na transição entre os séculos XIX e XX teve um enfoque mais jurídico que caritativo ou religioso, marcos no período do Brasil Império e nos primeiros anos do Brasil República. Para a autora, tratava-se de uma visão ambivalente, no contexto da sociedade moderna, em que se associavam os termos “menor abandonado” e “menor delinquente” no mesmo contexto social. Assim, em resposta ao crescente número de menores abandonados, as leis e as ordens destinadas a esse grupo social vinham da metrópole e eram aplicadas pelos representantes da corte e da igreja católica. A igreja e o Estado uniam-se no processo de manutenção do poder, articulando uma conquista que legitimava as ações e ganhava um cunho assistencialista e, ao mesmo tempo, religioso, reconhecidas sobretudo com a criação das Casas de Internação para menores abandonados e pobres, sob os auspícios das Santas Casas de Misericórdia (LIMA; VERONESE, 2012).

Fatos estarrecedores desvelam a dura realidade em que crianças e adolescentes, sobretudo em situação de rua, de abandono familiar ou envolvidos em atos infracionais, foram expostos. Os direitos como convivência familiar, dignidade, saúde e educação foram violados, no cotidiano de muitas sociedades, e os significados atribuídos a essas fases da vida, subjugavam-os a toda sorte. Cabia ao Estado verificar e prover as medidas que melhor condiziam com esse grupo social, seja no acolhimento, seja na aplicação de medidas socioeducativas (COSTA; MAHL, 2020).

No Brasil, desde o início do Século XX, o Código de Menores, assinado pelo Presidente Washington Luiz Pereira de Souza (1926-1930), através do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, estabeleceu normas e condutas a serem adotadas para a assistência e a proteção do menor considerado abandonado ou delinquente com menos de 18 anos de idade. Eram funções do Estado, entre outras atribuições, a de regenerar, pelo trabalho, pela educação e pela instrução, como aponta o Decreto, os que fossem julgados pelo juiz de menores e encaminhados à internação, sendo, à época, a Escola Correccional Quinze de Novembro destinada a este fim e à preservação dos menores abandonados do sexo masculino (BRASIL, 1927).

Além da Escola Correccional Quinze de Novembro que, de 1899 até 1908, funcionou em São Cristóvão e, posteriormente, foi transferida para uma região denominada Fazenda da Bica, em Quintino Bocaiúva, outros locais serviam ao destino dos menores considerados abandonados pela miséria dos pais e que viviam às soltas e expostos à prática de transgressões, tais como a Colônia Correccional de Dois Rios, localizada na Ilha Grande, a Escola de Menores Abandonados, no bairro de São Cristóvão, e os patronatos agrícolas, em diferentes regiões do país, administrados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (VIANNA, 1999).

Assim, o Brasil, a despeito do que ocorria no cenário internacional quanto à proteção dos menores, seguia na contramão de instrumentos normativos internacionais, uma vez que o início do século XX foi marcado por alavancar o processo de institucionalização de menores, com o intuito de coibir aqueles que fugiam ao controle das famílias e que ameaçavam a ordem pública para que fossem recolhidos ou segregados do meio social e disciplinados à luz da prevenção dos desvios ou da reeducação dos degenerados (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

Tal situação se potencializa a partir de 1940, por meio de uma política assistencialista e repressiva aplicada aos menores, quando o Presidente Getúlio Vargas, durante o Estado Novo⁸, editou o Código Penal Brasileiro, através do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (BRASIL, 1940), em que tornou os menores de 18 anos penalmente inimputáveis. No ano seguinte, em 5 de novembro de 1941, o mesmo Presidente assinou o Decreto-Lei nº 3.799 (BRASIL, 1941), que instituía o Serviço de Assistência a Menores (SAM).

Este serviço foi um órgão integrante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), diretamente subordinado ao respectivo Ministro de Estado e articulado com os Juizes de Menores, que tinha como finalidade prestar assistência social sob todos os aspectos aos considerados, à época, como menores desvalidos e infratores das leis penais. Embora surgisse como uma proposta grandiosa de atenção aos menores, o SAM ficou conhecido pela repressão aos internos, frequentemente isolados do convívio social, obrigados a trabalhar de modo exaustivo e até submetidos a diferentes ordens de abusos sexuais e violência física (SOUZA, 2020).

⁸ O Estado Novo foi implantado por Getúlio Vargas sob a justificativa de conter uma nova ameaça de golpe comunista no Brasil. Ocorrido na terceira e última fase da Era Vargas. Durou de 1937 a 1945 e sucedeu, portanto, as fases do Governo Provisório (1930 a 1934) e do Governo Constitucional (1934 a 1937). A característica principal do Estado Novo era o fato de ter sido propriamente um regime ditatorial. Ações antidemocráticas foram marcantes à época, como o fechamento do Congresso Nacional, bem como as assembleias estaduais e câmaras municipais. O Poder Executivo passou a ter o controle efetivo sobre as demais instâncias de poder, com o apoio de lideranças militares (<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/vargas.htm>).

O SAM substituiu o antigo abrigo de menores do Distrito Federal, conhecido como Instituto Sete de Setembro, de modo que a sistematização e a orientação dos serviços de assistência a menores pudessem ocorrer em estabelecimentos oficiais ou particulares, por meio de convênios⁹. A recomendação do Decreto-Lei que o criou apontava para que os menores fossem recolhidos em condições adequadas para provimento de ensino, educação e tratamento clínico e mental (BRASIL, 1941; SOUZA, 2020).

Ao SAM foram incorporados, como órgãos executores, o Instituto Profissional Quinze de Novembro (IPQN), posteriormente renomeado como Escola Quinze de Novembro, a Escola João Luiz Alves, o Patronato Agrícola Arthur Bernardes, o Patronato Agrícola Venceslau Braz, o Pavilhão Anchieta e o Hospital Central, estes dois últimos em edificações anexas ao IPQN, localizado no bairro de Quintino Bocaiúva, conforme Regimento do SAM aprovado pelo Decreto nº 16.575, de 11 de setembro de 1944 (BRASIL, 1944a; SOUZA, 2020).

Imagem 3: Escola Premonitória Quinze de Novembro



Local: Rua Clarimundo de Melo, nº 847.

Fonte: <https://www.facebook.com/riosuburbio/posts/1127242707423776>

A foto faz parte do acervo do Arquivo Nacional e retrata as ruas Duarte Teixeira e Clarimundo de Mello, esta a principal rua do bairro Quintino Bocaiúva, na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, mostra a entrada principal do prédio que salvaguardou a Escola

⁹ Conforme Rizzini (2008) o primeiro embate da FUNABEM foi enfrentar a herança deixada pelo SAM para o Rio de Janeiro. Trata-se de uma rede composta de 13 estabelecimentos oficiais e uma rede financiada, com 46 outros, que juntos abrigavam 7.235 crianças no ano de 1966.

Correcional Quinze de Novembro¹⁰ que, pelo Decreto nº 8.203, de 8 de setembro de 1910, passou a chamar-se Escola Premonitória Quinze de Novembro. Na década de 1940, passou a denominar-se Instituto Profissional Quinze de Novembro, como um dos órgãos executores do SAM (BRASIL, 1910; SOUZA, 2020).

No entanto, no decorrer de sua existência, no período de aproximadamente 23 anos, o SAM recebeu duras críticas da sociedade em geral, pois jornais e revistas noticiavam escândalos que ocorriam nos seus internatos, por pautarem-se em métodos correcionais e repressivos no tratamento de crianças e adolescentes que eram encaminhados por juízes. Além disso, o SAM era conhecido por estigmatizar os menores como transviados, e a Instituição era acusada de fabricar criminosos e desrespeitar as diretrizes provenientes da Declaração dos Direitos da Criança, adotadas pela ONU, ratificada pelo Brasil e apoiada pela UNICEF, a ressaltar os direitos da criança à educação, aos cuidados de saúde e a proteção especial (BOEIRA, 2018).

Desse modo, a despeito da normativa internacional prevista no texto da Declaração de Genebra, cuja orientação determinava a proteção dos menores no que tange aos diferentes tipos de exploração, no Brasil, a atenção aos menores no decorrer do governo do Presidente Getúlio Vargas, sob responsabilidade do Estado, caracterizava-se por ações de modelo assistencialista-repressivo, baseada na institucionalização, ou seja, na internação compulsória de menores, com a intenção de prepará-los para o trabalho (DAMINELLI, 2019).

Importa pontuar, ainda, que, à época, o Brasil encontrava-se em meio às mudanças sociais, políticas e econômicas caracterizadas pelo regime militar, quando o país esteve sob o controle das forças armadas, entre os anos de 1964-1985, considerados os “anos de chumbo no Brasil”. A ditadura militar foi caracterizada pela instituição de um poder centralizador dos chefes de Estado, marcado pela repressão e pela restrição dos direitos políticos e de liberdade de expressão (TAMBELLINI et al., 2015, p. 69).

As posturas adotadas eram, portanto, pautadas no discurso da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), introduzida no Brasil por meio da fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785 de 20 de agosto de 1949. A ESG foi concebida pelo Alto Comando das Forças Armadas para ser o centro de formulação de um projeto de desenvolvimento industrial para o país, com a participação de militares e empresários, em acordo com os

¹⁰ A Escola Correcional Quinze de Novembro foi fundada em 1899 e funcionou até 1908, em São Cristóvão. Em 1910, foi transferida para uma área rural da zona norte do Rio de Janeiro, conhecida, à época, como Fazenda da Bica, no bairro de Quintino Bocaiúva, conforme site do Arquivo do Diretório Brasil de Arquivos: <http://mapa.an.gov.br/dicionario-primeira-republica/573-escola-correcional-quinze-de-novembro.html>.

interesses políticos e ideológicos dos Estados Unidos da América, já que estava associada à National War College (BRASIL, 1949b).

Com a instauração da ditadura militar, contudo, direitos conquistados pelos movimentos trabalhistas e reivindicações da sociedade sofreram retrocessos e, assim, significativas alterações ocorrerem nesse período. No primeiro ano do governo militar do General Humberto Castelo Branco (1964-1967), teve-se o arrocho salarial, como consequência de uma política de não ajustamento perante a inflação vigente. Houve, ainda, revogação de importantes decretos, como aqueles que desapropriavam terras às margens das estradas para a reforma agrária e congelavam os aluguéis, além de restringir o crédito às pequenas e médias empresas, entre outras perdas que repercutiram diretamente nos direitos e nas condições de vida do trabalhador (LARA; SILVA, 2016).

Neste escopo de rever leis e processos de trabalho sem negligenciar a perspectiva de segurança nacional, grupos envolvidos com a defesa dos menores com base na normativa internacional da Declaração dos Direitos da Criança, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no ano de 1959 pressionaram para que algumas ações voltadas para esse grupo fossem concretizadas (AREND, 2020). Foi nesse contexto que o General Humberto Castelo Branco criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), através da Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964. A FUNABEM usufruía de autonomia administrativa e financeira, com sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional, pressupondo aplacar todo descontentamento social e político provocados pelo SAM (BRASIL, 1964).

Imagem 4: Os menores e a Doutrina de Segurança Nacional



Local: Instalações da Extinta FUNABEM.

Fonte: <https://static.scielo.org/scielobooks/69ysj/pdf/altoe-9788599662946.pdf>

A Imagem 4 compõe a obra de Sônia Elisabete Altoé, psicóloga e professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, intitulada *Infância perdida: o cotidiano nos internatos do Rio de Janeiro*, e ilustra a dura realidade de menores internos dos institutos conveniados à FUNABEM. A autora informa que estes espaços deviam seguir as orientações da FUNABEM como órgão oficial e, nesse contexto, a disciplina era uma norma institucional a ser cumprida pelos menores que, nessa faixa etária, ainda muito inocentes, eram levados a proceder como “um bom soldado”, cuja doutrina estava baseada no ideário da segurança nacional, marcante característica do período da ditadura militar (ALTOÉ, 2008, p. 78).

A FUNABEM, enquanto órgão de caráter gerencial e executivo, sob a égide do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, o advogado Milton Soares Campos, teve como finalidade a criação e a implementação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) (BRASIL, 1964) por meio da elaboração das Diretrizes Políticas e Técnicas, como assegurar prioridade aos programas que visavam à integração do menor na comunidade, voltadas para o atendimento de menores em condição de vulnerabilidade social, daqueles que eram recolhidos na rua pela polícia e julgados pelo juiz de menores e dos abandonados, cujos pais não possuíam condições de criá-los ou eram órfãos (CÂMARA, 2017).

Para atender a essas necessidades em âmbito estadual, foi criada, pela FUNABEM, a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM)¹¹, vinculada à Secretaria de Estado e Serviço Social, nos diferentes estados brasileiros. A FEBEM era um órgão executivo, responsável pela implementação das orientações elaboradas pela FUNABEM e pelo acolhimento e atendimento aos menores, considerados em vulnerabilidade social, de cada região (BOEIRA, 2018).

O atendimento aos menores era realizado em duas modalidades: a de reclusão social e o regime de internato, conforme a condição do menor. Nessas Unidades eram oferecidos, também, serviços de atenção à educação, com escolas de ensino fundamental e profissionalizante, e à saúde, por meio de ambulatórios de atendimento médico e hospitais, tanto a nível local como Central, destinados aos casos de maior complexidade e para procedimentos cirúrgicos para os internos (CELESTINO, 2015).

Cabe ressaltar que o discurso das autoridades, à época, no que tange à missão da FUNABEM, indicava que esta deveria funcionar com vias ao acolhimento ao menor na família. Contudo, as ações visavam valorizar o atendimento ao menor por meio da institucionalização, para os que se envolvessem em algum delito e os abandonados, mas também de maneira voluntária, ou seja, a pedido dos pais e responsáveis, no sentido de garantir aos menores proteção e cuidados, já que dados apontaram que, no ano de 1968, existiam cerca de 83.400 menores internos nas FEBEM dos diferentes estados do País (CELESTINO, 2015).

Desse modo, a PNBEM propunha ações de cunho assistencialista que tinham como finalidade sistematizar a atenção ao menor em âmbito nacional, por meio da implantação da FUNABEM. Contudo, o que se constatou foi a substituição das nomenclaturas institucionais, ou seja, o SAM tornou-se FUNABEM. No entanto, as esperadas mudanças exigidas pela sociedade não se concretizaram e as ações voltadas para o atendimento ao menor na FUNABEM foram ainda mais ao encontro do ideário político do Estado repressor no que se refere a Segurança Nacional, ou seja, os problemas relacionados à infância e à adolescência dos pobres passaram a ter uma interferência direta do Estado e se traduziam em comportamentos

¹¹ Em âmbito estadual, foi criada, pela FUNABEM, a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), vinculada à Secretaria de Estado e Serviço Social, nos diferentes estados brasileiros. No que se refere ao Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 1.534, de 27 de novembro de 1967, autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), vinculada à Secretaria de Estado e Serviço Social. Na mesma época, foi criada, também, a Fundação Fluminense do Bem-Estar do Menor (FLUBEM), cuja área de abrangência era o antigo Estado do Rio de Janeiro. Com a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, foi criada, pelo Decreto-Lei nº 42, de 24 de março de 1975, a Fundação Estadual de Educação do Menor (FEEM), resultante da fusão da FEBEM e da FLUBEM, vinculada à Secretaria de Estado de Educação (RIO DE JANEIRO, 1967; 1975).

agressivos ou truculentos e de institucionalização, com o confinamento para os menores, sob o argumento de se resguardar os direitos do menor e da família (DAMINELLI, 2019).

Tal situação pôde ser evidenciada com a nomeação, pelo Presidente da república Humberto Castello Branco (1964-1967), de Mário de Moraes Altenfelder Silva, médico pediatra e ex-aluno da Escola Superior de Guerra, para o cargo de primeiro presidente da FUNABEM, onde permaneceu pelo período de dez anos (1965-1975) e a quem caberia rever todo o processo de trabalho promovido no antigo SAM na atenção aos menores da população brasileira (BECHER, 2011).

A gestão de Mário de Moraes Altenfelder Silva foi responsável por implementar a política nacional do bem-estar do menor no Brasil e, assim, despertar os olhares da sociedade para os rumos propostos na criação da FUNABEM, que incluíam o planejamento das soluções e a orientação, coordenação e fiscalização das entidades, subordinadas por meio de contratos ou convênios. A gestão de Altenfelder esforçou-se por tentar explicar à sociedade, através da Revista Brasil Jovem, o que competia à FUNABEM, pois, pelo menos no discurso oficial, divulgava a importância de serem mantidos os laços familiares dos menores e argumentava que, através do acolhimento familiar, eles poderiam ser reintegrados aos seus lares (DAMINELLI, 2019).

As intensas críticas à gestão de Mário de Moraes Altenfelder Silva — com denúncias de maus tratos pelos funcionários da Fundação, e as instalações julgadas como de precárias condições — culminaram na recuperação das Escolas da Ilha do Governador e do Centro Piloto de Quintino. Este herdou toda a estrutura do SAM, bem como os servidores e o patrimônio. Esses espaços foram melhorando sensivelmente as condições de vida dos meninos e meninas sob internação, até então consideradas subumanas. Posteriormente, manteve-se o atendimento pelo órgão normativo de 13 estabelecimentos oficiais do Rio de Janeiro, agrupados como Centro Piloto, sob a justificativa da experimentação de modelos a serem implementados nos estados, por meio de uma rede nacional de entidades públicas e privadas (RIZZINI, 2004).

No Centro Piloto de Quintino, através do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos (CEDEP), eram realizados os encontros do Presidente Mário Altenfelder com os Secretários de Estado, Diretores de Fundações e Serviços Estaduais, com vistas ao alinhamento de estratégias para o equacionamento da marginalização da infância em todo o território nacional, além do treinamento de dirigentes de todos os Estados (RIZZINI, 2004).

Na perspectiva de conseguir uma mudança da identidade da FUNABEM, de modo que esta pudesse ser percebida pelo público como mais humanizada, adotou-se como estratégia a

veiculação nos meios de comunicação de massa, através da própria Fundação, tanto por meio de outdoors afixados em locais considerados importantes para melhor visibilidade do público, quanto por meio de revistas impressas. Os conteúdos, nesses meios de comunicação, visavam difundir uma mensagem de esperança, associando o nome da instituição a uma perspectiva de futuro, na qual crianças pretas e brancas, juntas e sorridentes, representariam a “base do futuro sem fronteiras”. Tratava-se de uma estratégia da presidência do órgão para desmistificar o estigma que a instituição trazia consigo e, assim, empreender as diretrizes para a política nacional de assistência na vertente do Bem-Estar do Menor (REVISTA BRASIL JOVEM, 1977).

Imagem 5: Contracapa da Revista Brasil Jovem



Fonte: Revista Brasil Jovem, n. 39, ano XII, 3º Quadrimestre de 1977.

A imagem de dois meninos sorridentes, representando os menores da FUNABEM, foi utilizada como capa do primeiro exemplar da Revista Brasil Jovem, lançada no mês de outubro de 1966, sob as manchetes: “Desenvolvimento sem preconceitos” e “As revolucionárias diretrizes da política do bem-estar do menor”. Essa mesma imagem passou a ser a contracapa de todos os periódicos seguintes.

Em visita ao Centro Piloto de Quintino, dez anos após a criação da FUNABEM, o então Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, ao discursar na cerimônia de abertura de comemoração do dia das crianças, em 05 de outubro de 1974, demonstrou satisfação ao constatar, segundo ele, as mudanças do SAM para a FUNABEM: “Nesta manhã... Vejo o

milagre da transmutação da sucursal do inferno, da escola do crime e da fábrica de monstros morais... No lugar do SAM, a Fundação; o amor ao invés do crime” (REVISTA BRASIL JOVEM, 1976, p. 2).

Contudo, o Jornalista Carlos Alberto Luppi (1950-2014), um defensor da causa dos menores no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, não conseguiu identificar esse “amor”. Autor do Dossiê “Malditos Frutos do Nosso Ventre”, dedicado às causas humanitárias, recebeu o prêmio internacional Jock Elliot de Contribuição à Humanidade pelo conjunto de reportagens produzidas sobre a situação da criança no Brasil, ao concorrer com jornalistas de 120 países, sendo o único brasileiro a receber essa homenagem. Luppi foi um crítico obstinado do trabalho de Mário Altenfelder, chegando a afirmar, em entrevista à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que Altenfelder era pago pelo UNICEF para fazer uma gestão cruel e que possuía ao menos dez mil laudas de matérias sobre a situação do menor no Brasil (ABI, 2009).

O Dossiê “Malditos Frutos do Nosso Ventre” foi editado e transformado em livro em 1987. Nele, constam relatos de situações vivenciadas pelos menores na FUNABEM, nas FEBEMs Brasil afora, e na FEEM do Rio de Janeiro. Luppi afirmava que a extinção da FUNABEM, com localização no Complexo Piloto de Quintino e idealizada como modelo de atenção educacional, vinha sendo solicitada por inúmeras pessoas que se dedicavam ao estudo e à causa do menor no Brasil. Na avaliação do autor, a FUNABEM se mostrava uma entidade ruim ou ainda pior que o próprio SAM. As denúncias de abusos eram de toda ordem e fizeram parte do cotidiano desses meninos e meninas por longos anos (LUPPI, 1987).

O autor revela, ainda, que, ao final da década de 1980, a FUNABEM estava envolta em uma crise interna e enfrentando problemas de credibilidade pública, e, nessa fase, “tinha mais funcionários do que menores de idade sob seu controle direto”. Além disso, acrescenta, a instituição aplicava quase 60% de seus recursos para a grande minoria de sua clientela (LUPPI, 1987, p. 126), fatos estes que podem ter contribuído para a derrocada desta Fundação, aliados às discussões sobre a necessidade da adoção de novos modos de educar no país (FERNANDES; COSTA, 2021).

Em 1988, um importante documento, elaborado por Ivanir dos Santos¹², um egresso da FUNABEM, aponta o primeiro levantamento sobre o extermínio de crianças no Brasil,

¹² Ivanir dos Santos é doutor em História pela Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

realizado a pedido da Defense for Children Internacional¹³. Como resultado, tornou-se uma referência nacional e internacional na luta pelos direitos da criança, conforme declarado em seu livro, *Marchar não é caminhar: interfaces políticas e sociais das religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro* (SANTOS, 2020). O autor, que fundou a Associação dos Ex-alunos da FUNABEM, contribuiu sobremaneira para a discussão da política de atenção às crianças e adolescentes no fim da década 1980, ampliando uma mobilização social e sensibilizando outras entidades públicas para essa causa.

No que se refere à localização, a FUNABEM esteve abrigada no Centro Piloto de Quintino e à rua Clarimundo de Melo, no bairro de Quintino Bocaiuva, zona norte do Rio de Janeiro. A área física da FUNABEM compreendia cinco escolas: a Escola Quinze de Novembro (ou Ginásio Industrial Quinze de Novembro), que ministrava ensino fundamental e 11 áreas de ensino profissionalizante para meninos; a Escola Eduardo Bartlet James, para meninos entre 06 e 12 anos; a Escola José de Anchieta, para meninas; a Escola Odylo Costa Filho; e a Escola Mário Altenfelder, que já estavam em funcionamento, na forma de internato, semi-internato ou externato, destinado aos menores que estivessem sob o jugo da justiça e também aberta à comunidade (BOMFIM, 1987). Além destas, havia ainda a Casa da Criança, o Centro de Assistência a Excepcionais Menores, o Pavilhão de Recepção e Triagem (masculino), o Hospital Central e o Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos (CELESTINO, 2015).

1.1.3 De Hospital Central do Serviço de Assistência a Menores (SAM) ao Hospital Central da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)

1.1.3.1 O Hospital Central do SAM

Na busca por fontes diretas documentais que remetessem ao Hospital Central do SAM, a hemeroteca digital brasileira teve fundamental importância. Desse modo, cabe retroceder um pouco na linha do tempo deste estudo, para a melhor compreensão histórica, desvelada por decretos publicados pelos Presidentes da República Getúlio Dornelles Vargas (1937-1945) e

¹³ Trata-se de um movimento mundial pelos direitos das crianças, com Secções Nacionais e Membros Associados ativos nos cinco continentes. Com sede em Genebra, na Suíça, cada uma das secções nacionais trabalha nas questões dos direitos da criança que são mais relevantes para os seus respectivos contextos nacionais (<https://defenceforchildren.org/about-us/>).

Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), além de matérias jornalísticas da época, que revelam ensejos relevantes sobre a inauguração do Hospital Central do SAM.

Até a criação do SAM (1941), os cuidados à saúde dos internados eram realizados nas enfermarias do Instituto Sete de Setembro, dispostas por divisões, conforme o gênero dos menores. Assim também eram organizados os profissionais de enfermagem que os atendiam, conforme definidos pelo Decreto nº 21.518, de 13 de junho de 1932, do Presidente Getúlio Vargas. Tal decreto estabelecia que era de competência do enfermeiro e da enfermeira tratar dos doentes, cuidando, zelosamente, da limpeza da enfermaria, das roupas de cama e de vestir, dos utensílios da ventilação das salas respectivas e da aplicação dos remédios e dietas segundo as instruções médicas (BRASIL, 1932). O texto também cita que os ajudantes da(o) enfermeira(o) se incumbiriam dos serviços determinados por eles, no desempenho das suas atribuições.

Após a mudança do Instituto Sete de Setembro para o SAM, o Presidente Getúlio Vargas instituiu o Decreto nº 6.865 de 11 de setembro de 1944, que redefine a competência deste Serviço. Assim, fica criada a função gratificada para “chefe” do Hospital Central do SAM, no quadro permanente de pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, entre outros cargos (BRASIL, 1944b).

O jornal *Correio da Manhã* de 24 de setembro de 1944, na página 5, sob a manchete “A assistência a menores desvalidos e transviados: Vão ser inaugurados o Pavilhão Anchieta e o Hospital do SAM”, fez menção ao Decreto nº 6.865/1944, ao expor que o diretor do SAM, Dr. Meton de Alencar Neto, estava satisfeito com esta publicação por redefinir as funções dentro deste órgão do Ministério da Justiça. O diretor também relevou, conforme a matéria jornalística, os dois novos feitos que seriam empreendidos, como a casa para os transviados, em construção em um dos terrenos do Instituto Profissional Quinze de Novembro [Quintino Bocaiúva], sob a denominação do Pavilhão Anchieta, e o Hospital [Central] do SAM, que abrangeria as clínicas médico-cirúrgica, de grande porte e com aparelhagem moderna (CORREIO DA MANHÃ, 1944, p. 5). Contudo, a matéria não deixa claro se o Hospital do SAM já estaria concluído ou em construção. Até o final do mandato do Presidente Getúlio Vargas, em outubro de 1945, não foram encontrados outros registros sobre o Hospital Central do SAM.

No ano seguinte, o Brasil, sob a gestão do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), desponta com um forte movimento dos jornalistas que pressionavam o diretor do SAM à época, Dr. Braga Netto, para dar respostas às denúncias que estavam sendo veiculadas pela mídia. Esse movimento foi registrado pelo jornal *A Manhã*, de 01 de julho de 1947, página 08, com a manchete “Mesa redonda de jornalistas no SAM para debate do angustioso problema do menor

desvalido ou delinquente”. Nela, discutiu-se sobre as fugas, superlotações, deficiência nas instalações e maus tratos que deixaram o diretor em difícil situação. Este alegou, entre outras justificativas, que estava há apenas três meses na administração daquele espaço (A MANHÃ, 1947, p.8).

Este movimento culminou na visita do Presidente Eurico Gaspar Dutra às instalações do SAM, conforme registrou o jornal *A Manhã*, de 02 de julho de 1947, página 2, ao publicar “Momentos de viva sensação na sede do SAM com a visita do Presidente Dutra”, que percorreu as instalações do SAM, em São Cristóvão, acompanhado por um funcionário. O então Presidente caminhou por várias dependências e, de acordo com a matéria, conseguiu “ver com seus próprios olhos os aspectos constrangedores, as deficiências e as monstruosidades ali existentes, que sem dúvida o devem ter deixado estarecido” (A MANHÃ, 1947, p. 2). Os desdobramentos desta visita continuaram a repercutir pelos meios de comunicação à época.

Após a inesperada visita de Eurico Gaspar Dutra, o jornal *A Manhã*, de 03 de julho de 1947, página 2, publicou a matéria “Dentro de seis meses mudança do SAM para Praia Vermelha”. O noticiário revelava as primeiras medidas do Presidente da República, com destaque para a transferência dos menores da rua São Cristóvão [em São Cristóvão] para o Hospício Nacional dos Alienados, onde funcionaria provisoriamente a triagem do SAM. Outro aspecto importante da matéria foi o questionamento sobre o que fora feito com o hospital construído nos terrenos do Instituto Profissional Quinze de Novembro [Quintino Bocaiúva], que continuava fechado. Assim, o diretor Braga Netto, em visita ao Hospício da Praia Vermelha, respondeu:

[...] este é mais um problema que precisamos resolver. Já há um entendimento nesse sentido, o prédio já está construído e pronto para receber material necessário à sua instalação. Cogita-se agora da verba [...] o ideal seria que ao mesmo tempo ficassem prontas as instalações daqui [Hospício Nacional dos alienados] e do hospital [Quintino Bocaiúva], o que viria beneficiar grandemente o serviço [...] (A MANHÃ, 1947, p. 2).

Na continuidade da matéria jornalística sobre esse fato, publicado em 1947, o jornal *A manhã* ainda esclarece que o Hospital Central do SAM, apontado pelo Decreto nº 6.865/1944, do Presidente Getúlio Vargas, já estaria construído. Embora não fosse encontrado registro sobre a sua fase de obras e construção, o livro *História e Evolução dos Hospitais*, publicado pelo Departamento Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, em 1944, evidencia alguns dos feitos do governo de Getúlio Vargas à época, o que incluiria a construção de “grandes e pequenos hospitais de boa edificação, até luxuosos, alguns” por todo o Brasil, ressaltando

particularmente, os da Capital da República [Rio de Janeiro] e em São Paulo (BRASIL, 1944b, p. 69).

O jornal religioso *A Cruz*, em 19 de setembro de 1948, na página 5, destaca como manchete: “Trouxe para cá apenas o meu coração e a minha boa vontade”. Era a resposta do homenageado da Câmara Municipal, Dr. Hélio Tornaghi, um catedrático das Faculdades de Direito das Universidades Católicas e do Brasil, o novo diretor no SAM. De cunho político, a matéria, de página inteira, exaltava os feitos do Presidente Eurico Gaspar Dutra, citando o alcance da “normalidade administrativa” com algumas medidas tomadas, como reorganização dos espaços, classificação dos menores conforme quociente de inteligência, separação conforme grau de dificuldade pedagógica e periculosidade, entre outras. Além disso, o jornal destaca os “melhoramentos introduzidos”, e neles foi possível identificar:

- [...] 1- Inauguração do Hospital Central do SAM.
- 2- Oficinas de alfaiate, ferreiro, carpinteiro, salão de barbeiro e engraxate.
- 3- Escola, no órgão de triagem, em pleno funcionamento.
- 4- Ambulatório para atender menores, inclusive com tratamento dentário.
- 5- Capela.
- 6- *Play ground*.
- 7- Gabinete de pediatria, ginecologia e clínica médica.
- 8- Gabinete dentário e psicobiológico [...] (A CRUZ, 1948, p. 5).

Embora a matéria jornalística não apresentasse a data precisa da inauguração do Hospital Central do SAM, ela encerra um ciclo importante para este estudo no que tange o contexto da transição política entre os presidentes de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra, da construção ao funcionamento desse Hospital. Compreende-se o esforço de educadores, parlamentares e religiosos e o protagonismo do jornalismo à época, já que o SAM foi criado para sistematizar, fiscalizar e regulamentar as verbas orçamentárias destinadas à assistência social, contribuindo para o apoio técnico e pedagógico das instituições oficiais e privadas de atendimento ao menor desvalido e delinquente (BRASIL, 1941; SOUZA, 2020).

Infográfico I: De Hospital Central do SAM, Hospital Central da FUNABEM ao Hospital da Criança e Do Adolescente (1948-1995)

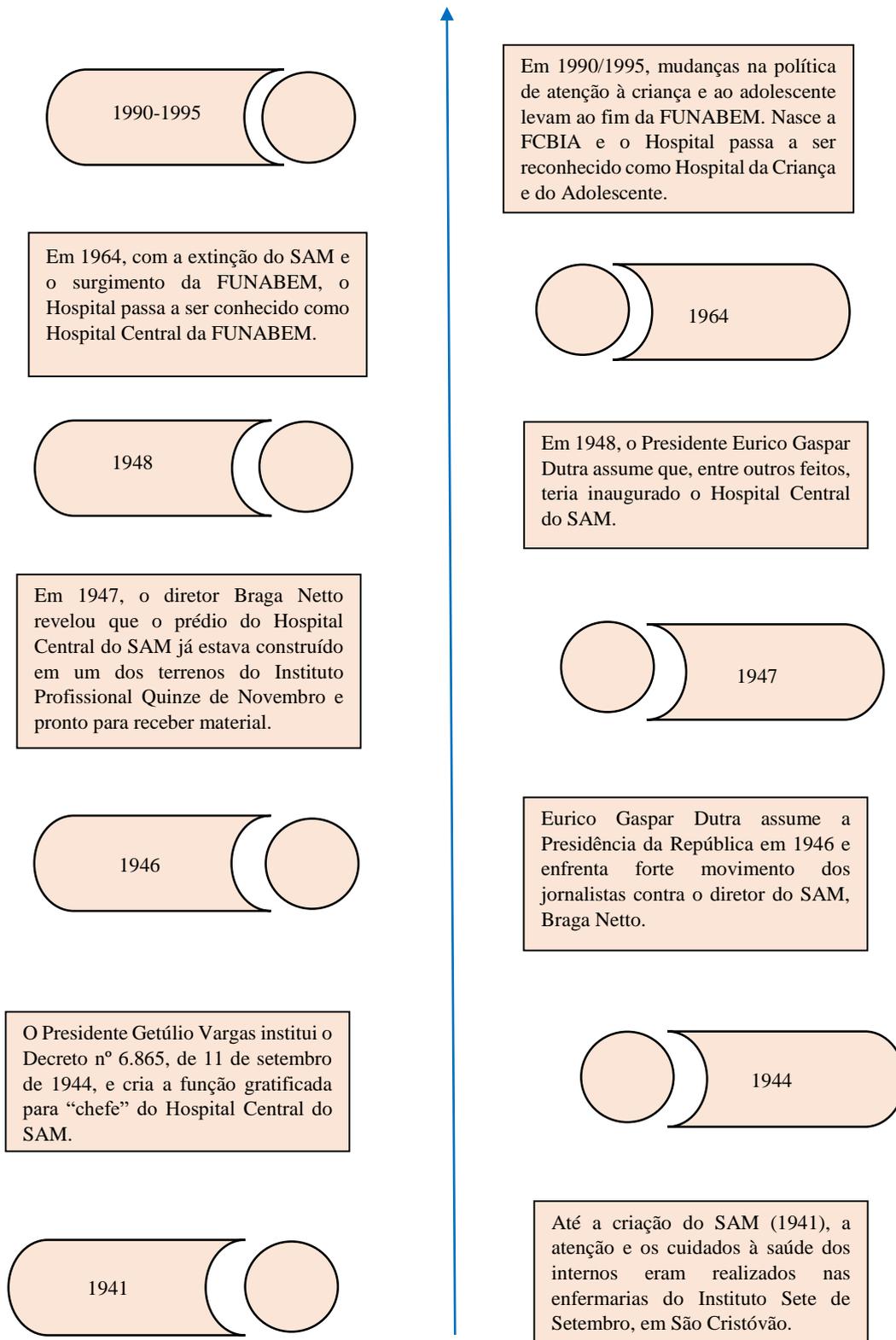


Imagem 6: Ambulância do SAM



Local: Centro Piloto de Quintino.

Fonte: Jornal *A manhã*, de 30/05/1954 (Hemeroteca Digital Brasileira)

A Imagem 6 foi destacada da edição capa do Jornal *Correio da Manhã*, de 30 de maio de 1954, com a reportagem de Flávia da Silveira Lobo intitulada “De volta ao SAM: a procura do certo”. Nela, a jornalista descreve que o Hospital Central do SAM teria melhorado em 100% e que o atendimento do Pronto Socorro estaria um “colosso” ao informar que já foram registradas mais de quinhentas saídas de ambulância. Explicou, ainda, na matéria, que estas transportariam o menor do estabelecimento onde ele estivesse recluso, sob custódia do estado, para o Hospital do SAM e, após a alta hospitalar, o levaria de volta à sua instituição de origem, como mostra a referida imagem, em que uma profissional de enfermagem auxilia uma menor a subir na ambulância enquanto era observada pelo motorista.

1.1.3.2 O Hospital Central da FUNABEM

Com a criação da FUNABEM, em substituição ao SAM (cf. item 1.1.3), também houve a mudança da denominação do Hospital Central do SAM para Hospital Central da FUNABEM.

Destarte, Hospital Central da FUNABEM teve significativa relevância no decorrer do período de funcionamento da Fundação, visto que era entendido como uma unidade de referência para a assistência à saúde dos menores institucionalizados em âmbito nacional, em especial dos quadros considerados de maior gravidade. Tratava-se de um hospital geral, que atendia aos menores em diferentes especialidades médicas, como cirurgia geral e pediátrica, anestesia, ortopedia e traumatologia, otorrinolaringologia, psiquiatria, radiologia, patologia clínica, ginecologia e obstetrícia e a dermatologia. Quanto ao porte, foi classificado como de médio porte em função da capacidade de 140 leitos de internação (REVISTA BRASIL JOVEM, 1971).

No que se refere à arquitetura, de acordo com os dados publicado na *Revista Brasil Jovem*¹⁴, tratava-se de um hospital do tipo monobloco, com dois pavimentos: o térreo e o primeiro andar. No andar térreo, além da portaria principal, estavam localizadas três enfermarias, a Unidade de Atendimento Externo com o Pronto Socorro e o Serviço Ambulatorial, o Consultório Odontológico, o Serviço de Radiologia, a Farmácia¹⁵, o Centro de Estudos, a sala de reuniões e a Biblioteca, a Secretaria, além do Serviço de Apoio, dentre os quais incluía-se a Lavanderia, o Refeitório e a Cozinha. Quanto ao primeiro andar, era constituído pela Unidade de Internação, com seis enfermarias, além do Bloco Cirúrgico, composto pelos seguintes serviços: sala de cirurgia, sala de parto, central de esterilização, sala de ginecologia, antessala cirúrgica e sala de recuperação pós-anestésica. Nesse andar também se encontrava o vestiário dos médicos e o apartamento do médico plantonista, além da copa, da capela e da clausura (REVISTA BRASIL JOVEM, 1971).

Segundo dados publicados na *Revista Brasil Jovem* no ano de 1971, a distribuição das enfermarias, por número de leitos, especialidade médica, faixa etária e localização foi compilada no Quadro 3:

Quadro 3: Distribuição por enfermaria, especialidade médica, faixa etária e localização.

Enfermarias	Grupo Etário	Nº de leitos	Andar
Enfermaria 1 M	10 - 18 anos	18	Térreo
Enfermaria 2 M	04 - 10 anos	17	Térreo
Enfermaria 3 Misto	0 - 03 anos	40	1º andar
Enfermaria 4 F	12 - 18 anos	15	1º andar
Enfermaria 5 F	Maternidade	05	1º andar
Enfermaria 6 F	05 - 11 anos	10	1º andar
Enfermaria 7 F	05 - 12 anos	08	1º andar
Enfermaria 8 M	Cirurgia	05	Térreo
Berçário Misto	----	06	1º andar

Fonte: Revista Brasil Jovem, 1º Trimestre de 1971.

¹⁴ A *Revista Brasil Jovem* pertencia à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Tinha publicação quadrimestral e foi editada entre os anos de 1966 e 1978 (DAMINELLI, 2019).

¹⁵ Ao final da década de 1960, destacava-se também a Farmácia Hospitalar pela sua linha de produção regular de 120 produtos manipulados para uso sob indicação médica, como soluções, xaropes, pomadas, supositórios, bem como produtos de toucador e de limpeza, de um modo em geral. A proposta era a redução dos custos, a manutenção de um conceito que despertasse entusiasmo na equipe de trabalho, considerado de grande repercussão à época, além da oferta de um estágio, em caráter experimental, cuja preocupação da FUNABEM pautava-se na importância do ensino, além de oportunizar uma profissão aos alunos após o desligamento da FUNABEM, ao alcançarem a maioridade (REVISTA BRASIL JOVEM, 1971).

Assim, de acordo com o descrito no Quadro 3, no Hospital Central da FUNABEM o atendimento era realizado para a faixa etária de 0 a 18 anos, e os leitos das enfermarias eram separados de acordo com o gênero e faixa etária dos menores, considerando como “misto” apenas os pacientes internados no berçário e na enfermaria destinada à faixa etária de 0 a 3 anos de idade.

Destaca-se, ainda, que a revista publicou informações a respeito da equipe multidisciplinar e ao quantitativo de profissionais da saúde que exerciam funções no Hospital Central da FUNABEM, distribuídos nas diferentes categorias, conforme quadro abaixo (REVISTA BRASIL JOVEM, 1971).

Quadro 4: Categorias profissionais atuantes no Hospital Central da FUNABEM:

Setor/Serviço	Quantitativo/Categoria Profissional
Odontologia	2 Dentistas
Medicina	17 médicos
Enfermagem	02 Enfermeiras Diplomadas, 24 Auxiliares de Enfermagem e 19 Atendentes
Farmácia	03 Farmacêuticos e 02 Auxiliares
Radiologia	03 Técnicos
Laboratório de Análises Clínicas	1 Bioquímico e 04 Técnicos
Secretaria	01 Auxiliar de Administração, 06 Auxiliares de Escritório
Portaria	01 Porteiro
Refeitório e Cozinha	03 Cozinheiros, 03 Auxiliares e 03 Copeiros
Lavanderia	06 passadeiras, além de Engomadeiras e Lavadeiras
Limpeza	17 serventes
Manutenção	02 funcionários

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2023).

Os profissionais citados no artigo da *Revista Brasil Jovem* totalizavam cerca 119 trabalhadores, capazes de atender às demandas clínicas e cirúrgicas e de suporte às internações e a manutenção do Hospital, conforme sua complexidade. Além do acompanhamento ambulatorial de certas especialidades, o Hospital contava com serviço de pronto-socorro, com médico plantonista nas 24 horas. Importante destacar, por fim, que cabia ao Hospital atender aos menores da FUNABEM no Centro Piloto de Quintino e nos estabelecimentos conveniados

a ela. no âmbito dos Estados, Municípios e entidades privadas que necessitassem de um atendimento médico de maior complexidade (REVISTA BRASIL JOVEM, 1971).

1.1.3.3 O Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos (CEDEP)

A criação e a implantação de um Centro de Estudos que atendesse às demandas do Hospital Central da FUNABEM serviu para atender a uma recomendação legal, a Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, que, em seu Artigo 7º, das Competências, estabelecia, entre outras providências, a de realização de estudos, inquéritos e pesquisas sobre a situação do menor no país, a promoção de cursos, seminários e congressos, além de propiciar a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal técnico, assim como prover assistência especializada aos Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas que a solicitassem (BRASIL, 1964).

Então, em 2 de dezembro de 1974, dia de comemoração dos dez anos de Lei nº 4.513, foi inaugurado o Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos, como noticiado pelo *Jornal Imprensa*, página 2, sob a manchete “Ministro [da Previdência e Assistência Social Nascimento e Silva] inaugura hoje Centro de Estudos: FUNABEM”. A matéria jornalística destaca que o objetivo do CEDEP era contribuir para a formação de recursos humanos integrados no atendimento e promoção do menor, de modo a suprir “uma escassez de pessoal habilitado”. Pontua, ainda, que o Centro de Estudos estaria desenvolvendo suas atividades desde o dia 12 de março de 1973 e que “quatro turmas de estagiários” estariam ocupando importantes posições em seus Estados de origem (JORNAL IMPRENSA, 1974).

A denominação do CEDEP foi uma homenagem ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil, Milton Soares Campos¹⁶, cuja gestão foi de abril de 1964 a outubro de 1965. O Ministro teve importante participação na implantação da FUNABEM, sancionando o Decreto de sua criação, no ano de 1964, durante o governo do Presidente da República Humberto Castelo Branco (CABRAL, 1982).

¹⁶ Milton Soares Campos nasceu em Ponte Nova (MG), em 1900, e faleceu em 1972. Na sua trajetória profissional, atuou como professor, jornalista e advogado, considerado importante político à sua época. Elegeu-se como Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Senador e, por fim, foi nomeado como Ministro da Justiça. Deixou o cargo em outubro de 1965, após discordar do Ato Institucional nº 2, já que discordou da maior parte das reformas mencionadas por representarem uma inflexão dentro do próprio regime, vigente desde 1964, retornando, desse modo, ao cargo de Senador da República (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2001).

Conforme Celestino (2015, p. 238), o CEDEP tinha a incumbência de organizar as capacitações de todo o pessoal inserido nas instituições governamentais diretamente agregadas à FUNABEM, assim como responsabilizar-se pelos “estudos estatísticos acerca da realidade do menor” no Brasil.

Nesse sentido, o CEDEP tinha como finalidade integrar as ações e melhorar a qualidade técnica e científica dos recursos humanos mobilizados para os programas de atendimento ao menor. Além disso, mereceu destaque pela oferta de cursos de qualificação profissional na área da saúde, através do Núcleo de Formação Profissional, a nível fundamental, tais como o Auxiliar de Serviços Médicos, o Auxiliar de Serviços em Patologia Clínica, o Auxiliar de Serviços em Farmácia e Almoarifado, o Auxiliar de Serviços em Laboratório e o de Prótese Odontológica, assim elencados pela Câmara de Ensino Supletivo, através do Parecer nº 402/89 do Conselho Estadual de Educação (CEE) (RIO DE JANEIRO, 1989a).

O Parecer nº 402/89 do CEE traz, em seu histórico, uma breve retrospectiva, onde detalha:

A Sra. Marina Bandeira, Presidente da Fundação do Bem-Estar do Menor, através do Ofício nº 393/89, solicita a este Conselho [da Câmara de Ensino Supletivo] convalidação de Estudos dos alunos dos Cursos de Qualificação Profissional na Área da Saúde, à nível de 1º grau, ministrados no Centro de Estudos do Hospital Central [da FUNABEM] e autorizados pelo Parecer nº 262/ 83 (RIO DE JANEIRO, 1989a).

Acrescenta-se ao mesmo parecer, no que tange a convalidação dos referidos Cursos, a documentação comprobatória e a declaração da Supervisora Educacional sobre o funcionamento destes, organizados e desenvolvidos de acordo com as normas vigentes à época. Em sua declaração, a Supervisora menciona os cursos que funcionaram de 1972 a 1988, antes da Portaria nº 9.287/DAT, de 17 de fevereiro de 1989, quando foram autorizados, oficialmente, os cursos de Auxiliar de Serviços Médicos, Auxiliar de Serviços em Patologia Clínica, Auxiliar de Serviços em Farmácia e Almoarifado, Auxiliar de Serviços em Laboratório e o de Prótese Odontológica (RIO DE JANEIRO, 1989b).

O Relator da matéria e Presidente da Câmara de Ensino Supletivo, Fernando Bastos de Ávila, acompanhado pelos demais membros, Anna Maria Bezerra de Menezes Costa, Silvino José Fritzen e Tércio Pacitti, foram favoráveis a convalidação dos estudos dos alunos que concluíram os referidos cursos de qualificação profissional na Área da Saúde, em nível de 1º grau, no período de 1972 a 1988. O parecer foi aprovado por unanimidade pelo plenário da Câmara de Ensino Supletivo (RIO DE JANEIRO, 1989a).

A oferta dos cursos feita pelo CEDEP fez parte de uma estratégia da FUNABEM para inserção social dos menores que deixariam a instituição ao completarem 18 anos. Contudo, essa oportunidade também se dava para o público em geral, como foi noticiado por jornais de grande circulação carioca, à época, como o *Jornal do Brasil*, na coluna “Saúde”, publicado em 15 de janeiro de 1990, na página 4, ao comunicar que o Centro de Estudos do Hospital Central da FUNABEM estava oferecendo vagas em cursos de formação de profissionais da área da saúde para jovens que já possuísem o ensino fundamental completo.

A expertise dos profissionais de saúde para ofertar qualificação aos trabalhadores e público em geral ia ao encontro das diretrizes do SUS. A matéria jornalística publicada no jornal *O Globo*, em 16 de dezembro de 1990, na página 18, sob o título “Cursos do hospital preparam para o mercado de trabalho”, enfatizava que cinco cursos profissionalizantes eram regularmente ministrados pelo hospital, nas áreas de farmácia, enfermagem, odontologia, análises clínicas e prótese odontológica. O conteúdo da reportagem finaliza com a informação de que o ingresso dos candidatos nos cursos se daria por inscrição e prova de seleção (O GLOBO, 1990).

Apesar de o Centro de Estudos do Hospital Central da FUNABEM ter uma acomodação própria no Centro Piloto de Quintino, este não era suficiente para que todas as aulas fossem ali ministradas. Assim, a parte teórica das aulas se dava em espaços externos ao Hospital, porém no âmbito do Centro Piloto de Quintino. A parte prática era desenvolvida nas instalações do hospital, pois entendia-se que esse espaço reunia as condições necessárias à diversidade de experiências práticas, conforme relato de uma ex-aluna do Curso de Auxiliar de Enfermagem do início da década de 1990:

[...] lembro que recebemos um crachá. Quando a gente entrava [no Centro Piloto de Quintino] tínhamos que apresentar. [...] as aulas teóricas eram ministradas por dois enfermeiros e não eram no espaço hospitalar, só as práticas. [...] eu ficava mais na parte de materno-infantil, na parte das meninas, dos especiais, que eram crianças que foram abandonadas e tinham também as crianças com HIV [...]. (P8)

O local de aulas, citado pela participante P8 durante a entrevista, foi o prédio da Escola Odylo Costa Filho, antigo abrigo masculino e, portanto, no interior do Centro Piloto de Quintino, em uma área um pouco mais distante da portaria principal. Tal informação foi possível pela busca por informações que levassem a maiores dados sobre o Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente. Desse modo, o acesso a dois importantes

documentos¹⁷ (e uma fotografia), cedidos por uma egressa do Curso de Auxiliar de Enfermagem, que o iniciou em 23 de março de 1992 e cuja cerimônia de formatura ocorreu em 16 de março de 1993, contribuíram muito para o alcance de dados até então não obtidos.

Imagem 7: Carteira de identificação da discente

CENTRO BRASILEIRO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA
Hospital da Criança e do Adolescente
CENTRO DE ESTUDOS

CARTÃO DE INSCRIÇÃO N.º: 125

CURSO: Auxiliar de enfermagem

Nome do Candidato: Gilcimara Silveira

End.: Rua Rio Grande 07-162

Filiação: Gilcimara Silveira

Data de Nascimento: 07/10/76

CARTÃO DE USO OBRIGATORIO NO DIA DAS PROVAS C/A IDENTIDADE.

Assinatura do Candidato: Gilcimara Silveira

Local: Centro Piloto de Quintino.

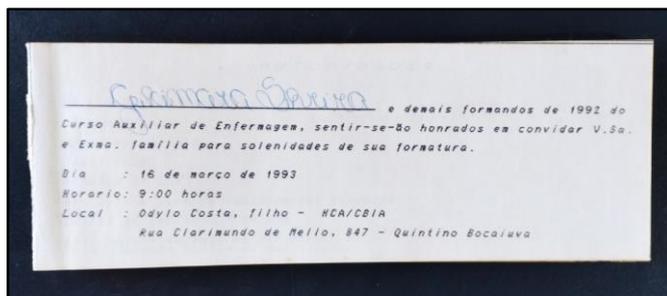
Fonte: Acervo de Gilcimara Silveira (egressa).

Na imagem do cartão de identificação discente (Figura 7), além dos dados pessoais, foi possível verificar o logo que passou a representar a Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência¹⁸, a nova denominação do Hospital da Criança e do Adolescente e do Centro de Estudos, também incluídos no carimbo sobre a foto. Portanto, a extinção da FUNABEM, ocorrida no início da década de 1990, não interrompeu bruscamente as atividades do Centro de Estudos. Contudo, sabe-se que o encerramento das atividades do Hospital Central se deu em data anterior a março de 1995 (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2004).

¹⁷ Os documentos cedidos por Gilcimara Silveira referem-se à carteirinha de identificação discente e o convite para cerimônia de formatura e uma fotografia (imagem 8) que destaca uma missa realizada durante a cerimônia de formatura do Curso de Auxiliar de Enfermagem. Incluem-se ainda, os quadros 05 e 06 que correspondem à relação nominal dos docentes do curso e dos que foram homenageados na cerimônia de formatura.

¹⁸ Importante destacar que, embora pelo Decreto nº 8.029/1990 a denominação da FUNABEM tenha sido alterada para FCBIA, foram verificados alguns documentos utilizando a sigla apenas como CBIA.

Imagem 8: Convite da cerimônia de formatura do Curso de Auxiliar de Enfermagem



Local: Centro Piloto de Quintino.
 Fonte: Acervo de Gilcimara Silveira (egressa)

A Imagem 8 retrata a primeira página do convite da cerimônia de formatura de Gilcimara Silveira, egressa do curso de Auxiliar de Enfermagem do Centro de Estudos, em março de 1993. Trata-se de uma das últimas turmas de concluintes do Curso de Auxiliar de Enfermagem pelo Centro de Estudos, antes do encerramento total das atividades do Hospital da Criança e do Adolescente. Sobre o convite, cabem algumas considerações.

O nome da turma escolhido pelos 27 formandos foi uma homenagem ao sociólogo Herbert de Souza. Nele, houve a confirmação do nome dos docentes e as respectivas homenagens a eles prestadas, além da identificação do nome do diretor do Hospital, Dr. Carlos José de Vasconcellos Carvalho, e dos chefes de enfermagem à época, os enfermeiros Alair Barbosa e Yolanda Sallin do Nascimento. Por se tratar de um órgão federal, o convite ainda trouxe o nome do Presidente da República, Itamar Franco, e do Ministro da Saúde, Jamil Haddad. Para melhor reconhecimento dos docentes e de suas respectivas categorias profissionais, elaborou-se o Quadro 5.

Quadro 5: Docentes do Curso de Auxiliar de Enfermagem

Docentes	Categoria profissional
Alair Barbosa	Enfermeiro
Bárbara Neide Costa	Enfermeira
Lenira Akcelrud Finkel	Médica
Lindalva Amaral dos Santos	Enfermeira
Lucia Godim S. Cruz	Enfermeira
Mário Roberto José Ferreira	Professor
Maria Delzita Neves	Médica
Maria Nira Otoni Rodrigues	Enfermeira
Sebastião Cavalcante de Almeida	Médico
Stella Klabin	Médica
Vicente José Furtado	Médico
Yolanda Sallin do Nascimento	Enfermeira

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O Quadro 5 apresenta os profissionais de saúde que participaram como docentes do Curso de Auxiliar de enfermagem, distribuídos por ordem alfabética, como descrito no convite de formatura, sendo 06 enfermeiros, 05 médicos e 01 professor, cuja área de atuação não foi revelada. Verificou-se que, por se tratar de um curso ofertado pelo Centro de Estudos em *locus* hospitalar, essa interdisciplinaridade foi favorecida, à exceção apenas da prática, realizada exclusivamente por enfermeiros.

Os docentes do Curso de Auxiliar de Enfermagem eram detentores de um *habitus* adquirido e atualizado no decorrer do exercício de funções como enfermeiros e médicos, conforme sua trajetória profissional em um Hospital Geral, e foram reconhecidos por isso, o que os colocaria em posição de destaque por usufruírem de importante do capital simbólico no contexto da saúde daquela Unidade. Destaca-se, ainda, que as aulas ministradas e a prática supervisionada foram realizadas por profissionais de relevante capital cultural e, portanto, porta-vozes autorizados do discurso sobre temáticas da área da saúde, sobretudo assistencial.

Quadro 6: Docentes Homenageados na cerimônia de Formatura

Tipo de Homenagem	Homenageado
Homenagem Especial	Enfermeira Maria Nira Otoni. Rodrigues
Homenagem Afetiva	Dr. Vicente José Furtado
Homenagem de Gratidão	Enfermeira Lucia Godim S. Cruz
Grande Homenagem	Enfermeira Yolanda Sallin do Nascimento
Homenagem de Honra	Enfermeiro Alair Barbosa
Paraninfo	Enfermeira Yolanda Sallin do Nascimento
Homenagem	Prof. Celso do Nascimento Faustino
Administrativa	Prof. Mário Roberto José Ferreira

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O Quadro 6 apresenta as diferentes homenagens prestadas pelos discentes do Curso de Auxiliar de Enfermagem aos docentes e administrativos, com destaque para Yolanda Sallin do Nascimento, homenageada por duas vezes pela turma. Conforme o convite para a cerimônia de formatura, a enfermeira participava da chefia de enfermagem e era docente do curso. O Centro de Estudos levou os discentes a identificarem o importante capital cultural dos homenageados, e o reconhecimento do capital científico dos docentes lhes conferiu prestígio e despertou maior admiração dos discentes.

Para Bourdieu (2015), o capital cultural se apresenta de três modos: no estado incorporado, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais, como quadros, livros, dicionários; e no estado institucionalizado, na

forma de objetivação, na forma de diploma, conferindo uma certidão de competência cultural aos discentes que finalizaram o Curso de Auxiliar de Enfermagem.

O certificado de conclusão do Curso de Auxiliar de Enfermagem, emitido em 16 de agosto de 1993, pelo “Hospital da Criança e do Adolescente - Centro de Estudos e Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência – CBIA” e conferido à egressa Gilcimara Silveira, reafirma o ato autorizativo do curso pela Portaria nº 9.287/DAT, de 17 de fevereiro de 1989, e o Parecer nº 52 de 31 de janeiro de 1991, que reconhecem a legitimidade do curso para acontecer naquele estabelecimento. O certificado foi assinado pelo diretor Dr. Trajano Paulo Caldas, embora o Dr. Carlos José de Vasconcellos Carvalho constasse no convite de formatura como diretor do HCA, e pelo assistente administrativo e secretário escolar Celso do Nascimento Faustino (RIO DE JANEIRO, 1989b; 1991).

A função social da certificação escolar ou do diploma é explicada por Bourdieu (2015, 86) a partir da busca dos agentes sociais por autoridade que os legitimem a atuar no mundo social, além disso, o certificado conferiu aos alunos do Curso de Auxiliar de Enfermagem um reconhecimento legitimado pelo Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente através de uma “certidão de competência cultural”, propiciando a inclusão desses jovens do mercado de trabalho da saúde no Rio de Janeiro.

Imagem 9: Foto da celebração de uma missa durante a cerimônia de formatura do Curso de Auxiliar de Enfermagem, 1992



Local: Quadra do Centro Piloto de Quintino.
Fonte: Acervo de Gilcimara Silveira (egressa).

A Imagem 9 retrata o dia da cerimônia de formatura do Curso de Auxiliar de Enfermagem, ocorrida na quadra de esportes da Escola Odylo Costa Filho, onde um altar foi

improvisado para a realização de missa comemorativa. É possível notar que a discente se prepara para a entrega de uma vela ao sacerdote católico para o início da celebração.

São tradicionalmente comuns a correlação da enfermagem com os ritos religiosos. Para Bourdieu (2007, 34), o campo religioso acaba por realizar um “processo de moralização e sistematização, que passa pela constituição de instâncias habilitadas à produção, reprodução ou difusão dos bens religiosos”. Assim, o rito de uma missa reforçaria nos novos Auxiliares de Enfermagem a reprodução de valores como o respeito pela vida ao cuidar do próximo, o sentimento de solidariedade, a bondade e a dignidade.

1.1.4 De Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor à Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência

A FUNABEM, no decorrer de 26 anos de existência (1964-1990), permaneceu como instituição estatal para a implementação da Política Nacional do Bem-estar do Menor, com a finalidade de amparar o menor e sendo a responsável pelos abandonados e infratores no país. No entanto, ao longo de sua trajetória, recebeu críticas contundentes de opositores, como juristas, professores, religiosos, profissionais do campo da educação, entre outros, em função do regime assistencialista e correcional-repressivo adotado pela Fundação, além do quantitativo de recursos financeiros para sua manutenção (DAMINELLI, 2019).

As críticas mais enfáticas à FUNABEM tiveram início na década de 1980, coincidindo com o processo político de redemocratização brasileira e com as influências da política externa mundial apoiada pela ONU, por meio das Assembleias, que culminaram com a Convenção sobre os Direitos das Crianças. Uma das iniciativas que merece destaque foi a elaboração dos Artigos 227 e 228 da recém-criada Constituição da República Federativa do Brasil, no ano de 1988 (BRASIL, 1988).

Segundo alguns estudos, esses artigos foram considerados um marco para esse grupo populacional, já que houve o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. No artigo 227 da Constituição Federal, ficam evidentes os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Já o Art. 228 faz importante referência à inimputabilidade penal dos menores de 18 anos, além de ambos serem entendidos como determinantes do dispositivo legal que atendessem às necessidades da criança e do Adolescente (FERNANDES; COSTA, 2021; MARCÍLIO, 1998).

No escopo do avanço observado com os artigos 227 e 228 da Constituição Federal, cabe ressaltar, também, o dever da família, da sociedade e do Estado para assegurar esses direitos, ora reconhecidos. Caberia ao Estado, sobretudo, prover programas integrais de assistência, fosse na aplicação de recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil, fosse na criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins. Também era sua função reconhecer como inadmissível o trabalho aos menores de 14 anos e não tolerar o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente (BRASIL, 1988).

Assim, ancorado nesses Artigos da Nova Constituição Federal, e com a ratificação da normativa internacional da Convenção sobre os Direitos das Crianças, no ano de 1990 foi promulgada a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, pelo Presidente Fernando Collor de Melo, que dispunha sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990).

Importa destacar que o ECA considerou como criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescentes aqueles entre 12 e 18 anos de idade, contemplando, em seu Art. 3, a garantia de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, em consonância com o Art. 227 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990).

Lima (2012) ressalta que, na vertente da proteção aos direitos da criança e do adolescente, o ECA conseguiu romper, ao menos no âmbito formal, com uma estrutura assistencialista que coisificava a infância e a enquadrava na situação irregular sob o rótulo da menoridade. O arcabouço do ECA era percebido como um conjunto de dispositivos legais, cuja finalidade era a promoção e efetivação dos direitos fundamentais dessa parcela da população.

Desse modo, é possível constatar que o ECA iniciou uma nova fase no direito da criança e do adolescente, servindo como um instrumento jurídico-normativo que pretendia garantir a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas para o alcance de condições dignas de existência. O ECA reconheceu, ademais, para esse grupo, o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento e os apresentou como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, garantidos na Constituição e nas

leis. Com ele, portanto, um novo modelo de atenção e assistência estaria por vir, à despeito de antigas políticas voltadas para o tratamento com os menores¹⁹ no Brasil (LIMA, 2012).

A promulgação do ECA, ao assegurar a participação popular paritária por meio de organizações representativas, fortaleceu os movimentos sociais que, impulsionados pela luta em defesa da criança e do adolescente, participaram mais do processo de abertura das Fundações às comunidades, a exemplo do que já ocorria no Centro Piloto de Quintino. Algumas dessas Fundações tiveram suas estruturas locais reorganizadas para serem utilizadas como clubes e centros de saúde, resultado da mudança de regime de atendimento às crianças, do internato para o semi-internato. Desse modo, surgiram propostas para a criação de alternativas institucionais visando integrar a criança ao meio social (RIZZINI, 2004).

A política de proteção integral, preconizada pelo ECA, fez emergir a necessidade de novos dispositivos legais que reordenassem a política vigente. Assim, em 12 de outubro de 1991, foi assinada a Lei nº 8.242 pelo então Presidente Fernando Collor de Mello que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) com a premissa de elaborar e fiscalizar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, previstas nos Artigos 87 e 88 do ECA (BRASIL, 1991a).

Tais artigos descrevem a necessidade de implementação de políticas sociais básicas, como serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências, assim como modos de prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar. Desse modo, a descentralização no atendimento e a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, como órgãos deliberativos e controladores, estariam assegurados em todas as esferas de governo (CELESTINO, 2015).

O ECA foi uma das mudanças nas políticas sociais previstas pelo Presidente Fernando Collor de Mello com base em propostas neoliberais²⁰, pois ele assumiu o país em um momento

¹⁹ A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), foi abolido o uso de termo “menor”, considerado inapropriado, pejorativo e por trazer consigo um retrospecto da discriminação e exclusão social pelas experiências vividas por muitos deles, ao longo do tempo e ao redor do mundo. Historicamente, identificavam-se os “menores” como indivíduos sujeitos à aplicação especial das leis, por não serem considerados os seus direitos como cidadãos (RIZZINI, 2004).

²⁰ O pensamento liberal do final do século XX, comumente denominado “neoliberalismo”, reapareceu logo após a Segunda Guerra Mundial, em contraposição às políticas keynesianas e sociais-democratas, que estavam sendo implementadas nos países centrais. O neoliberalismo consiste em uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista, opondo-se fortemente a qualquer forma de planejamento da economia. No Brasil, o neoliberalismo foi introduzido associado ao discurso da necessidade de modernização do país, que se iniciou no governo de Fernando Collor de Mello (RIZZOTTO, 2008).

em que se atravessava uma grave crise econômica, provocada por elevadas taxas de inflação. Assim, um dia após a posse, implementou um pacote econômico intitulado Brasil Novo, que se popularizou como Plano Collor e que representava um conjunto de medidas visando a estabilização da moeda. O plano previa, como principais ações, o bloqueio da liquidez dos depósitos em contas de poupança e das aplicações financeiras, o congelamento de preços e salários por 45 dias, o aumento das tarifas de serviços públicos, a extinção de 24 empresas estatais e a demissão de 81 mil funcionários públicos. As medidas incluíam, ainda, a revisão de direitos sociais e trabalhistas, já garantidos pela Constituição Federal (BERNARDO, 2023).

Vale ressaltar que o governo de Fernando Collor de Mello, além da reforma econômica, propôs uma reforma administrativa que, a partir da publicação do ECA, promoveu o encerramento do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Suas atribuições foram partilhadas entre a área social, que passou a ser de responsabilidade do Ministério de Ação Social (MAS), e a saúde, responsabilidade do Ministério da Saúde. A Previdência, por sua vez, foi incorporada, sob forma de Secretaria Nacional, no recém-criado Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS) (ZANELLA, 2018).

Acrescenta-se, aqui, o fato de que, além dos apelos sociais e dos organismos internacionais pela demanda em atender às necessidades de proteção integral às crianças e adolescentes, a reforma administrativa se deu em função dos elevados recursos dispensados para a institucionalização infanto-juvenil, já que, por muito tempo, estimulou-se o financiamento de unidades particulares conveniadas à FUNABEM e às FEBEMs (Estados e Distrito Federal). Dados do MPAS (1991) apontaram que a FUNABEM, entre as décadas de 1970 a 1980, ampliou o número de atendimento de 741 mil para 1.358.000, entre crianças e adolescentes, elevando os custos para manutenção desses nos espaços de internação. Soma-se a isso as críticas relativas ao empreguismo atribuídos à Fundação (ZANELLA, 2018).

Embora fossem desconsideradas as orientações dos organismos internacionais no que tange a desinstitucionalização de menores, a FUNABEM foi concebida e mantida através de importantes aportes financeiros, com vistas a atender demanda da Política de Segurança Nacional através do controle social imposto pelo regime militar à época. Contudo, fatores econômicos vividos mundialmente influenciaram na sua derrocada. Assim, a crise econômica e política, instaurada na década de 1980, contribuiu para que os “economistas passassem a defender o posicionamento de que os programas assistenciais eram uma ameaça ao equilíbrio financeiro do sistema previdenciário” (FERNANDES; COSTA, 2021, p. 27).

Nesse contexto, ocorreu a alteração da denominação da FUNABEM para Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA), através da Lei nº 8.029, de 12 de

abril de 1990. Com a promulgação do ECA, três meses depois, a FUNABEM foi anulada expressamente, através do Art. 267. Cabe salientar que a mesma legislação que criou a FCBIA dispôs sobre a extinção e dissolução de entidades como autarquias, fundações, uma empresa pública e uma sociedade de economia mista, todas mantidas, até então, sob a administração pública federal (BRASIL, 1990; ZANELLA, 2018).

A FCBIA foi, então, incumbida de formular, normatizar e coordenar a política de defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como prestar assistência técnica a órgãos e entidades que executariam essa política, numa perspectiva de substituir a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), vigente até então, por uma política de atenção integral, voltada para as diretrizes do ECA que ora se construía (BRASIL, 1990; CÂMARA, 2017).

A alteração na denominação de FUNABEM para FCBIA também provocou modificações na estrutura do Núcleo de Formação Profissional do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos, do Hospital Central da FUNABEM, que passou a denominar-se Centro de Estudos do HCA, mantida a sede na rua Clarimundo de Melo, nº 847, Quintino Bocaiúva, Município do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1990, sendo presidente da FCBIA, à época, Maria de Fátima Borges de Omena (RIO DE JANEIRO, 1991b).

Tal como consta do ofício nº 04/CDCE, enviado pela Coordenadora Setorial da Coordenação de Credenciamento Escolar da Subsecretaria de Educação da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) do Rio de Janeiro, Maria Cláudia Nunes da Fonseca, ao explicitar à presidente da FCBIA as providências tornadas públicas a partir de 15 de março de 1990, no que tange à nova denominação e à entidade mantenedora do acima citado Centro de Estudos, determina:

- 1- Denominação: Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente;
- 2- Entidade Mantenedora: Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência, sendo presidente MARIA DE FÁTIMA BORGES DE OMENA (RIO DE JANEIRO, 1991b).

Cabe destacar que é nesse contexto que a Câmara de Ensino Supletivo do Conselho Estadual de Educação (CEE) da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, através do Parecer nº 52/91, “autoriza o funcionamento do Curso de Qualificação Profissional em nível de 2º grau, na Área da Saúde, no Centro de Estudos do Hospital Central da FCBIA” (RIO DE JANEIRO, 1991a, p. 14), em atendimento à solicitação da presidente desta Fundação, conforme deliberação do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, nº 73/80. A Comissão de Verificação foi composta pelos Supervisores Educacionais Jubiraci Mysen Fonseca dos

Santos, Ermelinda Barcellos Garcia e Leila Nunes da Fonseca, sob a presidência do primeiro, e emitiu parecer favorável, conforme consta do art. II da Deliberação 73/80:

As instituições que, possuindo excepcionais condições de instalações, recursos humanos e materiais e cujo projetos apresentem inovações metodológicas, poderão ser autorizadas a ministrar cursos profissionais em nível de Técnico ou Auxiliar Técnico quando se justificarem tais ofertas pela via supletiva (RIO DE JANEIRO, 1991b).

Assim, foi encaminhada, pela Câmara de Ensino Supletivo composta pelos seguintes membros: Roberto Fernando Leão Velloso Ebert (presidente), Plínio Comte Leite Bittencourt (relator), Arthur Cezínio de Almeida Santa Rosa, Luis Tadeu Nascimento, Mirian Paura Sabrosa Zippin Grinspun e Silvino José Fritzen, a autorização dos seguintes cursos, depois de também aprovado pelo plenário, em 31 de janeiro de 1991: Auxiliar de Enfermagem; Técnico de Enfermagem; Auxiliar de Patologia Clínica; Técnico de Patologia Clínica; Atendente de Consultório Dentário; Auxiliar em Laboratório de Prótese; Técnico em Laboratório de Prótese Odontológica; e Auxiliar de Farmácia (RIO DE JANEIRO, 1991b).

Para avaliação pela Câmara de Ensino Supletivo do Conselho Estadual de Educação da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, o processo foi instruído com planos operacionais de cada um dos cursos, com objetivos específicos, duração, horários, componentes curriculares, carga horária, metodologia, clientela, recursos humanos e materiais, equipamentos e sistema de avaliação (RIO DE JANEIRO, 1991b).

O *Jornal do Brasil*, considerado um periódico de grande circulação no país, também deu destaque aos cursos da área da saúde do HCA em publicação na coluna “Saúde”, em 04 de fevereiro de 1991, página 4. A matéria informava que estavam abertas “inscrições gratuitas” para jovens entre 17 e 25 anos de idade para os cursos de qualificação profissional na área da saúde, ofertados pelo Centro de Estudos da FCBIA (JORNAL DO BRASIL, 1991).

O jornal *O Globo*, em outra matéria, publicada em 04 de fevereiro de 1992, na página 8, sob o título “Hospital oferece cursos para auxiliares”, enfocava a abertura de 83 vagas para os cursos de auxiliar de enfermagem, de farmácia, de patologia clínica, de laboratório e de prática odontológica (O GLOBO, 1992), portanto, uma oportunidade para qualificação profissional daquela comunidade adstrita.

Importa destacar, também, que, no ano seguinte, em 02 de janeiro de 1993, já sob a iminência de encerramento das atividades do HCA, foi publicado, no *Jornal dos Sports*, na página 07, uma matéria intitulada “FCBIA oferece cursos na área da saúde”. O texto enfatizava que as aulas seriam ministradas no Hospital e salientava dois eventos importantes: o fato de que

os cursos seriam reconhecidos pelos conselhos de educação, enfermagem e odontologia; e de que, entre os cursos a serem ministrados, de nível fundamental, destacava-se o de Técnico em Análises Clínicas (JORNAL DOS SPORTS, 1993).

No Estado do Rio de Janeiro, na vigência da gestão do governador Leonel Itagiba de Moura Brizola (1991-1994), com vistas a atender às demandas da nova política de atenção integral propostas pela FCBIA, firmou o convênio nº 034-A/00/93 com o Governo Federal, em 10 de agosto de 1993. Tal iniciativa visava um compromisso de cooperação mútua, através de ações integradas, e a concretização de medidas de proteção e socioeducativas destinadas às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Estas deveriam ser desenvolvidas nas Unidades que compõem o complexo educacional denominado Centro Piloto de Quintino (RIO DE JANEIRO, 1993; FIGUEIREDO, 2013).

Contudo, novas mudanças políticas aconteceram ao longo da década de 1990, e a FCBIA foi extinta, juntamente com os ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional, pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), no primeiro dia em que assumiu o Governo Federal, através da Medida Provisória nº 813, de 01 de janeiro de 1995, transferindo para o Ministério da Justiça as questões referentes aos direitos das crianças e adolescentes (BRASIL, 1995). Os desdobramentos levaram ao encerramento das atividades da FCBIA e da Legião da Boa Vontade (LBV), já que ambas consumiam dispendioso orçamento da União, além de haver suspeita de corrupção (ZANELLA, 2018).

1.1.5 As reformulações da educação na década de 1990

Na década de 1990, o Brasil protagonizou relevantes reformulações nas políticas da educação. Estas representaram um marco social pelas mudanças pedagógicas que tiveram por fundamento a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990, que visava satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, com importante impacto no campo da educação, pois exigia transformações na política educacional brasileira, cujas reformas estiveram embasadas em recomendações dos organismos internacionais, já que o mundo discutia formas de melhor atender o setor produtivo e sua relação com fatores econômicos, a redução do analfabetismo e na formação de mão de obra tecnicamente qualificada (DELORS et al., 1998).

A Conferência Mundial de Educação financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo

Banco Mundial contou com a participação de 155 países e novos rumos para a educação mundial foram traçados. Na oportunidade, foram apontados os nove países com os piores indicadores educacionais do mundo, dentre os quais, o Brasil, seguido por Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão, sendo estes identificados como E-9 (DELORS et al., 1998)

A Conferência conseguiu a adesão e a mobilização dos países participantes, de modo a influenciar a reforma do sistema educativo de diferentes nações ao apresentar dados de que a educação básica deveria ampliar-se, no mundo, e alcançar os 900 milhões de adultos analfabetos, os 130 milhões de crianças não escolarizadas e os mais de 100 milhões de crianças que abandonavam prematuramente a escola, configurando-se como um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento. O foco das discussões esteve centrado na educação básica considerada como um problema que se colocava a todos os países (DELORS et al., 1998).

Os governantes deveriam ter como premissa o problema do analfabetismo, posto que ele impedia o crescimento econômico e social dos países. Os resultados da Conferência Mundial da Educação geraram um importante documento, intitulado *Educação um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Tal comissão foi presidida pelo francês Jacques Delors²¹ que, entre outros fatores, destacou o papel essencial da educação para o desenvolvimento contínuo das pessoas e da sociedade, com o seguinte enfoque (DELORS et al., 1998, p. 25):

[...] as universidades dos países em desenvolvimento devem levar a cabo pesquisas que possam contribuir para a solução dos seus problemas mais graves. Cabe-lhes, ainda, propor novas perspectivas de desenvolvimento que levem à construção de um futuro melhor para os seus países. É sua tarefa, também, formar no domínio técnico e profissional, as futuras elites e os diplomados de nível médio e superior de que os seus países necessitam, para poderem sair do ciclo de pobreza e de subdesenvolvimento em que atualmente se encontram enredados [...].

Os organismos internacionais envolvidos propunham uma campanha de fortalecimento de uma solidariedade mundial através do pilar educação e conhecimento pela busca da

²¹ Jacques Lucien Jean Delors, nascido em 1925, economista e político europeu, foi convocado para presidir a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, criada, oficialmente, no início de 1993 e financiada pela UNESCO. Delors e seu grupo de trabalho relataram que a educação deveria organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, seriam, de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento, sendo eles: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a aprender a ser (ALMEIDA; ALMEIDA Jr., 2018).

transformação produtiva com equidade entre as nações. Assim, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)²² recomendava para os países o investimento em reformas do sistema educativo visando um sistema que articulasse educação e geração de conhecimento para o desenvolvimento social dos povos. A CEPAL e a UNESCO, ambos organismos das Nações Unidas, destacaram como estratégias de cooperação alguns fatores, como a melhoria da qualidade da educação, inovações no ensino médio, acreditação de instituições, programas e unidades de ensino superior, formação de acadêmicos e investigadores, reforma institucional, treinamento técnico, entre outros (CEPAL/UNESCO, 1992).

No Brasil, embora a Constituição Federal (1988) já previsse a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, foram necessárias três administrações federais a saber: Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) para que o país iniciasse uma importante reformulação política, social e econômica orientada pela participação em encontros internacionais cujo foco das discussões eram as políticas educacionais (JACOMELI, 2011).

O país, recém-saído de uma ditadura militar e após ter eleito o primeiro presidente (Fernando Collor) pelo voto direto, apostou, a partir da década de 1990, em uma nova estrutura educacional, com base no modelo neoliberal e seguindo a lógica da globalização e da mercantilização ao acompanhar os movimentos internacionais no que tange às reformas curriculares, às diretrizes para formação de professores, aos programas de financiamento da educação, aos processos avaliativos dos sistemas de ensino, entre outras ações (JACOMELI, 2011).

Reafirmando o que já era salientado pelos organismos internacionais para a década de 1990, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontavam que cerca de 18 milhões de brasileiros adultos eram analfabetos, destacando, desse modo, as fragilidades da educação brasileira e a necessidade premente de uma reformulação em seu sistema de ensino

²² A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social (<https://www.cepal.org/pt-br/sobre>).

que contribuísse para os esforços mundiais na luta pela universalização da educação básica (IBGE, 1991).

Sob a manchete “Collor está fora do poder”, o jornal *O Globo* de 30 de setembro de 1992, na primeira página, deu destaque ao impeachment de Fernando Collor de Mello, revelando o ineditismo na história da República do Brasil ao afirmar que, até então, nenhum presidente eleito pelo voto direto havia sido afastado por vias democráticas. A Câmara dos Deputados votou pelo seu afastamento (441 contra 38) e as acusações apontavam para um esquema de corrupção no governo. Desse modo, o vice-presidente da República, Itamar Franco, assumiu o poder, e coube a ele a retomada do compromisso assumido na Conferência de Jomtien, com a elaboração de uma política capaz para concretizar tais metas, o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) (O GLOBO, 1992).

O Plano Decenal de Educação para Todos foi construído com o intuito de o país responder ao que era recomendado, enquanto signatário, na Conferência Mundial de Educação, cujo compromisso firmado pelo governo brasileiro era o de garantir a satisfação das necessidades básicas de educação de seu povo, no sentido de assegurar conteúdos mínimos de aprendizagem que atendessem à essencialidade da vida contemporânea. Assim, incorporou a Educação Especial em seus dispositivos, reafirmando a importância da atenção especial às necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências. Cabe destacar, ainda, que o documento “Mensagem enviada ao Congresso Nacional por Itamar Franco”, em 1992, assegurou, entre outros feitos, que “compromissos internacionais assumidos pelas administrações anteriores serão cumpridos”, ao expor sobre o seu plano de governo. Acrescentou, também, que assuntos relacionados à educação ficariam sob a competência do Ministério da Educação e do Desporto, conforme previa a Lei nº 8.490, de 19 de setembro daquele mesmo ano (BRASIL, 1992).

Nesse documento, o então presidente descreveu os pactos de gestão concluídos em 1992, antes do impeachment do presidente Fernando Collor, ou seja, as ações previstas ao seu governo não diferenciaram muito do proposto pelo seu antecessor. No que tange à educação, ressaltou o interesse em continuar as discussões que dariam base à proposta da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), bem como tratar da educação tecnológica, considerando as tendências internacionais e suas adaptações às políticas governamentais, além de reafirmar a ampliação do número de escolas, professores e vagas para a educação básica. Além disso, o referido documento previa o investimento em treinamento e gestão e a reavaliação do programa dos Centros Integrados de Apoio à Criança (CIACs) com vistas à descentralização para Estados e Municípios (BRASIL, 1992).

Oportunamente, as políticas voltadas para a educação brasileira buscavam um alinhamento com o que foi tratado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, no ano de 1994. Dessa Conferência, resultou a Declaração de Salamanca, que destacava princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. O documento elaborado tinha o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais que considerasse o movimento de inclusão social, uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva (BRASIL, 1994).

Ao assumir a Presidência, em 1995, Fernando Cardoso apresentou seu plano de governo, intitulado “Mãos à obra Brasil”. Este teve como um dos objetivos reduzir o número de analfabetos no país. Havia, no plano, um projeto de desenvolvimento que anunciava uma perspectiva de futuro melhor para o Brasil, ao considerar a possibilidade de “qualidade de vida decente para o conjunto da sociedade”. Havia também a inclusão de metas para aumentar competitividade, considerada indispensável ao crescimento e dinamismo da economia, através da incorporação de novas tecnologias, de modo a acompanhar o ritmo do progresso técnico da economia mundial. Porém, tudo isso dependeria de mudanças no sistema educacional. A esse respeito, tal documento afirmava a importância da ampliação de escolas de nível médio, embora isso coubesse aos Estados. Para isso, seria preciso melhorar a qualidade do ensino de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Qualidade na Educação Básica e a oferta de oportunidades de formação profissional (CARDOSO, 2008, p. 3).

Assim, o presidente Fernando Cardoso considerou imprescindível, em seu governo, a adoção de medidas e programas voltados para qualificar a mão de obra nos diferentes segmentos do mercado de trabalho, partindo de duas principais estratégias que deveriam melhorar a educação básica: dar ênfase ao ensino profissionalizante e reorientar as políticas de capacitação de pessoal, de modo a permitir uma melhor adaptação dos trabalhadores às tecnologias modernas. Apregou, desse modo, medidas que poderiam alavancar a ciência e a tecnologia no país e prospectar o envolvimento dos centros de pesquisa em programas de desenvolvimento de materiais pedagógicos e formação de professores para o ensino técnico e médio (CARDOSO, 2008).

Esse contexto de transformação das relações entre educação, trabalho, ciência e tecnologia culminou em reformas no campo da educação, cujo ápice foi alcançado na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (BRASIL, 1996), sancionada por Fernando Cardoso e pelo Ministro da Educação, Paulo Renato Souza (1995-2002). Essa política educacional exigia consideráveis alterações tanto na educação básica, quanto na educação superior, com destaque especial para a educação profissional, ainda

que sob críticas de educadores que discorriam tanto no âmbito econômico e político, como no social, cultural e educacional, pois consideravam que a iniciativa estava “subordinada aos organismos internacionais e gestores da mundialização do capital e dentro da ortodoxia da cartilha do credo Neoliberal, cujo núcleo central é a ideia do livre mercado e da irreversibilidade de suas leis” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006, p. 103).

A crítica de Frigotto e Ciavatta (2006) foi dirigida à LDB/1996, ao dispor que o ensino profissionalizante deveria atender às necessidades do mercado de trabalho, através de uma orientação pedagógica da competitividade, centrada nos conceitos de competências e habilidades organizadas de acordo com os critérios estabelecidos em cada sistema de ensino, ainda que norteado pelo aprimoramento do educando como pessoa humana, através de uma formação ética, que o prepare intelectualmente e desenvolva o pensamento crítico, sobretudo quando se trata da formação de importante força de trabalho, como é o caso dos técnicos de nível médio em enfermagem, situando-se na linha de frente do cuidado (SILVA et al., 2022).

Diante desse contexto, dentre as principais mudanças advindas com a LDB/1996, destacam-se a autonomia que os cursos voltados para a educação profissional adquiriram, pela possibilidade de construir seus planos de cursos com características mais flexíveis, interdisciplinares e contextualizadoras, com o objetivo de captar novas realidades do processo do trabalho da área da saúde, sobretudo na área de enfermagem. Assim, a construção de novos modos de ensinar e aprender na área da enfermagem passou a ser um dos objetivos das escolas.

CAPÍTULO II: AS ESTRATÉGIAS DE LUTA EMPREENDIDAS PELOS AGENTES DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DO CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO CENTRO DE ESTUDOS DO HOSPITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Este capítulo destacará as estratégias empreendidas pelos funcionários para a manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem, que culminaram na criação da Unidade Profissionalizante da Área da Saúde (UPAS) funcionando nas instalações do antigo hospital, no Centro Piloto de Quintino.

A ênfase também se incide na reestruturação do Centro Piloto de Quintino para a implantação do Centro de Educação Integral (CEI), projeto da educadora Nilda Teves Ferreira (1941-2022). O CEI se tornou um cartão de visitas para o Governador Marcello Nunes de Alencar na política de educação profissional de nível médio para o Rio de Janeiro, na década de 1990.

Desse modo, faremos uma análise dos efeitos simbólicos das estratégias empreendidas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção dos cursos da área da saúde diante das novas metas educacionais da presidente da Fundação de Apoio à Escola Pública (FAEP) e coordenadora do CEI, Nilda Teves Ferreira.

2.1 A Educação Profissional no Estado do Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, as reformulações da educação ocorridas durante a década de 1990 influenciaram um realinhamento político e pedagógico do ensino público no Estado, que pretendia convergir, através da FAEP, os ideais de educadores e gestores políticos à época, em consonância com o Programa Especial de Educação (PEE)²³. Portanto, cabem algumas considerações acerca da FAEP, que foi criada pela Lei nº 1.176, de 21 de julho de 1987, na gestão do governador Wellington Moreira Franco (1987-1991), sendo administrada por um presidente, dois diretores e um conselho técnico curador.

²³ O Programa Especial de Educação (PEE) foi idealizado por Darcy Ribeiro através da Lei nº 705, de 21 de dezembro de 1983, no primeiro do governo de Leonel Itagiba de Moura Brizola (1983-1987), no Estado Rio de Janeiro. Objetivava um plano de desenvolvimento econômico e social para o Estado. Para o segundo mandato do mesmo governador (1991-1994), o programa, que já estaria elaborado, seguiu a mesma lógica do planejamento adotado, ou seja, o atendimento das necessidades sociais com foco na educação como fator prioritário do pelo governo (RIO DE JANEIRO, 1983).

A criação da FAEP visava complementar as funções da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) no que tange à agilização dos mecanismos necessários ao funcionamento da Rede Pública Estadual de Ensino, sendo vinculada e supervisionada por essa Secretaria (RIO DE JANEIRO, 1987).

O primeiro presidente da FAEP foi o ex-deputado do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), José Augusto Guimarães, que deixaria a Imprensa Oficial do Estado, sob indicação de Moreira Franco, para integrar essa pasta de grande monta, já que caberia a ela todos os projetos de construção e reforma de grupos escolares. Sobre isso, uma matéria publicada no *Jornal do Brasil*, em 20 de setembro de 1987, na página 2, intitulada “Moreira usa como peões amigos”, informa que a nova Fundação [FAEP] seria responsável pelo equipamento das unidades oficiais de ensino da rede estadual e que, para isso, movimentaria um grande volume de recursos públicos. Ademais, destacava que, em termos práticos, nascia no Estado do Rio uma espécie de subsecretaria. Quanto à sua localização, embora o Decreto de criação da FAEP informasse que teria sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, uma das condições de José Augusto Guimarães para assumi-la foi a de que a instituição fosse instalada em Niterói, sua principal base política. A reivindicação de Guimarães foi atendida pelo governador (JORNAL DO BRASIL, 1987).

No escopo dessas unidades escolares sob gestão da FAEP encontravam-se os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), que fizeram parte de um grandioso Projeto Educacional de autoria do educador Darcy Ribeiro²⁴. Os CIEPs propunham uma inovação educacional para o país com base na oferta de ensino público de qualidade aos alunos da rede estadual, em período integral. O projeto arquitetônico desses Centros Integrados de Educação Pública foi assinado pelo renomado arquiteto Oscar Niemeyer, e foram construídos no primeiro mandato do governador Leonel Itagiba de Moura Brizola (1983-1987), no Estado Rio de Janeiro, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). O vice-governador era o próprio Darcy Ribeiro (MOREIRA, 2020).

²⁴ Sociólogo, antropólogo, escritor e indigenista brasileiro, defensor da causa indígena e da educação pública e de qualidade. Seus estudos, publicados em vasta produção bibliográfica, são centrais para o entendimento da cultura indígena e da formação do povo brasileiro. Também escreveu romances e entrou para a Academia Brasileira de Letras por suas contribuições literárias. Dentre seus grandes feitos estão a criação de um amplo projeto de educação em tempo integral no Rio de Janeiro, junto ao governador Leonel Brizola, a fundação do Parque Nacional do Xingu e a participação na criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394/96). (<https://mundoeducacao.uol.com.br/biografias/darcy-ribeiro.htm>).

O *Jornal do Brasil* publicou, ainda, em 25 de novembro de 1988, na página 32, uma matéria jornalística sob a manchete “Secretaria aponta falha em 62 CIEPs no Estado”, cujo conteúdo mencionava um relatório elaborado pela FAEP cerca de um ano após a sua criação e registrava o precário estado de conservação dessas unidades de ensino público. Apontava, portanto, que seria necessária a adoção de um programa urgente de manutenção, treinamento e campanhas educativas acerca da utilização dos equipamentos dessas escolas, além de um manual com orientação para o uso correto do prédio, em decorrência de falhas verificadas no projeto e construção, já que os custos listados na reportagem apresentavam diferenças substanciais dos CIEPs em relação às escolas convencionais, tanto na construção como na manutenção:

[...] pela idade e tempo de uso, os prédios [dos CIEPs] não deveriam apresentar defeitos como pintura descascada e manchas, principalmente em vestiários, sanitários, refeitórios, despensas, ambulatórios, centros médicos [...] infiltrações em tetos e paredes por causa de impermeabilização defeituosa; fios desencapados e curto-circuito nas instalações elétricas; vazamento de água, esgoto e gás; bebedouros [...] (JORNAL DO BRASIL, 1988, p.32)

Conforme publicação do *Jornal O Fluminense* de 15 de março de 1991, na página 8, sob a manchete “Brizola começa a governar às 11h”, foi divulgado que, após derrotar Moreira Franco nas urnas na disputa pela reeleição ao governo do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola assumiria pela segunda vez a administração estadual (1991-1994). Assim, o governador recém-eleito não tardou em revogar o decreto do ex-governador Moreira Franco, que extinguiu a FAEP, em 1989, como noticiado pelo mesmo jornal em 25 de setembro 1991, na página 8, ao publicar a reportagem “Brizola reativa Fundação de Apoio” [ao se referir à FAEP]. A partir de então, a Fundação passa a ser vinculada à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, cujo titular era Darcy Ribeiro, Senador eleito pelo Rio de Janeiro (1991-1997), como descrito a seguir:

[...] a Fundação será responsável pelo gerenciamento de Programas Especiais de Educação, de acordo com o convênio assinado recentemente entre a Companhia Municipal de Conservação e Obras Públicas (RIOCOP) e a Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP) com vista ao planejamento e execução dos CIEPs. A Fundação também vai se responsabilizar pela construção dos Centros Integrados de Atenção à Criança (CIACs) em todo o Estado. Ela vai atuar na área de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos, relacionados com os programas especiais de educação. Fará aquisição ou fabricação e materiais didáticos para o programa, além de desenvolver ações na área de nutrição e de saúde escolar, interligadas aos programas especiais. A FAEP está autorizada a firmar contratos, previamente aprovados pelo governador com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, para obter e prestar apoio e assistência de qualquer natureza, inclusive financeira [...] (O FLUMINENSE, 1991, p.8).

O modelo dos CIEPs e a aproximação política de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola com o Presidente Fernando Collor de Mello levaram à criação dos Centros Integrados de Atenção à Criança (CIACs), que fizeram parte do Projeto “Minha Gente”, do Governo Federal, instituído pelo Decreto de 14 de maio de 1991, como uma das medidas para atender ao dispositivo do Art. 86 da Lei nº 8.069/1990²⁵ no que tange à política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios (BRASIL, 1991b).

Juridicamente, a FAEP foi instituída, de forma estratégica, como o órgão mais adequado para resolver as contestações que emergiram dos debates em torno das mudanças sobre o rumo da educação no país — por usufruir de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito privado (RIO DE JANEIRO, 1987), tendo em vista as reformulações pretendidas para atender às demandas do mercado de trabalho. Afinal, frente aos questionamentos de uma política de globalização e capitalista acerca da eficiência e eficácia do ensino no país, exigia-se pressa na formação de pessoas para o trabalho, que aspirava por inovações tecnológicas através da parceria público e privado. Estimulava-se a competitividade, a qualidade e a avaliação do processo de trabalho (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006).

Ainda na década de 1990, outras circunstâncias políticas de interesse educacional e de atenção às crianças e adolescentes aproximaram os governos do Estado e Federal. O Estado do Rio de Janeiro, além de resgatar todo o contexto relativo aos problemas dos CIEPs e demais unidades escolares (que não se restringiam apenas aos assuntos de infraestrutura), deveria empenhar-se em resolver as reformas educacionais advindas de um contexto global. O país, por sua vez, estava tentando se adequar às demandas do ECA e o mais pungente era solucionar questões relativas ao encerramento da FUNABEM e a iniciação do processo de transição para a FCBIA, que a substituiria. É nesse contexto que, no governo de Leonel Brizola, ocorreu um investimento para a reordenação do Centro Piloto de Quintino, onde estava lotada a antiga Instituição Federal, a FUNABEM (TONÁCIO, 2011).

Um primeiro convênio, assinado entre a União e o Governo do Estado do Rio de Janeiro após a promulgação do ECA, foi noticiado pelo *Jornal O Fluminense*, em 07 de junho de 1991, na página 5, sob o título de “FCBIA assina convênio de assistência ao menor”. O conteúdo da matéria teve a intenção de estabelecer as tratativas relativas à assistência ao menor no Estado:

²⁵ Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 é referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

[...] a presidente do [Fundação] Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência Fátima Borges e o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, assinaram hoje, no Palácio Guanabara, o termo de compromisso que transfere a responsabilidade pelo atendimento direto às crianças e adolescentes para o Governo Estadual. [...] A exemplo do que é feito pela FCBIA com os outros Estados, o governo do Rio de Janeiro, através da Fundação Recanto/RJ, receberá recursos técnico-financeiros. A FCBIA também supervisionará, acompanhará e avaliará as atividades de atendimento às crianças e adolescentes zelando pelo cumprimento dos dispositivos legais na garantia dos seus direitos [...]. O governo do Rio receberá um Centro de Recepção Integrada [CRI] as escolas Stella Maris e João Luis Alves, o Instituto Padre Severino e os Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM) que faziam parte da extinta estrutura da FUNABEM [...]. (O FLUMINENSE, 1991, p. 5)

Alguns meses após a assinatura desse convênio, o Ministro da Educação, José Goldemberg (1991-1992), esteve na cidade do Rio de Janeiro para conhecer o centro de atendimento da FCBIA e, segundo a matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* em 9 de novembro de 1991, na página 31, intitulada “Rio pode ter CIAC gigante”, teria ficado “impressionado” ao conhecer sua estrutura. Na visita, acrescentou que, pela avaliação da autoridade da pasta da educação, parecia “até Escola de rico”, referindo-se ao programa educacional, esportivo e profissionalizante oferecido às 4 mil crianças e adolescentes que frequentavam o Centro. Conforme conteúdo da matéria, o referido espaço contava com “piscinas olímpicas, centro de esporte, aula de 1ª a 8ª série e cursos profissionalizantes em 70 áreas”, e o ministro pontuou que em breve aquele espaço [Centro Piloto de Quintino] poderia transformar-se no maior CIAC do Brasil (JORNAL DO BRASIL, 1991).

Fernando Collor e Leonel Brizola protagonizaram os primeiros capítulos da criação dos CIACs, por ocasião da inauguração da primeira unidade, ocorrida em Brasília. Por outro lado, no Rio de Janeiro, já havia convergência político-pedagógica para a expansão dos CIACs e dos CIEPs, porém essa possibilidade não parecia estar nos planos de ambos para o espaço físico do Centro Piloto de Quintino. O impeachment do Presidente Fernando Collor, no final de 1992, levou o seu sucessor, Itamar Franco, a cumprir agendas de compromissos já previstos anteriormente, entre eles uma visita ao Cais do Porto no Rio de Janeiro para participar da cerimônia de despedida dos Guardas-Marinha a bordo do Navio-Escola, ocorrida em 14 de maio de 1993. No entanto, nesse acontecimento, o então presidente era também aguardado por uma manifestação, organizada por servidores federais em greve no estado. Entre eles estavam os funcionários da FCBIA, como descrito em matéria do jornal *O Fluminense*, em 15 de maio de 1993, na página 4, intitulada “Itamar consegue escapar dos manifestantes”:

[...] além dos servidores civis, os funcionários do Centro Brasileiro de Infância e Adolescência FCBIA, antiga [FUNABEM] participaram da manifestação fazendo a

primeira greve da categoria, em 30 anos de instituição [...] os funcionários da FCBIA, além das melhorias salariais ainda querem uma transparência na administração dos órgãos públicos e uma gestão democrática. A diretora do sindicato da categoria, Estela Scheinvar, reclamou que não há um controle com a participação das empresas privadas, através de um orçamento público. Para ela, existe uma vontade do governo em manter empresas particulares, beneficiando-as, além de dismantelar os órgãos públicos [...]. (O FLUMINENSE, 1993)

Na continuidade da referida matéria d' *O Fluminense*, houve um destaque para o fato de servidores da FCBIA estarem participando da manifestação e “fazendo a primeira greve da categoria em 30 anos de existência da instituição”. Os servidores reivindicavam melhorias nos salários, transparência na gestão da Fundação (FCBIA) e uma gestão democrática (O FLUMINENSE, 1993).

Outro protesto emblemático, organizado pelos profissionais da FCBIA, ocorreu quando estavam reunidos em assembleia no Centro Piloto de Quintino e foram informados da presença do governador Leonel Brizola naquele espaço. O *Jornal do Brasil* noticiou o acontecimento em matéria intitulada “Presidente do CBIA [FCBIA] pede demissão”, publicada em 28 de julho de 1993, na página 16, cujo conteúdo considerou a presença do governador Leonel Brizola naquele espaço uma visita “surpresa” ao registrar:

[...] a visita inesperada do governador foi tumultuada por cerca de 200 funcionários, que tentaram obrigar o governador a participar de uma assembleia que debatia a transferência da unidade. Além de discursos inflamados, Brizola teve que enfrentar a agressividade do professor de Educação Física Jose Ricardo Reis, que chegou a puxá-lo pelos braços [...] Brizola ignorou o protesto dos funcionários e partiu dando adeus e sorrindo [...]. (JORNAL DO BRASIL, 1993)

A mesma matéria informou que o governador solicitou à comitiva que o acompanhava que desejava participar da assembleia e, assim, os funcionários ouviram de Darcy Ribeiro que não correriam risco de perder *status*, salários e direitos de funcionários federais já garantidos por lei. Diante desse ambiente político tenso, a presidente do FCBIA à época, Evanisa Martins, encaminhou seu pedido de demissão ao Ministro do Bem-Estar Social, Jutahy Junior (1993-1994), sob a alegação de discordar da transferência da unidade de Quintino para o governo do Estado sem que a instituição fosse ouvida. E completou: “nós temos projetos para essas unidades. Não é possível a administração federal funcionar com meia dúzia decidindo tudo” e afirmou aos servidores não ter sido comunicada sobre a visita do Governador (JORNAL DO BRASIL, 1993).

Imagem 10: Visita do Governador Leonel de Moura Brizola
ao Centro Piloto de Quintino



Local: Centro Piloto de Quintino.

Fonte: *Jornal do Brasil*, 1993 (Hemeroteca Digital Brasileira).

A foto mostra um aglomerado de servidores aparentemente tentando se proteger do tumulto e do risco de acidente pela proximidade do helicóptero, já preparado para decolar com o Governador Leonel Brizola a bordo e protegido por seguranças ou assessores. É possível perceber, ao fundo e à esquerda, a presença do Secretário Estadual de Justiça, Nilo Batista, posicionado próximo da aeronave.

O episódio envolvendo os servidores também foi documentado pelo jornal *Tribuna da Imprensa* sob a manchete “Tumulto em visita de Brizola ao FCBIA”, de 28 de julho de 1993, página 5, que o descreveu como se segue:

[...] um incidente marcou ontem a visita do governador do Rio, Leonel Brizola (PDT), ao Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência [FCBIA], quando funcionários da instituição tentaram impedir que ele deixasse o local [...] seguranças do governador precisaram intervir para que Brizola pudesse entrar no helicóptero. Houve confusão e um dos assessores de imprensa de Brizola quase foi agredido ao ser confundido com um segurança. O piloto decolou com o aparelho perigosamente, num rodópio, e muitas pessoas atiraram-se ao chão com medo de serem atingidas [...]. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1993)

Cabe ressaltar que o jornal *O Globo* também relatou o ocorrido sob a manchete “Brizola é insultado e escapa de agressão”, de 28 de julho de 1993, na página 15. A matéria também dá destaque para o relato do auxiliar de enfermagem Luís Carlos de Souza, de 28 anos, e o técnico José Carlos Figueiredo Pereira, de 37, que afirmaram terem sido agredidos por assessores do governador Leonel Brizola durante o tumulto na FCBIA (O GLOBO, 1993).

A precarização do trabalho e o discurso das privatizações reafirmadas no início da década de 1990, na vigência do Governo de Fernando Collor, acabaram por desestabilizar os

servidores federais. Esse desastroso acontecimento serviu ao governo de Leonel Brizola para colocar o problema das crianças e adolescentes desassistidos sob o jugo dos funcionários do FCBIA, como divulgado em coluna do *Jornal Brasil*, de 29 de julho de 1993, na página 10, “Sinais de descontrole”. Nela, Leonel Brizola afirmou que “a situação das crianças é mais urgente que a dos funcionários”, e a matéria jornalística descreveu os servidores federais como “pervertidos” porque, segundo ela, “preferem se servir, em vez de servir ao público que os paga”. Pontou, ainda, que “revelaram-se cidadãos que não se dão ao respeito, e por isso não merecem ser respeitados”, uma forma de desprestigiar, sobremaneira, a imagem do funcionalismo público à sociedade (JORNAL DO BRASIL, 1993).

A jornalista Paula Máiran publicou uma importante reportagem no *Jornal do Brasil*, em 30 de julho de 1993, página 16, sob o título “Centro Modelo em Quintino”, na qual destacou a reivindicação dos funcionários da FCBIA para que o Centro Piloto de Quintino fosse transformado em um campus avançado para a proteção integral e defesa da cidadania, onde, além do atendimento às crianças e adolescentes, seriam desenvolvidas metodologias especializadas. Assim, conforme a matéria jornalística, tal proposta teria sido apresentada pela diretora, à época Valéria Bastos, ao Secretário Especial de Educação Darcy Ribeiro, na forma de um “calhamaço de mais de 200 páginas”. O documento alegava que, desde o início do Governo Collor, com a alteração da Instituição de FUNABEM para a FCBIA, teria havido redução de pessoal, por aposentaria e outros motivos. Os servidores denunciaram que a Escola Quinze de Novembro, a maior de todo o Centro Piloto de Quintino, que já abrigara 1.200 internos, estaria com apenas 90 (MÁIRAN, 1993).

Contudo, ainda que sob protestos, o que se pretendia era que, ainda na gestão do governador Leonel Brizola, fossem implantadas, no Estado do Rio de Janeiro, as demandas da nova política de atenção integral, propostas pela FCBIA. Para isso, firmou-se o convênio de nº 034-A/00/93, de 10 de agosto de 1993, entre o Governo Federal e o do Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de assumirem um compromisso de cooperação mútua. O convênio previa o desenvolvimento de ações integradas e a concretização de medidas de proteção socioeducativas destinadas às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, mas, desta vez, com foco nas Unidades que compõem o complexo educacional Centro Piloto de Quintino (RIO DE JANEIRO, 1993).

O convênio previa compromissos para ambas as instâncias, tanto pelo Governo Federal, representado pela FCBIA, como pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. À FCBIA, cabia:

[...] ceder ao Estado todos os bens que integram e servem ao patrimônio e aos serviços do Centro Piloto de Quintino, inclusive o hospital que ali funciona; alocar ao Estado, mensalmente, recursos suficientes para custeio e manutenção de todas as atividades, no percentual de 100% nos dois primeiros anos do Convênio e de 50% no terceiro ano; continuar arcando com o pagamento direto dos contratos de prestação de serviço de terceiros até o encerramento de seus prazos de vigência [...].

Ao Estado do Rio de Janeiro, previa-se o compromisso de:

[...] assumir a responsabilidade pelo atendimento das crianças e adolescentes; cumprir as diretrizes e normas legais aplicáveis; responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos repassados para a consecução dos objetivos definidos no convênio [...]; ressarcir à FCBIA quando comprovada a aplicação incorreta dos recursos; f) designar servidores para atuarem no funcionamento e na execução dos programas a serem desenvolvidos no Centro [...].

Mesmo após assinatura desse convênio, a morosidade na tomada de decisões aguardadas pela sociedade civil fez com que um manifesto público chegasse à Brasília e necessitasse da intervenção do Presidente Itamar Franco, conforme destacado pela matéria do *Jornal do Brasil*, na coluna Informe JB, publicada na página 6, em 16 de dezembro de 1993. A matéria, assinada por Teodomiro Braga, discorre sobre uma visita que o sociólogo e ativista dos direitos humanos no Brasil, Herbert José de Souza (1935-1997)²⁶, popularmente conhecido como Betinho, teria feito ao Centro Piloto de Quintino. A reportagem informava que Herbert teria solicitado uma intervenção daquele espaço, ao qual referiu-se como “monumento ao absurdo” ao descrever o impasse político que envolvia a sua administração, e que, ao visitar aquele Centro pela primeira vez, teria ido às lágrimas em função do sentimento de indignação com a “demora na reativação do Complexo de Quintino” [Centro Piloto de Quintino] (BRAGA, 1993).

O *Jornal do Brasil* ainda registrou o inconformismo de Herbert José de Souza: “enquanto os meninos de rua continuavam entregues à própria sorte”, numa referência aos sobreviventes da Chacina da Candelária²⁷, que permaneciam desassistidos. Ainda segundo a matéria, Herbert José de Souza teria atribuído à presidente do FCBIA, Alda Marco Antonio, o “boicote” ao coordenador Lysâneas Maciel, por diferenças partidárias. E completou, concluindo: “a não ser que seja uma impiedade pública” (BRAGA, 1993, p. 6).

²⁶ Herbert José de Souza foi um ativista dos direitos humanos brasileiro. Dedicou-se ao seu projeto Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Junto com Rubem César Fernandes, criou a organização não governamental “Viva Rio”, em 1993, num movimento pela contenção da violência e pela recuperação da cidade (www.vivario.org.br).

²⁷ Refere-se ao assassinato de oito meninos, moradores de rua e com idades entre 11 e 17 anos, ocorrido em 23 de julho de 1993. As vítimas foram surpreendidas enquanto dormiam em frente à igreja da Candelária, no Centro do Rio de Janeiro. O crime scandalizou o país e teve repercussão internacional (MEMÓRIA GLOBO, 2021).

Conforme matéria publicada no *Jornal do Brasil* em 06 de janeiro de 1994, na página 16, de autoria do jornalista Marco Antonio Cavalcante, sob o título “Complexo [Centro Piloto de Quintino] para receber menores está ocioso”, oficinas estavam desativadas, escolas e unidades profissionalizantes encontravam-se sem utilização, os abrigos precisavam de reformas e, desde sua criação, em agosto de 1993, o espaço ainda não havia recebido recursos para as reformas necessárias (CAVALCANTE, 1994, p. 16).

Na mesma matéria, complementa o jornalista que, de acordo com o convênio, os recursos de custeio e manutenção seriam de responsabilidade do Governo Federal, embora o subsecretário de Assuntos Especiais do Governo Estadual e também Coordenador do FCBIA, Lysâneas Maciel, tenha se queixado, nessa mesma reportagem, de que, após a assinatura desse convênio, ainda havia falta de funcionários. Na oportunidade, Lysâneas Maciel revelou ter planos a realizar e que ainda estavam ativas as seguintes unidades do Centro Piloto de Quintino: Escola Quinze de Novembro (ensino fundamental), Escola Odylo Costa Filho (para os internos aprisionados) e o HCA, em “pleno funcionamento” (CAVALCANTE, 1994, p. 16).

A reportagem destaca, por fim, que a presidente da FCBIA à época, Alda Marco Antonio, se posicionava contrária à estadualização daquele espaço e seria contra ao repasse de verbas para o Centro Piloto de Quintino, mesmo já tendo sido firmado o compromisso oficial entre as esferas Estadual e Federal (CAVALCANTE, 1994).

Em uma análise sob a perspectiva de Bourdieu e da Teoria do Mundo Social, é possível compreender que Centro Piloto de Quintino era um espaço construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição, constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social. Isso nos leva a entender que os agentes (profissionais atuantes no campo) podem ser considerados conforme suas posições relativas neste espaço (BOURDIEU, 1989).

A resistência da presidente da FCBIA em não aceitar o processo de estadualização como uma representante da União denotou a postura, caracterizada por Bourdieu, de que a classe dominante ocupa o lugar de luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização. Nessa gênese de classes, a presidente da FCBIA não se coloca em um lugar dominante, a quem caberia impor a legitimidade da dominação através de um poder simbólico que lhe é conferido em função do seu cargo. Tal condição era própria aos representantes oficiais e legítimos no campo político, fosse no âmbito federal ou no estadual (BOURDIEU, 1989).

Frente a isso, o *Jornal do Brasil* registrou, na matéria “Monumento ao absurdo”, de 10 de janeiro de 1994, na página 10, que a manifestação de “Betinho” teria contribuído para que o presidente Itamar Franco se posicionasse acerca daquela situação, conforme texto a seguir:

[...] atendeu [Itamar Franco] ao apelo de Betinho e resolveu intervir na disputa política em torno dos menores abandonados do Rio de Janeiro. O presidente [da República] foi informado das resistências da presidente do Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência [FCBIA], Alda Marco Antônio, em transferir para o governo estadual a administração do Complexo de Quintino [Centro Piloto de Quintino]. Por determinação de Itamar, a ministra do Bem-Estar Social, Leonor Franco, reúne hoje, em Brasília, Alda Marco Antônio e o coordenador do Complexo Lysâneas Maciel, para romper o impasse [...]. (BRAGA, 1994, p. 10)

Foi nesse contexto que foi eleito para a Presidência da República Fernando Henrique Cardoso (1995-1999; 2000-2003), pelo Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB). Além disso, os desdobramentos que levaram ao encerramento das atividades da FCBIA e a Legião da Boa Vontade (LBV) davam conta de que ambas consumiam dispendioso orçamento da União, além da suspeita de corrupção (ZANELLA, 2018).

Em relação à extinção da FCBIA, a mudança não ocorreu de imediato, para assegurar que programas e convênios não fossem interrompidos, permitindo, desse modo, o repasse de recursos durante o processo de transferência da FCBIA entre os ministérios. Os servidores foram gradativamente transferidos para outros órgãos públicos federais. Paralelamente, no Estado do Rio de Janeiro, foi eleito e empossado para o governo estadual Marcello Nunes de Alencar, também do PSDB (1995-1999). O governador, com sua equipe de governo, estava ciente dos desafios que enfrentariam após o encerramento do convênio nº 034-A/00/93, previsto para o ano de 1996 (RIO DE JANEIRO, 1993). Contudo, mantinha-se o prazo determinado para que a estadualização da FCBIA se concretizasse no Centro Piloto de Quintino, considerada pela matéria *Jornal do Brasil* (cf. p.91) como das heranças deixadas pelo governo estadual antecessor, o do ex-governador Leonel Brizola (FERNANDES, 2021).

Assim, o governador Marcello Alencar resolveu instaurar um grupo de trabalho para levantar os desafios que teria de enfrentar logo no início de mandato, como foi publicado pelo jornal *O Fluminense*, em 9 de fevereiro de 1995, na página 2, na reportagem “Comissão vai definir o projeto para o Centro [Piloto] de Quintino”. A referida matéria revelava a preocupação do governador Marcello Alencar com o processo de estadualização deste espaço, como proposto no convênio nº 034-A/00/93, que estabelecia “a transferência gradual do Centro, administrado pela União, para o governo estadual até agosto de 1996” (RIO DE JANEIRO, 1993). Isso fez com que o governo estadual priorizasse a reestruturação do Centro Piloto de Quintino (O FLUMINENSE, 1995).

Para efetivar esse processo de mudança, o governador Marcello Alencar, através do secretário-chefe do Gabinete Civil, Paulo Bastos César, instaurou uma comissão, cujos integrantes tiveram a missão de apresentar uma proposta de caráter institucional e operacional

para o Centro Piloto de Quintino, como noticiado na página 03 do jornal *O Fluminense*, em 11 de fevereiro de 1995, sob o título “Nomeada comissão para administrar Complexo [Centro Piloto de Quintino]”:

[...] a comissão, presidida pela subsecretária do Gabinete Civil Ana Jensen, é formada pelo Presidente da Fundação Estadual de Educação do Menor, Lauro Monteiro, pela professora Nilda Teves Ferreira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pelo coordenador interino do Complexo de Quintino, Flávio de Oliveira Pereira, nomeado secretário do grupo de trabalho. O objetivo desta comissão [...] é elaborar um projeto para o melhor aproveitamento administrativo do Centro Piloto de Quintino, um complexo com atividades assistenciais e profissionalizantes para crianças e adolescentes carentes da zona norte. O governador está preocupado com o futuro da unidade que, a partir de agosto deste ano, terá suas verbas federais reduzidas pela metade, de acordo com um convênio, firmado em 1993 entre União e Estado[...] que até 1996 o Centro seja totalmente estadualizado. O Centro Piloto de Quintino, construído em uma área de quase 2 milhões de metros quadrados, dá assistência atualmente a 2.160 crianças e adolescentes, dos quais 250 são internos. No complexo existem cinco albergues, sendo um para menores excepcionais, um hospital, áreas para recreação e unidades de cursos profissionalizantes [...]. (O FLUMINENSE, 1995)

Após o encerramento dos trabalhos da comissão, o então governador, com vistas à continuidade de execução do convênio com a União, editou o Decreto nº 21.752, de 08 de novembro de 1995, no qual criou o Centro de Educação Integral do Estado do Rio de Janeiro (CEI). Caberia ao CEI funcionar como uma instituição que assumiria as ações socioeducativas da extinta FCBIA, em consideração ao Art. 4º do ECA, que estabelecia como dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar a efetivação da saúde, alimentação, educação, esporte, profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (RIO DE JANEIRO, 1995a).

O CEI foi, portanto, subordinado à gestão do Gabinete Civil da Governadoria do Estado e funcionaria no Centro Piloto de Quintino com a estrutura da Coordenadoria Geral de Ações Específicas de Proteção à Criança e ao Adolescente (COGEAP). Para ocupar o cargo de coordenador geral desta nova Unidade Educacional, o governador Marcello Alencar nomeou a professora Nilda Teves Ferreira (1941-2022), uma das integrantes da comissão administrativa estabelecida por ele (RIO DE JANEIRO, 1995a).

Sobre a educadora Nilda Teves Ferreira, cabem algumas considerações relevantes acerca de sua trajetória profissional como educadora e seu engajamento político-pedagógico na esfera estadual do Rio de Janeiro nos mandatos dos governadores Leonel Brizola e Marcelo Alencar.

A educadora era Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde foi Superintendente de Ensino com diversificada formação, que incluía

matemática, física, pedagogia e psicanálise, além de experiência na área de filosofia. Foi professora titular da Universidade Gama Filho e considerada autora do projeto institucional-pedagógico que enfrentaria os desafios de romper paradigmas para instituir um novo modo de pensar a educação profissional ao comprometer-se com um “projeto de ressocializar meninos e meninas considerados de risco”. Este era o caso do CEI, levando-se em conta a premente necessidade de uma reestruturação para transformar uma instituição “altamente estigmatizante” em Centro Educacional de excelência, como propôs a pedagoga (FERREIRA, 1999, p. 102).

Sobre os atributos da educadora Nilda Teves Ferreira para o cargo acima relatado, recorro a Bourdieu para melhor compreender a condição que sustentaria as funções próprias ao trabalho. O sociólogo francês atribuiu ao capitalismo contemporâneo um “constante processo de diferenciação, hierarquização” presentes nos campos, de modo a explicar os mecanismos que legitimam as desigualdades sociais. Assim, distinguiu os capitais como econômico, cultural, social, simbólico e político, que caracterizam a ocupação de indivíduos ou grupos na hierarquia da sociedade (MONTEIRO, 2018, p. 70).

A educadora Nilda Teves Ferreira participou ativamente do governo de Leonel Brizola como Diretora do Departamento de Ensino da SEEDUC (1992) e, como noticiado pela imprensa, através do *Jornal do Comércio* em 15 de abril de 1992, página 4, coordenou o projeto “República das Crianças”, considerado uma ação emergencial que contou com a participação do Governo do Estado, do Município do Rio de Janeiro e da Arquidiocese do Rio de Janeiro, visando oferecer abrigo nas casas de acolhida aos meninos que perambulavam pelas ruas (JORNAL DO COMÉRCIO, 1992).

Nesse contexto, a visibilidade social e política alcançadas por Nilda Teves, detentora de um vasto capital cultural, científico e social, a credenciava para a nomeação no cargo ocupado. Nessa condição, era reconhecida como uma agente de significativo acúmulo de capital simbólico, portanto, uma agente num cargo que também é político, ou seja, uma legítima porta-voz autorizada no campo da educação. Além disso, também representou um ganho simbólico para o estado no Rio de Janeiro (MONTEIRO, 2018).

Inspirada nas ideologias do educador e filósofo baiano Anísio Teixeira, que defendia a democratização do ensino brasileiro de qualidade através das escolas públicas em todos os níveis de educação, Nilda Teves Ferreira construiu sua trajetória profissional em defesa da cidadania e das causas sociais. Ao ser entrevistada pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, como noticiado em 23 de novembro de 1993, página 2, para falar sobre seu livro, *Cidadania, uma nova questão para a educação*, a jornalista Maria Cecília Teixeira, da coluna “Tribuna Bis”, a definiu da seguinte maneira:

[...] pequena estatura, a educadora Nilda Ferreira Neves, diretora do Laboratório do Imaginário Social e Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tornou-se gigante ao defender arduamente a justiça social. Ela acredita que é hora de mudarmos o enfoque do nosso olhar. Tirá-lo da estagnação e direcioná-lo para a sensibilidade ética e estética. Aprender a olhar, para ela é um ato de cidadania [...]. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1993, p. 14)

Quanto ao livro publicado, e foco da entrevista concedida ao jornal, Nilda Teves Ferreira demonstrou preocupação com uma formação cidadã, com postura de uma educadora inquieta e participativa, sem contentar-se em apenas escrever, mas buscando vivenciar aquilo em que acreditava, como a mudança de uma realidade social através da educação pública, pelo ensino integralmente aplicado. Declarou conviver em uma sociedade em que os valores pareciam estar desaparecendo e que o termo cidadania não teria um sentido preciso na cabeça das pessoas. Afirmou, enfim, que o livro poderia auxiliar a esclarecer um conceito e, desse modo, contribuir para a sociedade (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1993).

Nilda Teves Ferreira, em entrevista²⁸ concedida à Columá e colaboradores, ocorrida em 15 de fevereiro de 2012 e publicada pela revista *International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics* em 29 de janeiro de 2022, na página 300, sob o título “O imaginário, o simbólico e a educação: uma conversa com Nilda Teves”, revelou como teria sido o convite para a construção do projeto “República das Crianças”:

[...] Nilo Batista, então Vice-Governador de Brizola [1991-1994] me chamou em seu gabinete e me disse assim: Profa Nilda, eu quero tirar os meninos da rua. Por favor, tente providenciar um projeto para tal. Eu nunca havia escrito um projeto como este! Eu só dava aulas; em tese, eu não sabia nem por onde começar. Daí eu fui à Cinelândia conhecer os meninos e os atores que trabalhavam com eles [...]. (COLUMÁ, 2022)

Após a finalização da coletiva com os demais educadores, o projeto “República das Crianças” foi apresentado à Secretária Estadual de Educação, Maria Yedda Linhares, que o aprovou e encaminhou para publicação no Diário Oficial. Segundo Nilda Teves Ferreira, ainda

²⁸ A entrevista que se segue foi concedida pela Professora Nilda Teves Ferreira no dia 15 de fevereiro de 2012, em seu apartamento na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Méier. O produto da entrevista seria integrar um livro que reuniria conversações com diversos intelectuais atuantes no Rio de Janeiro, mas o projeto não chegou a ser concluído. Participam da conversa os Professores Simone Freitas Chaves e Jorge Felipe Fonseca Moreira, ambos orientados em suas pesquisas sobre o discurso do Imaginário Social por Nilda Teves, além do Prof. Roberto S. Kahlmeyer-Mertens, organizador do mencionado livro. Os autores resolveram publicar a entrevista sob a forma de artigo como uma homenagem à Educadora após o seu falecimento, ocorrido em 17 de janeiro de 2022 (COLUMÁ, 2022).

faltaria a aprovação de Darcy Ribeiro, coordenador do Programa Especial de Educação, para a execução. Sobre isso, revelou, na mesma entrevista:

[...] fui à casa de Darcy Ribeiro para conversar com ele sobre a execução do projeto [éramos amigos e ele me recebeu em casa mesmo]. O projeto, ele olhou e disse: Nilda, a sua cabeça só funciona para a educação infantil! Eu contra-argumentei, reforçando que se tratava de um público sem formação. Daí o Darcy me perguntou: E quantos meninos este projeto assistiria? Eu disse que entre trinta e quarenta, para que pudéssemos dar um acompanhamento de perto e descrevi para ele todas as medidas pedagógicas que utilizaríamos [...] foi quando o Darcy me disse assim: Nilda, minha amiga, enquanto você faz isso com 30, eu terei 500 CIEPs que colocarão todos os menores abandonados do Estado na escola [...]. (COLUMÁ, 2022)

Contudo, depois da reunião em que Darcy Ribeiro não teria aprovado o projeto, Nilda Teves Ferreira exonerou-se do cargo de Secretária Geral do Estado pois, embora afirmasse que ele fosse genial, reconhecia que tinha uma visão simplória de alguns problemas, referindo-se ao fato de o vice-governador não ter valorizado o problema do consumo de drogas, à época, pois o uso da cola de sapateiro já circulava entre os meninos de rua e os fazia reféns. Além disso, acrescentou que o projeto previa um lar para eles, o que ela considerava uma referência muito forte para a formação do indivíduo, como constou na entrevista (COLUMÁ, 2022).

Embora o projeto de Nilda Teves Ferreira tivesse relevância social, àquela época, o projeto educacional concebido por Darcy Ribeiro através dos CIEPs objetivava oferecer ensino público regular em período integral, com atendimento médico e odontológico, além de refeições completas, com maior abrangência para as crianças, o que exigiria do Estado uma atenção política, econômica e social maior do que a que se restringia ao Centro Piloto de Quintino, que, a despeito de tudo isso, teve seu mérito reconhecido.

Essa prioridade da abrangência política voltada à educação de crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro é compreensível. Conforme Bourdieu (2006), as categorias que tornam o mundo social possível são, por excelência, um jogo na luta política. Essa luta é, ao mesmo tempo, teórica e prática, e visa o poder de conservar ou de transformar o mundo social, conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo. O autor acrescenta, ainda, a “capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer objetivado, visível, dizível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido à existência objetiva e coletiva, permanecia em estado de experiência individual ou serial” (BOURDIEU, 2006, p. 142).

Essa condição, acompanhada de mal-estar, ansiedade, expectativa e inquietação, representa um considerável poder social, o de constituir os grupos construindo o senso comum, o consenso explícito. Logo, entende-se o que norteou a política educacional no que tange a

ampliação do contingente contemplado por esta no Estado do Rio de Janeiro (BOURDIEU, 2010).

Após o afastamento do cargo da SEEDUC, Nilda Teves Ferreira foi convidada pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, para apresentar-lhe tal proposta. O prefeito teria se mostrado sensível ao tema e, após análise de sua equipe de secretários, teria solicitado que a contatasse para uma reunião. O contato telefônico inicial entre a educadora e o prefeito teria sido mediado pela esposa do prefeito, Célia Alencar, também professora. Desse modo, um novo projeto foi apresentado ao administrador da cidade, sob o nome de “República de Meninos”, sobre o qual o prefeito teria reagido sorridente e exclamado: “Já gostei do título: República!” Interessado no projeto, logo providenciaria que Nilda Teves Ferreira o colocasse em prática (COLUMÁ, 2022, p. 303).

Posteriormente, ao ganhar as eleições para governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (1995-1999) priorizou reunir a equipe que participou da transição de governo e visitou o Centro Piloto de Quintino. Fez parte dessa comitiva a educadora Nilda Teves Ferreira, que, ao término da visita, declarou:

[...] quando saímos de lá, dentro do carro, Dr. Marcello Alencar me perguntou assim: “ Teves (ele me chamava de Teves), o que você achou? ” E eu lhe disse que aquela obra poderia ser o cartão de visitas de seu governo. Ao dizer isso, todas as pessoas que estavam no carro caíram na risada. A única que não riu foi a Célia Alencar, que, num gesto de cumplicidade, piscou para mim [...] poucos meses depois, estávamos trabalhando; depois de conquistar os servidores que estavam acostumados ao antigo regime, passamos às obras de adaptações dos prédios e instalações de acordo com o nosso propósito. Pretendíamos edificar ali, o que se chamou CEI, Centro de Educação Integral. Tínhamos um grande desafio pela frente, pois todo aquele lugar possuía um imaginário muito negativo [...] (COLUMÁ, 2022, pág. 304)

Como estratégia, o governador nomeou a Nilda Teves Ferreira para funções que dariam visibilidade à ela, ao mesmo tempo que ampliava seu reconhecimento e poder no campo político e da educação. A educadora, então, foi incluída como membro do Conselho Estadual de Educação (CEE), órgão encarregado de avaliar a criação de novas escolas, estabelecer normas de avaliação e analisar currículos, conforme diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), como publicado em matéria do *Jornal do Brasil*, em 2 de fevereiro de 1995, na página 21, sob o título “Governador dá posse a 7 novos conselheiros”. Outros seis conselheiros também foram nomeados na mesma cerimônia solene: Myrthes Wendel, Regina Pereira Mendes, Nilson Fanini, Regina de Assis, Ana Maria Galhergo e Celso Niskier (JORNAL DO BRASIL, 1995).

Nesse caso, a nomeação de Nilda Teves como Conselheira do CEE representou um reconhecimento do governador do Rio de Janeiro da sua competência na área pedagógica, sendo uma formalidade que oficializa o poder de liderar a implementação de políticas educacionais importantes à época. Para Pierre Bourdieu, a cerimônia de nomeação é um rito de instituição, e “qualquer rito tende a consagrar ou a legitimar, isto é, a de fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário”, numa referência aos ritos de passagem, ritos de consagração e ritos de legitimação. O ritual pela investidura consiste em “sancionar e santificar” uma diferença que a faz conhecida e reconhecida pelo agente investido e pelos demais (BOURDIEU, 2008, p. 99).

Assim, foi observado todo um movimento de reestruturação do Centro Piloto de Quintino para atender aos novos rumos e interesses políticos na educação profissional no Estado do Rio de Janeiro. Isso se refletiu, sobretudo, na vida dos profissionais que, há muitos anos, trabalharam naquele espaço, como relata o conteúdo da matéria intitulada “Rio terá escola de energia nuclear”, publicada no *Jornal dos Sports* em 28 de abril de 1995, na página 10. A reportagem acrescenta, ainda, que os planos do governador Marcello Alencar e de Nilda Teves Ferreira estariam voltados para o investimento no ensino médio, com vistas a ampliar e diversificar os cursos profissionalizantes, um pressuposto para o grande centro educacional, e que o entendimento do governo estadual às políticas de parceria público-privado alavancariam tal proposta. Assim, um dos primeiros convênios firmados nesse sentido foi entre o governo estadual e a NUCLEBRAS Equipamentos Pesados S.A (NUCLEP), em abril de 1995 (JORNAL DOS SPORTS, 1995).

A NUCLEP era uma empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia e, em suas parcerias, previa a oferta de formação industrial destinada à educação profissional de jovens aprendizes para atender às exigências do mercado de trabalho (JORNAL DOS SPORTS, 1995). No caso do Estado do Rio de Janeiro, o governador Marcello Alencar assinou um protocolo de intenções com a NUCLEP para a criação de uma Escola de Energia Nuclear em nível médio e estabeleceu um convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para a contratação de instrutores para os cursos de gráfica, mecânica e eletrônica, para atuarem nas escolas técnicas de cunho industrial.

A matéria acrescenta, ainda, que o governo estadual cederia professores para as escolas agrícolas e afirmou que

[...] o Estado carece cada vez mais desses entendimentos para despertar a responsabilidade social daqueles que dirigem empresas e não visam somente o lucro.

A eles também incumbe a responsabilidade sobre as parcelas da sociedade a que pertencem [...]. (JORNAL DOS SPORTS, 1995)

As parcerias firmadas entre o governo do Estado e as empresas privadas faziam parte da política de desenvolvimento do CEI, e a educadora Nilda Teves Ferreira teria destaque, junto ao CEE, por interesse do governador, pois era o momento em que seriam revistos alguns processos administrativos e pedagógicos de unidades escolares vinculadas à SEEDUC. Contudo, o conteúdo jornalístico publicado no *Jornal do Brasil* sob a manchete “Rio fecha Centro de tratamento para drogados”, publicado em 09 de julho de 1995, na página 13, apontava que, para realizar o que deveria ser um grande projeto educacional previsto para o Centro Piloto de Quintino, deveriam ser superadas as insatisfações surgidas com os serviços que já estavam ali implantados e que não tinham relação nem com a SEEDUC, nem com a própria Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECT), a quem o CEI já estava subordinado (JORNAL DO BRASIL, 1995).

A mesma matéria jornalística complementa que um dos motivos da insatisfação era em função do encerramento das atividades do Núcleo Terapêutico de Atenção ao Adolescente Usuário de Drogas (NUT) da extinta FCBIA. O NUT foi criado em 1991 e considerado uma referência para o tratamento de jovens usuários de drogas, cujo público-alvo eram crianças e adolescentes em situação de risco. Em quatro anos, cerca de 400 adolescentes passaram por lá, dos quais 10% conseguiram se recuperar, atendendo aos padrões da Organização Mundial de Saúde (OMS) (JORNAL DO BRASIL, 1995).

No entanto, a decisão final de encerrar as atividades do NUT coube à Nilda Teves, como publicado na mesma matéria do *Jornal do Brasil*. Segundo a reportagem, Nilda Teves teria ignorado o inconformismo dos que protestavam e, ao ser questionada pelo fechamento do Núcleo Terapêutico Atenção ao Adolescente Usuário de Drogas, respondeu:

[...] não quero mais falar em adolescente em situação de risco. Quero riscar esse termo daqui, avisou a professora Nilda Teves [...] não invalido a importância do NUT, mas, na minha administração, esse espaço é essencialmente pedagógico de reintegração do residente. Por um acaso o hospital está aqui [...]. (JORNAL DO BRASIL, 1995)

Sobre o assunto, a matéria publicada no *Jornal do Brasil* sob o título “Protesto por fechamento do Centro”, em 11 de julho de 1995, na página 6, continuou a dar destaque ao fechamento do NUT ao citar a manifestação do Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN) e do Sindicato dos médicos, que julgavam im procedente o fechamento do Núcleo Terapêutico, pois o consideravam uma medida arbitrária. Nesse caso, o deputado estadual Francisco Velloso,

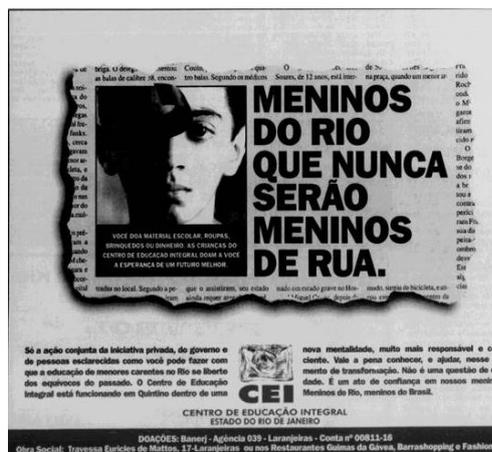
vice-líder do PSDB na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), disse “estranhar” a atitude da professora Nilda Teves Ferreira ao concordar com o fechamento do único centro brasileiro de referência para o tratamento de jovens usuários de drogas que se originou no HCA, e completou:

[...] há uma semana, os pacientes estão impedidos de entrar no local (Centro Terapêutico) não é essa a política em relação aos viciados que o governo tem nos repassado, afirmou Velloso, que pretende discutir a questão com o governador Marcello Alencar. Responsável pela indicação de Elmo Portella, presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN), Velloso negou que a entidade tenha competência para tratar os jovens dependentes químicos [...] falta autoridade à professora Nilda para repassar a responsabilidade ao CONEN [...]. (JORNAL DO BRASIL, 1995)

Outras formas de protesto registradas pela imprensa escrita foram publicadas à época, como foi o caso da psicóloga Norma da Silva Borges, ex-funcionária do FCBIA, que se manifestou através da coluna “opinião dos leitores”, publicada no *Jornal do Brasil*, em 15 de julho de 1995, na página 8. Segundo o conteúdo da referida coluna, a psicóloga considerava um desmantelamento o que ocorreu. Acrescenta a profissional que a educadora Nilda Teves Ferreira, enquanto coordenadora do CEI, também teria fechado o ambulatório de psicologia do HCA de forma arbitrária e injustificada, pois, segundo o entendimento da psicóloga, tratava-se de um serviço voltado para a comunidade carente de Quintino e outros bairros do subúrbio do Rio. O serviço prestava atendimento de psicoterapia individual e de grupo para crianças e adolescentes, além de orientar as famílias (JORNAL DO BRASIL, 1995).

O slogan “A base do futuro sem fronteiras”, que outrora ficara conhecido por associar a extinta FUNABEM a duas crianças sorridentes e supostamente felizes, foi substituído, no governo de Marcello Alencar, pelo slogan “Meninos do Rio que nunca serão meninos de rua”, conforme foto ilustrativa, publicada no *Jornal dos Sports*, em 05 de agosto de 1995, na página 6, e apresentada a seguir:

Imagem 11: Slogan da FCBIA na década de 1990



Fonte: *Jornal dos Sports*, 1995 (Hemeroteca Digital Brasileira)

A despeito do Art. 17 do ECA (BRASIL, 1990), que detalha sobre a preservação da imagem de crianças e adolescentes, a foto de um jovem foi publicada no *Jornal dos Sports* em 05 de agosto de 1995, na página 6, num período em que o governo estadual pretendia sensibilizar a população ao apresentar o CEI como a esperança de um futuro melhor para as crianças do Rio de Janeiro. Essa iniciativa pretendia, conforme informa a matéria, levar à sociedade, por intermédio do FCBIA, a notícia de que o cuidado e o bem-estar no atendimento de crianças e adolescentes seria dever de todos e, por conseguinte, a importância de se envolver novos parceiros, que auxiliassem nesse projeto social, cujo objetivo era “uma nova mentalidade, muito mais responsável e consciente” (JORNAL DOS SPORTS, 1995). Assim, o CEI propagandeava a nova fase da educação pública no Estado do Rio de Janeiro, que se configuraria no Centro Piloto de Quintino. Um pedido de ajuda financeira para investimentos foi anunciado pelo governo estadual para contribuir com aquela política de educação adotada.

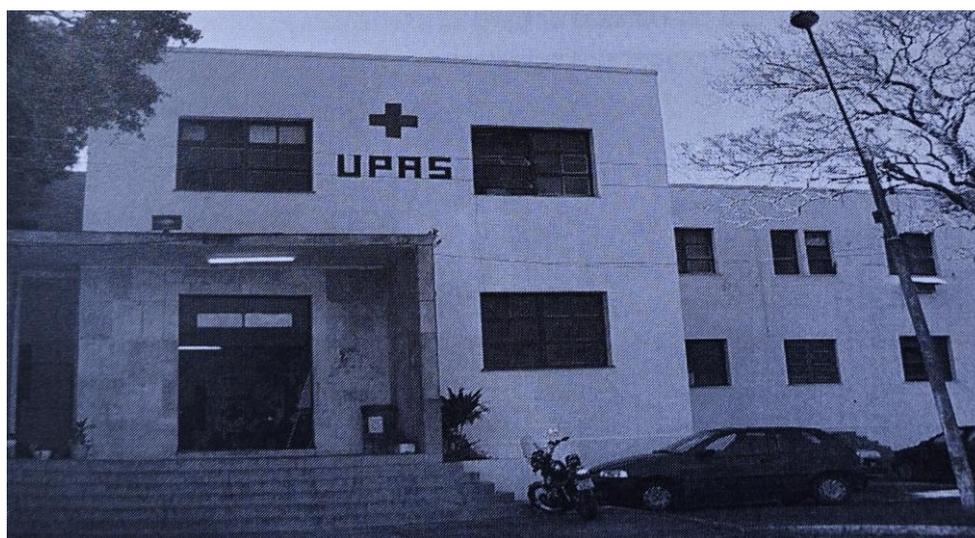
A educadora Nilda Teves Ferreira, com a justificativa de tratar-se de um compromisso de cunho social, político e pedagógico, conduziu a implementação do CEI em um contexto de reconhecimento da relevância do binômio educação e trabalho, que objetivou a formação de trabalhadores com conhecimentos em artes, na política e na técnica com ênfase na tríade escolaridade, ludicidade e trabalho. Desse modo, o CEI foi concebido como um importante projeto educacional que poderia iniciar um processo de inclusão em um espaço aberto e integrado à comunidade, onde seriam ofertadas oportunidades de atividades voltadas para a cultura, o esporte e o lazer (FARIAS, 2016).

O jornalista Paulo Sergio Marquero foi autor da matéria publicada em 10 de setembro de 1995, no jornal *O Globo*, intitulada “Antiga FUNABEM se torna Escola de Hotelaria”, na página 22. A reportagem registrava que o Curso de Auxiliar de Enfermagem estaria em

funcionamento e que no ano seguinte [1996] seriam iniciados os cursos profissionalizantes do ensino médio — o curso Técnico de Enfermagem entre eles (MARQUEIRO, 1995).

Nesse contexto, surgiu o primeiro concurso a ser realizado pela Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro (FESP-RJ). A FESP tinha como atribuições a organização e a realização do concurso público e a oferta de treinamento aos servidores estaduais e municipais (RIO DE JANEIRO, 1995b). Dessa forma, ocorreu o primeiro provimento de professores que atuariam na educação profissional do CEI com o objetivo de incrementar o ensino médio e finalizar as turmas em andamento dos cursos profissionalizantes de nível fundamental, entre eles, os da área da saúde, remanescentes do Centro de Estudos do HCA. O conjunto desses cursos se concentrava na Unidade Profissionalizante da Área da Saúde (UPAS). A UPAS tornou-se, assim, a responsável pela oferta de cursos nos níveis fundamental e médio da área da saúde no Centro Piloto de Quintino.

Imagem 12: De HCA à UPAS



Local: Centro Piloto de Quintino.

Fonte: Figueiredo; Carvalho; Carvalho, 2023.

A foto apresenta a fachada principal do prédio monobloco, da década de 1940, que abrigou o HCA da FCBIA e, nele, o Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos, renomeado como Centro de Estudos do FCBIA em 1990. O Hospital tinha sido construído no ponto mais alto do Centro Piloto de Quintino, cujo acesso se dava por uma alameda.

A reestruturação da UPAS se deu com a implantação do CEI e a chegada dos primeiros professores concursados que, a princípio, estavam na expectativa de atuar na Escola Técnica Estadual República. No entanto, revelaram como foram recebidos e como tiveram que atuar

diante da diversidade que encontraram, já que parte deles foi alocada para dar terminalidade aos cursos de nível fundamental em andamento, como foi o caso dos da área da saúde:

[...] nós não tínhamos uma lotação específica [...] nossos cargos, eles foram pensados para dar continuidade aos cursos do Centro de Estudos do antigo hospital [...] (P5)

[...] meu concurso foi para professor de enfermagem, porque existia um projeto de se iniciarem os cursos técnicos de enfermagem, mas [...] quando nos receberam era para trabalhar no curso que já existia [...] de Auxiliar de Enfermagem do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente [...] (P1)

[...] passei em terceiro lugar para professor de enfermagem e comecei a lecionar nesse curso [Auxiliar de Enfermagem] [...] não foi assim nada fora do comum darmos aula para auxiliar de enfermagem [...] (P7)

[...] quando assumimos [professor concursado] fomos direcionados então para o Centro de Estudos [...] e informados que nós assumiríamos turmas que estavam paralisadas desde que o hospital foi desativado [...] as aulas teóricas aconteciam no espaço que foi cedido[...] em um prédio na presidência da Fundação [Centro Piloto de Quintino]. [...] (P5)

Cabe ressaltar que a transferência da FAEP para a estrutura da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia fez com que mudanças estruturais e administrativas ocorressem. Dessa maneira, nessa nova concepção pedagógica do CEI, foi necessário que os espaços físicos de algumas escolas ou cursos fossem redefinidos e novos coordenadores fossem nomeados. Desse modo, embora o convênio firmado entre o Governo Federal e o Estado do Rio de Janeiro, assinado em 10 de agosto de 1993 (RIO DE JANEIRO, 1993), previsse a saída gradual dos servidores públicos federais após o processo de estadualização do Centro Piloto de Quintino, quatro profissionais foram convidados a permanecer com cargo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS).

O DAS compreendia cargos comissionados destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento, que poderiam ser ocupados tanto por pessoa sem vínculo com a administração pública federal, quanto por servidor efetivo. Assim, o pedagogo Celso do Nascimento Faustino (1951-2022), servidor público federal, foi nomeado por ato do Secretário-chefe do Gabinete Civil da Governadoria do Estado, no governo de Marcello Alencar, em 19 de janeiro de 1996 (D. O. do Estado do Rio de Janeiro, 22/01/1996, nº 15, p. 2). Nessa condição, ele assumiu a direção da UPAS e, sobre isso, o próprio diretor afirmou:

[...] houve a modificação na estrutura administrativa do FCBIA [...] e os cursos da área da saúde foram transformados e passaram a integrar a Unidade Profissionalizante da Área de Saúde e esse nome foi dado pela equipe administrativa e pelos professores [...] (P2)

[...] pela necessidade de reativar o funcionamento dos cursos de qualificação profissional em nível de primeiro e segundo grau na área da saúde do Centro de Estudos [Centro de Estudos do Hospital da Criança e do adolescente [...] fui [Celso do Nascimento Faustino] secretário administrativo, passando depois a secretário escolar²⁹, coordenador dos cursos e diretor da UPAS, em 1996 [...] (P2)

Pretendendo instituir maior autonomia administrativa ao CEI, o governador Marcello Alencar promulgou o Decreto de nº 22.011, de 09 de fevereiro de 1996, desvinculando-o do Gabinete da Casa Civil e o subordinando à FAEP. Outras sete escolas técnicas estaduais³⁰ que, até então, eram vinculadas à SEEDUC, também foram transferidas para a FAEP. Na ocasião, a FAEP deixou de ser subordinada à SEEDUC para vincular-se à (SECT), o que representou uma importante iniciativa para a educação profissional no Estado do Rio de Janeiro, como exposto a seguir:

[...] Art. 1º - Fica transferida, da Secretaria de Estado de Educação para a estrutura da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, a Fundação de Apoio à Escola Pública do Estado do Rio de Janeiro (FAEP).

§ 1º - As Escolas Técnicas Estaduais, constantes do Anexo I a este Decreto, ficam diretamente vinculadas à FAEP, e serão transferidas juntamente com seus cargos comissionados e dotações orçamentárias. Os seus bens móveis, meios de comunicação e transportes serão igualmente utilizados pela FAEP[...]

Art. 6º - Fica igualmente transferido do Gabinete Civil da Governadoria do Estado para a Fundação de Apoio à Escola Pública [FAEP], o Centro de Educação Integral do Estado do Rio de Janeiro [CEI] [...]

Integraram-se, desse modo, 29 funcionários e servidores (descritos nominalmente), com todos os direitos e vantagens, assim como os cargos em comissão, os contratos firmados e saldos de dotações orçamentárias, bens móveis, meios de comunicação e transportes (RIO DE JANEIRO, 1996a).

Iniciava-se, portanto, uma nova era da educação profissional pública no Estado do Rio de Janeiro. A tarefa, então, seria livrar o Centro Piloto de Quintino do estigma deixado pelos órgãos antecessores que, por quase um século, apresentaram à sociedade uma instituição que (des)educava pelo aprisionamento de crianças e adolescentes em desamparo. Para tanto, o governador Marcello Alencar, imbuído de uma proposta educacional, através do CEI, trouxe

²⁹ O Ofício CBIA/PRESI nº 428, de 27 de outubro de 1993, confirma que Celso do Nascimento Faustino, sob Registro 1.342/92, foi secretário escolar do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente (MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL, 1993).

³⁰ A saber: Escola Técnica Estadual Ferreira Vianna, Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá, Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek, Escola Técnica Estadual Oscar Tenório, Escola Técnica Estadual Henrique Lage, Escola Técnica Estadual João Barcelos Martins e Escola Técnica Estadual João Luiz do Nascimento (RIO DE JANEIRO, 1996a).

em seu bojo um modelo pedagógico bem próximo àquele adotado por Darcy Ribeiro, que defendia uma escola pública e democrática que pudesse oferecer assistência necessária para uma educação de tempo integral para as camadas mais populares (MOREIRA, 2020).

Reconhecida pelo seu capital cultural, a chegada de Nilda Teves Ferreira pretendia transformar aquele cenário que, embora não mais pertencesse à FUNABEM, mantinha no imaginário coletivo de profissionais, alunos e população do entorno as lembranças estigmatizantes de agruras vivenciadas por crianças e adolescentes que outrora estiveram por ali. De acordo com a educadora, no artigo “Projeto educacional para megacidade: relato de caso”, sua experiência na educação teria trazido a firmeza e a autoestima necessárias às mudanças para aquele espaço (FERREIRA, 1999).

O Projeto Pedagógico de Nilda Teves Ferreira para o CEI foi descrito por ela como um “shopping pedagógico”, pela diversidade educacional apresentada, tendo em vista as oportunidades que aquele espaço proporcionaria aos adolescentes da zona norte e adjacências. O CEI previa que a maioria dos alunos ingressantes no Centro Piloto de Quintino deveria ter a possibilidade de associar o estudo a uma atividade esportiva e artes, tais como dança, música e teatro. A implementação de um Técnico de Enfermagem era considerada estratégica por Nilda Teves para atrair novos alunos de diferentes regiões da cidade e seguimentos sociais, além dos cursos de informática, mecânica e eletrônica (FERREIRA, 1999, p. 101).

Assim, teriam sido organizadas reuniões com o empresariado carioca com vistas a obter recursos para viabilizar o projeto pedagógico do Centro Piloto de Quintino, como divulgado, à época, na matéria “Escola XV busca recurso”, publicada no *Jornal do Comércio* em 13 de fevereiro de 1996, página 14. Nela, estava registrado um encontro do Governador Marcello Alencar e da professora Nilda Teves Ferreira com um grupo de empresários do Estado do Rio de Janeiro para a apresentação de um projeto de reforma para uma Escola que se localizava no Centro Piloto de Quintino. Segundo a reportagem, a unidade já oferecia ensino, cultura, esporte e lazer, porém precisava de reformas urgentes para continuar atendendo 6 mil crianças/turno. Essa matéria jornalística se referia à Escola Quinze de Novembro, a maior localizada no CEI do Centro Piloto de Quintino (JORNAL DO COMÉRCIO, 1996).

Ainda no contexto da matéria, o governador declarou aos presentes que o incentivo dado pelos empresários seria de interesse do próprio setor privado, que estaria investindo na boa formação profissional daquelas crianças e adolescentes. Nilda Teves Ferreira, até então coordenadora do CEI, teria falado sobre a importância dos investimentos na Escola ao afirmar que “o equipamento social está em péssimas condições, os recursos humanos eu garanto”,

referindo-se à estrutura física das escolas já existentes no Centro Piloto de Quintino. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1996, p. 14).

Imagem 13: Nilda Teves no Palácio Guanabara



No Guanabara, o governador Marcello Alencar, sras. Célia Alencar e Nilda Téves Ferreira, e o sr. Eloy Fernandez Fernandez.

Local: Palácio Guanabara.

Fonte: *Jornal do Comércio*, 1996 (Hemeroteca Digital Brasileira)

A Imagem 13 mostra o prestígio de Nilda Teves Ferreira ao ser recebida no Palácio Guanabara, residência oficial do Governador Marcello Alencar, por ele próprio e sua esposa, Celia Alencar. No registro fotográfico é possível notar a forma carinhosa como é recebida pela primeira-dama, que a cumprimenta de forma sorridente, tocando-a no rosto, em um gesto afetivo. Na composição da foto, à esquerda, um pouco mais afastado, está Elói Fernandez y Fernandez, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia (1995-1998), cuja pasta abarcaria o projeto do Centro Piloto de Quintino (JORNAL DO COMÉRCIO, 1996).

As posições destacadas de Nilda Teles estavam relacionadas com o acúmulo de capital científico ostentado por ela nas duas formas que este capital se apresenta: capital científico puro ou aquele relacionado à instituição. O primeiro pode ser adquirido, sobretudo, em função das contribuições voltadas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas. Essas são evidenciadas, mais comumente, através das publicações nos veículos de maior prestígio, portanto, mais seletivos e, dessa forma, funcionam como um “banco de crédito simbólico”. O capital científico da instituição, por outro lado, é aquele adquirido, fundamentalmente, por estratégias políticas que exigem tempo, caracterizadas por participação, dentre outras, em colóquios científicos, bancas de avaliação de pesquisas, cerimônias e reuniões (BOURDIEU, 2004, p. 36). Daí, pode-se constatar que a educadora Nilda Teves transitava nas duas formas de capital científico, a acumular os efeitos desse investimento sob a forma de reconhecimento

político e acadêmico, necessários à implementação de seu projeto político voltado à educação de adolescentes no Estado do Rio de Janeiro.

A atuação do governador Marcello Alencar apresentava-se alinhada com os pressupostos neoliberais do seu partido, o PSDB, que iam ao encontro da política educacional defendida pelo Ministro da Educação, Paulo Renato Souza. O ministro orientava a busca de novos recursos para investir na educação profissional, objetivando aprofundar sua sintonia com o setor produtivo, valorizando, assim, a parceria público-privado para atender às demandas de um mercado cada vez mais especializado. Evidenciando esse entendimento, em encontro com empresários do Estado de Santa Catarina, o ministro declarou: “Não são vocês que precisam de nós; é o governo que precisa de vocês. Se foram capazes de construir o progresso com bem-estar de sua região, com maior razão serão capazes de construir, em parceria conosco, a escola de que precisam” (BRASIL, 2002, 29).

Nesse contexto, Marcello Alencar deu posse, no Palácio Guanabara, à educadora Nilda Teves Ferreira como a presidente da FAEP. Com isso, Nilda Ferreira passava a acumular os cargos de presidente da FAEP e de coordenadora do CEI, de acordo com a matéria do jornal *O Fluminense* intitulada “FAEP já tem nova presidente”, publicada em 9 de abril de 1996, na página 6. A reportagem considera que tais iniciativas sinalizavam que a instituição subordinada à SECT, a FAEP, ganharia um novo impulso com a nomeação da educadora, e acrescenta: “ela já demonstrou que é uma grande intelectual”. Segundo o conteúdo do jornal, Nilda Teves Ferreira teria lamentado o modo precário em que se encontravam as escolas e destacado o sucesso do projeto que estava sendo desenvolvido no Centro Piloto de Quintino, onde crianças e adolescentes tinham acesso ao ensino profissionalizante, e que parceria público-privado já estaria contribuindo para isso (O FLUMINENSE, 1996).

Os anseios de Marcello Alencar e as políticas educacionais propostas, à época, pelo Presidente Fernando Henrique também teriam impacto nas discussões que visavam a reformulação da LDB/1996. É nessa conjuntura que a educação profissional recebeu grande destaque. Assim, para colocar em prática tais parcerias e investir no ensino médio e nos cursos profissionalizantes no Rio de Janeiro, o governador, através do Decreto nº 22.161, de 06 de maio de 1996, criou a Escola Técnica Estadual República, em substituição à Escola Quinze de Novembro, uma escola centenária que guardava a história de muitas crianças e adolescentes que foram ali atendidos desde a sua criação, no início do século XX. Era preciso rerepresentá-la à sociedade, mas sem alterar muito sua referência. Cabe ressaltar que o momento político vivenciado era bastante afinado com os fundamentos do neoliberalismo e defendia que a

formação do indivíduo deveria ser voltada para o mercado de trabalho (RIO DE JANEIRO, 1996b).

Com a implantação da nova proposta educacional, através do CEI, algumas medidas foram tomadas pelo governador Marcelo Alencar, no que se referia tanto às questões pedagógicas quanto às administrativas, tais como transferência do local de trabalho de alguns funcionários e a contratação de novos profissionais para atenderem às demandas. O projeto educacional de Nilda Teves Ferreira era reconhecido por alguns profissionais da área educação envolvidos com ele, em função da sua relevante trajetória profissional. Para esses profissionais, Nilda Teves Ferreira era considerada a educadora que esteve na elaboração do projeto, implantação e gestão do CEI. Tal situação pôde ser observada nos fragmentos de entrevista de alguns funcionários:

[...] nessa época tínhamos uma vanguardista da UFRJ que foi a Nilda Teves. A Nilda Teves foi uma pessoa que acreditou. Ela era uma doutora da Faculdade de Educação da UFRJ e acreditava muito nisso. A Nilda [Teves] foi uma das presidentes, a primeira presidente da FAEP que fez todo o arcabouço da FAEP. Se a Fundação de Apoio à Escola Técnica³¹ (FAETEC) existe hoje deve-se agradecer à Nilda Teves [...] (P1)

[...] eu não tenho palavras para expressar a valorosa contribuição da professora Nilda [Teves] para reativação, a revitalização do Complexo de Quintino. Então, minhas palavras para a professora Nilda são de agradecimento e gratidão [...] (P2)

[...] aquela mulher [Nilda Teves] é fantástica [...] eu sou fã dela, fã [...] fantástica, fantástica, fantástica. O Marcelo Alencar, todo mês ele ia umas 4 ou 5 vezes lá na FAETEC, lá em Quintino só para visitar ela e ver como estavam as coisas lá, se estava faltando alguma coisa. Eles eram muito amigos, muito chegados [...] (P3)

[...] o projeto do CEI da professora Nilda [Teves] foi muito bem-vindo, muito bem acolhido pela comunidade porque eles viram a possibilidade de retomar ações que eles tinham acesso. Como a parte esportiva, por exemplo, e algumas ações pedagógicas [...] (P5)

O capital simbólico pode ser compreendido como um capital que se pauta na maneira como as pessoas “legitimam elementos de diferenciação dos indivíduos ou de uma classe”. Contudo, é considerado por Pierre Bourdieu como um capital denegado, pelo fato de ser reconhecido enquanto força e poder de dominação (MONTEIRO, 2018, p. 79). Nesse caso, o reconhecimento social dos diferentes agentes que atuaram com a Nilda Teves foi evidenciado através do capital simbólico acumulado pela educadora, que atuava como porta-voz autorizada

³¹ A Lei nº 2.735, de 10 de junho de 1997, através do Art. 1º, altera a denominação de Fundação de Apoio à Escola Pública do Estado do Rio de Janeiro (FAEP) para Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) (RIO DE JANEIRO, 1997).

para aqueles profissionais do Centro Piloto de Quintino e era uma referência no campo da educação no Estado do Rio de Janeiro. Pierre Bourdieu explicita que o porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e por meio de seu trabalho, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato, como foi o caso de Nilda Teves (BOURDIEU, 2008, p. 89).

Uma das primeiras iniciativas da Presidente do FAEP e coordenadora do CEI foi a de retirar daquele espaço as últimas crianças e adolescentes ali deixados, desde a extinção da FUNABEM, pois alguns ainda eram mantidos em um semi-internato ou mesmo reclusos. Apesar do prestígio do qual usufruía a educadora Nilda Teves Ferreira, essa iniciativa não foi entendida como algo positivo para aqueles menores internos, conforme relato de alguns funcionários:

[...] a Nilda Teves fez muita coisa errada para os menores internos, que já estavam lá [...] ela botou muita gente na rua porque só podia virar escola técnica se não tivessem os internos [...] (P4)

[...] para quem já era dali (Centro Piloto de Quintino) a [Nilda Teves] não foi boa. Hoje, vocês funcionários falam da Nilda Teves muito bem, mas para quem conviveu com a Nilda Teves desde o princípio sabe que ela nunca foi boa pessoa. Ela fez muito mal para muitas crianças internas. (P4)

[...] conforme a gente [instrutora] foi sendo admitido eles foram tirando os meninos do antigo abrigo que se transformou no Centro Interamericano de Artes Marcial [...]. Isso aconteceu com a chegada da Nilda Teves. (P6).

Para Pierre Bourdieu, as hierarquias sociais e as desigualdades sociais, assim como os sofrimentos que eles causam, são desencadeados não pela força física, mas pela dominação sob a forma de violência simbólica. Desse modo, o poder simbólico instituído a Nilda Teves em função da investidura dela no cargo de presidente da FAEP e coordenadora do CEI representava, por outro lado, uma violência simbólica refletida naqueles funcionários contrários às medidas impostas pela política vigente (SCHUBERT, 2018). É fato que não havia uma unanimidade entre os agentes do campo, o que repercutiu como uma violência simbólica, e a estratégia utilizada foi uma resistência dos trabalhadores à algumas mudanças propostas pela educadora.

Vale ressaltar que essa iniciativa era intrínseca ao projeto educacional previsto por Nilda Teves Ferreira, ou seja, o de remover do Centro Piloto de Quintino qualquer associação daquele espaço com a ideia de segurança nacional, mantida nas gestões anteriores, em função de ali ter abrigado, por décadas, a FUNABEM (FERREIRA, 1999).

Para isso, foi necessária uma reestruturação administrativa e pedagógica através da ocupação das lacunas deixadas pelos servidores federais transferidos. Para a educadora, diante do quadro pouco favorável que se apresentava nessa transição FCBIA/CEI, fazia-se necessário uma mudança de cultura capaz de impactar o grupo dentro e fora da instituição. Por isso, optou pela reorganização do espaço, que considerou sombrio pela falta de poda das árvores até o descerramento de enormes portões que reafirmavam o encarceramento que se desejava extinguir. Havia a preocupação de não parecer uma (re)construção ou de (re)fazer, mas de criar algo novo. A educadora completa:

[...] Tratava-se de um duelo de vida ou morte daquele lugar. Era necessário que se instituíssem novas representações, e que elas fossem tão fortes que pudessem substituir o estigma que ali permaneciam. Estávamos mostrando que mesmo um antigo presídio uma nova rede de sígnicos³² que efetivasse o sentido de um novo território, um lugar onde as pessoas tivessem prazer de ficar, de circular [...]. (FERREIRA, 1999, pág. 5)

A professora Nilda Teves Ferreira, com o intuito de neutralizar o estigma deixado pelas extintas FUNABEM e FCBIA, providenciou a substituição do nome dos homenageados das escolas, em sua maioria, e dos espaços de aprisionamento:

[...] nessa estada dela [Nilda Teves] aqui no CEI, ela foi trocando o nome das escolas. Fazendo isso, ela tentava tirar do imaginário das pessoas sobre o que havia sido ruim [...] quando foram abertas as vagas para os cursos, ela mandou colocar uma faixa na frente do Colégio República dizendo: temos vagas de 5ª série, 6ª série, 7ª série [...] venham se inscrever, temos vagas, ensino regular [...] e não tinha público porque as pessoas achavam que ainda era FUNABEM. (P6)

O conceito de estigma social está relacionado à “situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena”, em um sentido de descrédito ou desqualificação e que, algumas vezes, pode ser considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem, constituindo uma “discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” e se refletindo no afastamento social do indivíduo (GOFFMAN, 2008, p.4).

Nesse contexto, a estratégia utilizada por Nilda Teves contribuiu para retirar daquele espaço o peso do descrédito provocado pelo estigma do passado, já que a estigmatização do indivíduo está associada com sua admissão a uma instituição de custódia, como uma prisão (como foi o caso da FUNABEM), um sanatório ou um orfanato e que, desse modo, a maior

³² Diz-se daquilo que tem a ver com signos ou daquilo que possui significado (<https://www.dicionarioinformal.com.br>).

parte do estigma se dará no convívio com aqueles que irão “transformar-se em seus companheiros de infortúnio” (GOFFMAN, 2008, p. 34).

Alguns desses aspectos puderam ser evidenciados nos trechos das entrevistas dos colaboradores que ali trabalharam à época, e que testemunharam a transição da maioria dos nomes das unidades de ensino ou abrigos, com vistas a reduzir o estigma que elas representavam. Também houve o reconhecimento pelo trabalho de Nilda Teves Ferreira em oportunizar melhores condições aos adolescentes remanescentes da extinta FUNABEM:

[...] o Ginásio Industrial Quinze de Novembro tornou-se Escola Técnica Estadual República; a Escola Eduardo Bartlet James em Escola Arte e Vida; o Instituto Padre José de Anchieta, antigo abrigo feminino, tornou-se Escola de Hotelaria [que já tinha sido uma escola de garçons]; a Escola Odylo Costa Filho, antigo abrigo masculino, em Centro Interamericano de Artes Marciais; e a Escola Mário Altenfelder, em Escola Especial Favo de Mel [...] além das Escolas de ensino profissional, como a Escola de Ensino Comercial [...]; a Unidade Profissionalizante Lindolfo Collor em Escola de Ensino Industrial; Escola de Música, Banda de Música, Escola de Teatro [e o Teatro Grande Otelo], Escola de vassouras, Casa da criança [creche]. Escola de Motoristas [...] (P6)

Além de servidores federais remanescentes da FCBIA, outros trabalhadores, com diferentes vínculos empregatícios, que ali permaneceram se sentiam ameaçados, mantendo uma preocupação permanente frente à possibilidade de rescisão dos seus contratos de trabalho, uma vez que eram trabalhadores terceirizados. Essa situação fez com que estes se organizassem para um enfrentamento diante do que consideravam um descaso das autoridades. Assim, participaram, juntamente com alunos, de um protesto rápido, como foi descrito por uma funcionária contratada:

[...] não durou nem meia hora [o protesto], entendeu? Os alunos sentaram no chão, todo mundo sentou no chão da rua Clarimundo de Melo e nós a paralisamos por um período e a polícia chegou, eles [os que discordavam do protesto] chamaram a polícia. A polícia tirou a gente, botou os alunos para dentro e ainda nos ameaçaram porque tinha menor; e a gente ia responder pelos menores que estavam ali [...] (P4)

Diferentemente dos grandes movimentos que os servidores federais organizaram ainda na fase de transição da esfera federal para a estadual, por ocasião da assinatura do convênio nº 034-A/00/93, o vínculo de trabalho precário dos terceirizados, isto é, aqueles que não eram funcionários públicos e, portanto, não usufruíam de estabilidade de vínculo profissional não os permitia ir adiante em um movimento de luta pela manutenção do seu posto de trabalho (BRASIL, 1993).

Contudo, esse convênio, firmado ainda durante o governo de Leonel Brizola, foi alvo de questionamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU, em seu relatório, considerou haver uma “total falta de controle por parte do governo estadual”, pois, conforme documento do TCU, a SECT à qual o Centro Piloto de Quintino esteve vinculado não exercia qualquer supervisão sobre a FAEP. O relatório do TCU destacava que o descumprimento do objeto do Convênio teria se iniciado em julho de 1995, com a desativação do Núcleo Terapêutico em Atenção ao Adolescente Usuário de Drogas (NUT) e com a desativação do HCA, já que os recursos, de grande monta, deveriam ser aplicados na consecução dos objetivos do convênio. Essas irregularidades, conforme entendimento do TCU, teriam ocorrido na gestão do governador Marcello Alencar (BRASIL, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2004).

Cabe destacar que o relatório emitido pelo TCU questionou “desvio de finalidade” no cumprimento do citado convênio (nº 034-A/00/93) por parte da FAEP. O documento do TCU elenca várias cláusulas de descumprimento do convênio, como:

- a) a desativação dos abrigos para crianças e adolescentes, sendo que o anexo da casa nº 4 guardava material não mais utilizado pelos abrigos, tendo sido o restante doado;
- b) funcionamento de "pesque e pague" no lago dentro do Complexo;
- c) a Escola Odylo Costa Filho, que fora considerada excelente em inspeção de março de 1994, passou a abrigar 41 crianças em maio de 1995, tendo em sua sede uma escola de artes marciais;
- d) desativação do Centro Terapêutico de Atendimento ao Adolescente (NUT), que atendia a crianças e adolescentes usuários de drogas, que funcionava na casa nº 2, onde abrigava, então, 21 remanescentes dos demais abrigos;
- e) a Unidade CRT II, antigo abrigo da FIA [Fundação Educacional para a Infância e Adolescência] estava desativada e planejava-se transformá-la num espaço voltado para estímulo à microempresa;
- f) transferência dos internos psicóticos da Unidade de Atendimento a Excepcionais Mário Altenfelder;
- g) a Escola de Motoristas estava funcionando em prédio que já serviu de abrigo para adolescentes, que foi extinto;
- h) o Curso de Datilografia estava funcionando em local que anteriormente se destinava ao programa de abrigo de adolescentes do sexo feminino; e
- i) desativação do Hospital da Criança e do Adolescente. (BRASIL, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2004)

O referido relatório do TCU concluiu que o HCA já havia encerrado suas atividades em data anterior à 29 de março de 1995 e salientou que o Hospital teria sido transformado em Centro de Saúde Bucal, para atendimento dentário dos alunos que realizavam oficinas e cursos nas escolas do Centro Piloto de Quintino. Contudo, o relatório revelou que, por parte do Estado, teria faltado controle e fiscalização a cargo do Sistema de Controle Interno. Após a realização de inspeção no Centro Piloto de Quintino, o TCU considerou haver prejuízo dos serviços prestados às crianças e aos adolescentes, com queda da qualidade de vida dos menores e desvio

de finalidade das instalações do Centro Piloto de Quintino, como consta no relatório do TCU (BRASIL/ TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2004).

Conforme relatado no Acórdão 300/2002 do TCU, uma multa foi aplicada ao então Governador Marcello Alencar, considerando as proposições conclusivas da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. Apesar do citado Acórdão, o governador negava ter abandonado as crianças e adolescentes em situação de risco social, dentro do contexto em que se propunha o convênio em tela. Assim, o governador solicitou um pedido de reexame em desfavor do Acórdão 300/2002, no que tange à multa aplicada em razão de descumprimento de objeto de convênio (BRASIL, 2002).

Desse modo, após a visita de inspeção de uma equipe conjunta do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a presidente da FAEP afirmou, em resposta ao relatório, que, em relação ao HCA e do adolescente, o funcionamento dependia da presença dos profissionais da extinta FCBIA que foram transferidos para o Ministério da Saúde e que, assim, o fechamento dessa unidade se deu em virtude de ato praticado na sede da administração federal (BRASIL, 2002).

Embora o fechamento do HCA e do adolescente conste do documento do TCU como uma resposta da presidente da FAEP e coordenadora do CEI à época, esta não informou no mesmo documento [TCU] os cursos da área da saúde mantidos pelo Centro de Estudos do FCBIA. Mas, no depoimento de alguns professores, foi possível registrá-los:

[...] quando eu me inserir no curso [de auxiliar de enfermagem] ele tinha sido retirado do Centro de Estudos do Hospital e estava localizado numa área administrativa [Prédio da Presidência da FAEP] no campus Quintino [Centro Piloto de Quintino] [...] (P1)

[...] nós estávamos no subsolo do prédio da Presidência [da FAEP] em algumas salas administrativas e a gente ministrava as aulas teóricas [...] tinha uma salinha ao lado que não tinha boneco, mas pegávamos o material no Hospital da Criança [e do Adolescente] que havia sido fechado e tinha um vasto material como pinças, comadres, algumas roupas [...] a gente pegava e levava para uma sala de aula e fazia uma aula prática [...] (P7)

As implicações do encerramento das atividades do HCA foram além da ausência de atenção à saúde da população, público da região adstrita a ele, atingindo também a formação acadêmica e profissional, pois o Hospital servia de campo de prática tanto para o ensino como para a pesquisa, como relatado por um dos participantes:

[...] pelo Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente eram oferecidos estágios para acadêmicos na área de saúde, tínhamos alunos da universidade Gama Filho e eles estagiavam na enfermagem, na fisioterapia, terapia ocupacional e assistente social [...] (P2)

É inegável a importância dos Hospitais para a formação dos profissionais de saúde como um todo, sobretudo aqueles ofertados pelo Sistema Único de Saúde. Há de se compreender que o encerramento das atividades do HCA levou à perda de um importante campo de desenvolvimento de habilidades práticas para os acadêmicos, de diferentes carreiras, como era o caso dos estágios de nível superior.

Desse modo, um pedido de reexame contra o Acórdão 300/2002, encaminhado pelo governador Marcello Alencar ao TCU, relatava as condições em que havia encontrado o Centro Piloto de Quintino, incluindo as instalações do HCA e quais soluções o seu governo entendeu como necessárias para a resolver os problemas. Assim, constava do referido documento que ações conjuntas foram realizadas com outros órgãos/entidades do Estado, todas visando o atendimento da criança e do adolescente, no contexto de um amplo projeto para prestação de assistência (BRASIL/TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2004).

Entre as ações, o documento destacava que havia crianças e adolescentes sem possibilidade de recolocação em suas respectivas famílias ou em famílias substitutas e, por isso, continuavam sendo encaminhados para abrigos em instituições privadas conveniadas, especializadas nesse tipo de atendimento. Os que apresentavam deficiência física e intelectual podiam realizar atividade técnica ou intelectual através de cursos ministrados pela Escola Especial Favo de Mel. Além disso, o hospital que funcionava no Complexo passaria a atender a comunidade local através de Centro de Saúde Bucal e, por fim, o Centro Piloto de Quintino passaria a prestar amplo programa de cursos de profissionalização, ensino fundamental e médio para famílias de baixa renda (BRASIL/TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2004).

A Escola Mario Altenfelder, citada pelo TCU, foi um espaço destinado ao abrigo desses adolescentes (e adultos) deixados por seus pais ou responsáveis quando ainda crianças, alguns com deficiência intelectual, outros com deficiências físicas. Como noticiado pelo *Jornal do Brasil*, em 08 de abril de 1997, página 27, sob o título “Marcello nega ter abandonado os menores”, 86 desses abrigados teriam sido “enviados para Cachoeiras de Macacu, na Região das Baixadas Litorâneas”, para um instituto adequado às suas necessidades e, na ocasião da reportagem, Marcello Alencar teria prometido reabrir o NUT e o HCA (JORNAL DO BRASIL, 1997).

2.2 A reestruturação do Centro Piloto de Quintino com a implantação do Centro de Educação Integral diante das novas metas educacionais de Nilda Teves Ferreira

De acordo com o Ministério da Saúde, na década de 1990 (BRASIL, 2001), estimava-se que cerca de 225 mil trabalhadores que exerciam as atividades de enfermagem no país não possuíam a qualificação necessária, nem as credenciais educativas e profissionais estipuladas pela Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de enfermagem (BRASIL, 1986). Por esse motivo, pretendia-se qualificar esses trabalhadores, visando reduzir os riscos à população atendida e melhorar a qualidade da atenção hospitalar e ambulatorial, particularmente nos estabelecimentos integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com isso, salienta-se que diferentes fatores impulsionavam a formação do Auxiliar de Enfermagem, visto que um grande contingente de profissionais atuantes nos hospitais, à época, era composto por atendentes, a reafirmar, desse modo, a importância dos cursos de qualificação na área da saúde. É importante destacar que, no âmbito do HCA, tal configuração acerca do perfil profissional da enfermagem era semelhante ao observado nacionalmente. Embora a lei nº 7.498/86 propusesse a extinção da categoria de atendentes em um prazo de dez anos a partir de sua promulgação, isso não foi alcançado (BRASIL, 1986).

Assim, foi alterado o parágrafo único do art. 23 da Lei nº 7.498/86 com a promulgação da Lei nº 8.967, de 28 de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994). Essa alteração visava assegurar aos atendentes de enfermagem, admitidos antes da vigência da Lei 7.498/86, o pleno exercício das atividades elementares da enfermagem, desde que sob orientação e supervisão do enfermeiro. Nesse contexto, em 1996, pretendia-se investir, portanto, na reatualização do *habitus* profissional daqueles que atuavam como atendentes de enfermagem.

Tal iniciativa estendia-se à população de modo geral e a estratégia de qualificação para ambos os casos se daria através do curso de Auxiliar de Enfermagem. É importante esclarecer que outros investimentos foram previstos com o objetivo de elevar o acúmulo de capital simbólico compatível com a função de profissionais de enfermagem de nível médio, dentre os quais adotou-se o Projeto larga Escala³³, um dos mais importantes deles, além dos exames de

³³ Através da Comissão Interministerial de Planejamento (CIPLAN) nº 15, de 11 de novembro de 1985, O Projeto de Formação de Pessoal de Nível Médio em Larga Escala foi uma estratégia de preparação de recursos humanos para integrarem os serviços básicos de saúde, através de um Acordo entre os Ministérios da Saúde, Educação e Previdência Social e a Opas/OMS para formação de pessoal de nível médio de ensino (BRASIL, 1985). O exame de suplência profissional constituiu-se como uma estratégia para a profissionalização da enfermagem no Brasil na

suplência e os exames de práticos de enfermagem (SANTIAGO; LOPES; CALDAS, 2002). Ainda assim, muitos atendentes continuaram sendo admitidos nas esferas públicas e rede privada brasileira, em virtude da carência de recursos humanos de nível médio.

O investimento na formação de recursos humanos em saúde na década de 1990 era crucial por representar um período importante para a construção do arcabouço do SUS, tendo em vista sua recente implementação, através da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (BRASIL, 1990c; SILVA et al., 2022). Esta Lei dispunha sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços. O SUS, por sua vez, previa estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos e a articulação com os órgãos educacionais. Assim, os trabalhadores, os discentes e o diretor da UPAS, Celso do Nascimento Faustino, lutaram para que os cursos da área da saúde³⁴, sobretudo o de Auxiliar de Enfermagem, considerado “carro-chefe” pelo diretor, não fossem descontinuados após a implementação do CEI no Centro Piloto de Quintino.

Sobre a intenção, por parte dos professores admitidos no primeiro concurso, realizado em 1996, e que assumiram os cursos da UPAS com a intenção de ocupar o espaço do HCA para transformá-lo em uma Unidade de Ensino, cabem algumas considerações, pois, em menos de um ano, já estariam ocupando o segundo espaço³⁵, imposto por Nilda Teves, em função de o primeiro se tratar do prédio da presidência da FAEP. Cabe destacar que nem todas as áreas contavam com laboratórios adequados, o que gerou insatisfação por parte da equipe de professores e do próprio diretor da UPAS, sobretudo diante da possibilidade de se aumentar o quantitativo de alunos. A seguir, alguns dos motivos apresentados pelos participantes deste estudo para melhor definir suas reivindicações:

[...] nossa reivindicação era no sentido de ocuparmos aquele espaço [Hospital da Criança e do Adolescente] porque ali tinha toda ambientação necessária, inclusive para as práticas laboratoriais [...] (P5)

década de 1980. Provas de conhecimentos específicos eram aplicadas aos atendentes de enfermagem para que comprovassem a prática por um período mínimo de dois anos (BEZERRA, 1998). Pela escassez de mão de obra de enfermagem para atender às exigências dos serviços de saúde, o próprio Conselho Federal de Enfermagem, na década de 1990, permitiu a execução de atividades consideradas elementares por práticos. Foram consideradas atividades elementares aquelas baseadas em saberes simples, “sem requererem conhecimento científico, adquiridas por meio de treinamento e/ou da prática” (COFEN, 1995).

³⁴ Importante destacar que a UPAS, como já citado no Capítulo I, já possuía autorização para ministrar cursos Técnicos nas áreas de Análises Clínicas, Prótese Dentária e Enfermagem, conforme autorização do Parecer nº 52, de 31 de janeiro de 1991 (RIO DE JANEIRO, 1991a).

³⁵ Cabe esclarecer que os cursos da área da saúde que se tornariam a UPAS, após a extinção da FCBIA, em 1995, estiveram abrigados em dois espaços no Centro Piloto de Quintino, a saber, o primeiro no prédio da Presidência da FAEP e o segundo na antiga Escola de Hotelaria, como relatado por um participante do estudo.

[...] o espaço pedagógico em que estávamos tinham poucas salas de aula e pequenos laboratórios[...], mas havia sim um grande hospital, um prédio grande que desde que foi desativado, não era usado para nada [...] (P5)

[...] a meu ver foi super pertinente utilizar aquela estrutura [do Hospital] que já estava ali, pois já tinha um laboratório, um centro cirúrgico montado com uma estrutura hospitalar que o aluno poderia aproveitar [...] (P7)

Foi nesse cenário que a UPAS começou a adquirir força para pleitear um espaço no Centro Piloto de Quintino que reunisse as condições reivindicadas pelos docentes, instrutores e diretor no que se referia a uma escola de nível médio profissionalizante na área da saúde. Assim, iniciou-se uma luta dos trabalhadores para que o antigo prédio, que por muitos anos abrigou o HCA, pudesse servir de cenário para a UPAS. Os profissionais dos diferentes cursos estavam interessados na ocupação daquele lugar ocioso, pois consideravam o espaço social mais apropriado para a formação profissional dos níveis fundamental e médio na área da saúde.

Cabe salientar que, embora o diretor da UPAS usufrísse de prestígio junto à presidente da FAEP e coordenadora do CEI, responsável por administrar aquela grande área do Centro Piloto de Quintino, ele entendia que conquistar o espaço do Hospital para transformá-lo em Unidade de Ensino não seria uma tarefa simples. Isso porque, ali, ainda permanecia considerável quantidade de patrimônio federal, o que exigiria providências para atender aos entraves burocráticos para o remanejamento destes. Com isso, apesar de a FCBIA ter sido extinta com a Medida Provisória nº 813, em 1º de janeiro de 1995, apenas no ano seguinte o Decreto de 27 de agosto de 1996 registrava que os trabalhos de inventariança na FCBIA haviam sido concluídos (BRASIL, 1995;1996b).

Dentre os patrimônios pertencentes ao acervo patrimonial do HCA que ali permaneceram por ocasião do encerramento de suas atividades, estavam: mobília disposta em todo o ambiente, equipamentos médico-hospitalares, entre outros, conforme fragmento das entrevistas realizadas:

[...] havia muito material, como um aparelho de Raio X, um centro cirúrgico montado e muitos equipamentos médico-hospitalares, afinal era um hospital de médio porte que estava sendo desmontado, macas, berços. Mobiliários completos de cozinha, lactário, rouparia, etc. Depois foi retirado [...] não tudo [...] (P7)

[...] na minha área de análises clínicas, quando eu cheguei no laboratório, a geladeira estava cheia de kits para exames [...] todos os aparelhos estavam nas bancadas, microscópios, enfim [...] (P5)

Como consequência do encerramento das atividades do Hospital, o Decreto nº 2.059, de 05 de novembro de 1996, estabeleceu a transferência para o Ministério da Justiça do acervo

patrimonial mobiliário da extinta FCBIA. Assim, caberia a este Ministério indicar quais seriam os órgãos e entidades que seriam contemplados com esses mobiliários. Conforme previa o Art. 2º do Decreto nº 2.059, o Ministro da Justiça, Nelson Azevedo Jobim (1995-1997), definiu que os bens móveis que não fossem aproveitados nas sedes da FCBIA poderiam ser alienados, cedidos ou doados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, desde que já estivessem sob a posse dessas instâncias governamentais em razão de convênios ou termos similares, firmados com a FCBIA anteriormente à sua extinção, como era o caso do governo do Estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 1996c).

Levando-se em consideração o porte médio do HCA, há de se considerar que um importante patrimônio estaria naquele espaço. Sobre isso, lamentou um dos participantes, porque, enquanto as aulas estavam sendo ministradas nos espaços pedagógicos menos adequados, o Hospital era mantido fechado e o patrimônio se deteriorava, como citado:

[...] creio que se nós tivéssemos entrado [após aprovação no concurso] no início do curso ou mantido o curso, talvez a gente tivesse preservado muita coisa [...] uma vez, eu pedi muito ao Celso [diretor da UPAS] para que a gente pudesse fazer alguma aula prática no hospital. Ele conseguiu a chave e me levou no hospital e era a imagem do total abandono [...] (P1)

Para além dos mobiliários patrimoniais já citados, cabia à administração federal definir o destino do seu arquivo documental, referente aos registros da vida social de ex-alunos/internos que frequentaram aquelas instituições de assistência à criança e ao adolescente, tais como o SAM, a FUNABEM e a FCBIA, bem como aquelas instituições que as antecederam. Dentre esses arquivos, constavam ainda “Prontuários médicos, processos e documentos avulsos referentes ao Hospital Central. Convênios de cooperação técnica e financeira, contratos, documentação administrativa, contábil-financeira e de pessoal”, que posteriormente seriam encaminhados à Biblioteca Nacional, conforme consta no site do Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ).

Para além da questão referente ao acervo patrimonial deixado no espaço físico do Hospital, a UPAS possuía uma equipe de trabalho muito pequena e não havia, à época, uma equipe pedagógica que desse suporte ao processo de ensino-aprendizagem dos cursos da área da saúde. Dessa maneira, o corpo técnico de professores atuava em todas as frentes, como ministrar as aulas teóricas e práticas de laboratório, estágio curricular, coordenação dos cursos, organização de turmas e documentos necessários, entrega de ofícios, etc. Outro aspecto a ressaltar era o sentimento, descrito por um dos participantes, que ponderou o fato de que, já estando o HCA fechado, apenas a comunidade teria realizado um protesto simbólico:

[...] para mim foi um momento muito difícil de enfrentamento porque tinha aquele rótulo que parecia que nós queríamos fechar o hospital que tinha uma extensão dentro da comunidade. Tanto que houve um abraço simbólico. Em uma manhã vi a comunidade subindo e eu fui lá para ver do que se tratava e era um abraço simbólico ao hospital pedindo para não fechar, mas aquilo já era um projeto que ninguém mais acreditava [...] (P1)

Sobre esse episódio, a atitude de Nilda Teves foi confrontar a comunidade. Na condição de Presidente da FAEP e coordenadora do CEI, estava sendo atribuída a ela a responsabilidade pelo fechamento do HCA. A atitude defensiva de Nilda Teves se dava em função do cargo que ocupava à época: como era uma representante do governo, tentou impedir algum movimento que fugisse do controle organizacional e do sucesso midiático que o CEI vinha alcançando, conforme citado por um participante:

[...] deu um bafafá já que as pessoas achavam que quem tinha fechado o hospital era Nilda Teves. E ela respondeu: “Não, não fechei nada. O hospital foi fechado pela instituição [FCBIA] que transferiu seus funcionários para outras unidades. Agora vocês decidem se vocês vão continuar frequentando, porque aqui todo mundo vai ter escola”[...] (P3)

A coordenadora do CEI estava se referindo ao quantitativo de Escolas que foram abrangidas pela FAEP e pelos “72 cursos oferecidos gratuitamente à população” como oportunidades de qualificação profissional para crianças e jovens da região em que se encontrava o Centro Piloto de Quintino (FERREIRA, 1999, p. 102). O CEI estaria em ascensão e sua repercussão chamava a atenção da própria sociedade e de autoridades políticas. Assim, Nilda Teves, imbuída de capital simbólico e usufruindo do prestígio e do reconhecimento em função do cargo que exercia, tratou de dispersar aqueles moradores.

Para Bourdieu (2018), o poder simbólico é um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que nem sempre percebem que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem, mas que carrega embutida uma violência simbólica velada aos agentes. A abordagem feita por Nilda Teves, dotada de capital político, científico e social, este reconhecido pelos seus pares, impôs uma violência simbólica sobre aquele grupo específico. Nessa condição, era reconhecida como uma agente com significativo acúmulo de poder simbólico.

Embora esse protesto pacífico tivesse ocorrido, a dificuldade de encontrar registro sobre esse fato pode ter ocorrido em função da baixa adesão aos movimentos que reivindicavam a reabertura do HCA, pois havia a possibilidade da população do entorno apoiar ou demonstrar-se favorável às mudanças propostas pelo Projeto de Nilda Teves para o Centro Piloto Quintino, o que reforçaria a estratégia do Governador Marcello Alencar em transformar aquele espaço

em uma referência para a educação profissional. Havia o entendimento de que o Hospital se destinava, à época, apenas ao próprio público que ali era acolhido, ou seja, aqueles em conflito com a lei ou sob privação de liberdade. Sobre isso, ouviu-se de um dos participantes:

[...] é isso que eu lembro de pessoas comentarem [...]: que bom que os marginais saíram do bairro [...] porque ainda havia também um estigma muito forte ali, por conta de ter sido uma instituição socioeducativa, como foi a FUNABEM [...] (P5)

A pouca adesão aos movimentos reivindicatórios poderia ser explicada, também, pelo estigma associado à FCBIA ao longo da sua história naquele bairro da zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Silva (2020) expõe que a existência desse estereótipo negativo por parte da população em relação aos egressos do sistema prisional se manifesta no preconceito e no descrédito contra essas pessoas, dificultando a sua ressocialização. Esse comportamento, expresso por alguns moradores do entorno do Centro Piloto de Quintino, revela uma atitude estigmatizada de desprezo dirigida àqueles adolescentes, desconsiderando as possibilidades de inclusão social.

Para Goffman (2008, p. 63), esse descrédito reduz uma pessoa a “alguém estranho”, não havendo uma aceitação social completa. O autor acrescenta que a familiaridade pela proximidade a eles não reduz o menosprezo que algumas pessoas sentem.

Mesmo pouco expressiva, a manifestação por parte da comunidade em relação ao fechamento do Hospital ia ao encontro do que desejava um grupo pequeno de professores da UPAS e seu diretor, pois estes vislumbravam a possibilidade de pleitear o espaço físico do Hospital desativado com vista a tornar-se, definitivamente, uma Unidade Escolar capaz de abrigar os cursos da área da saúde. O momento era propício, já que havia uma expressiva ação de mudança e crescimento das ações educativas do Centro Piloto de Quintino, como destacou a coordenadora do CEI, Nilda Teves, no artigo intitulado: “Projeto educacional para uma megacidade: relato de caso (1999, p. 105):

[...] optamos por iniciar uma cultura de mudança, pois acreditávamos que com o devido tempo isso resultaria em mudança de cultura. Iniciamos por impactar o grupo, dentro e fora da instituição, pela organização do espaço. Tudo ali era sombrio, mesmo porque centenas de árvores não eram tratadas há muitos anos [...] para isso seria necessário ressignificar aquele espaço cujas práticas pedagógicas pudessem condizer com o crescimento desejado de seus cursos, além de favorecer ações sociais e de saúde àquela comunidade circunvizinha [...]

A presidente da FAEP e coordenadora do CEI fazia uma referência ao espaço por tratar-se de uma importante área territorial e afirmava que não estava nos planos daquela

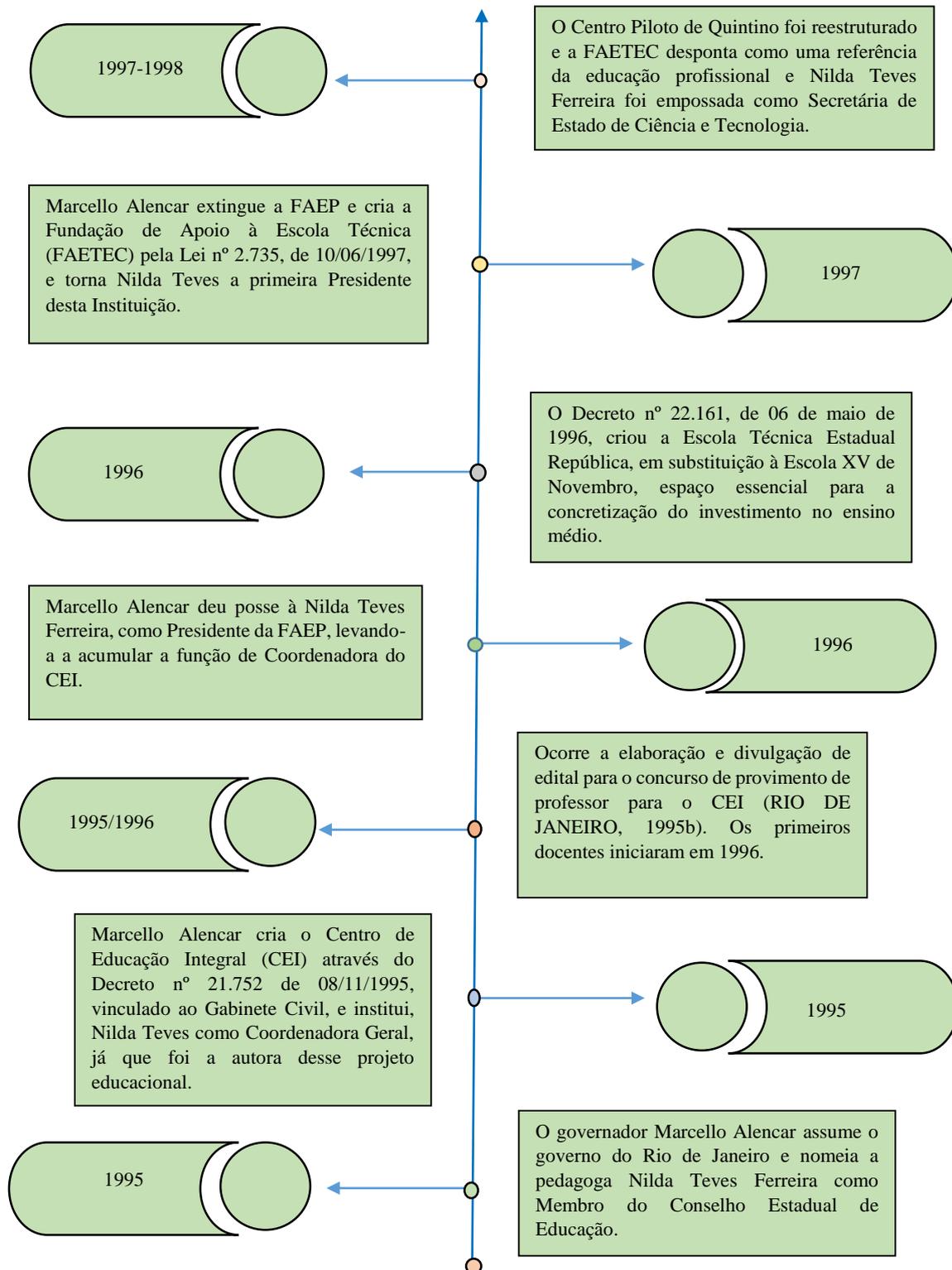
administração pública reativar o HCA, ao menos à época, uma vez que a UPAS contava com um quantitativo pequeno de turmas por curso — em geral, uma por turno — e com poucos alunos.

Contudo, com a implantação do CEI, os cursos oferecidos em todo o Centro Piloto de Quintino foram amplamente divulgados durante a gestão de Nilda Teves. Assim, com o aumento na procura por cursos e os apelos dos professores por um espaço com a estrutura necessária para ministrarem as aulas teóricas e práticas, o diretor da UPAS reconsiderou a ideia. Desse modo, entusiasmado com o aumento da procura pelos cursos, ponderou com a Nilda Teves a possibilidade de ocupação do Hospital, até então desativado. O diretor tentou sensibilizá-la, como apresentado em fragmento da entrevista:

[...] eu sempre forçando a barra com a professora Nilda e apelando por aquilo lá [o Hospital] mas eu não vou ocupar tudo, só vou ocupar o primeiro andar e já será possível para organizarmos os cursos.

Importa destacar, também, que a política adotada pelo governador Marcello Alencar priorizava os cursos técnicos de nível médio. Diante disso, o diretor da UPAS teria ponderado com a presidente da FAEP sobre a necessidade da oferta de cursos para os adolescentes da região, que possuíssem menor formação, pois conhecia a realidade do entorno. Finalmente, ainda em 1997, Nilda Teves autorizou o diretor da UPAS a ocupar o primeiro andar do prédio do HCA e iniciar a transição dos cursos da área da saúde para aquele espaço.

Infográfico II: A Reestruturação do Centro Piloto de Quintino



Elaborado pela autora (2024).

Contudo, a ocupação da Escola ocorreu de forma abrupta. Não teria havido solenidade para oficializar esse momento de entrega, apenas uma autorização verbal da Nilda Teves ao

diretor da UPAS. Relata-se que um caminhão teria sido incumbido de realizar o transporte de carteiras escolares e demais mobílias da UPAS para o Hospital, porém, este apresentou com problemas mecânicos, o que exigiu que os próprios professores e alunos se organizassem e efetivassem essa transferência por meios próprios. A esse respeito, uma das participantes trouxe o seguinte relato:

[...] no dia da mudança o caminhão quebrou e aí nós fizemos essa mudança com os nossos próprios carros botando o que dava dentro deles e levando lá para cima [o Hospital ficava no ponto mais alto do Centro Piloto de Quintino] [choro] era um dia de aula, nos mobilizamos com os alunos e cada aluno pegou a sua carteira e, como se fôssemos formiguinhas [...], fomos cortando o campus de Quintino, uniformizados de branco[...] para montar a sala de aula lá em cima. E os alunos não foram obrigados, isso foi uma mobilização que partiu deles [...] (P5)

Depois desse episódio, a alameda que conduzia ao HCA ficou conhecida por aquele grupo de alunos e professores como a “ladeira da reflexão”, assim denominada por uma participante do estudo:

[...] A ordem para irmos ocupar o Hospital [da Criança e do adolescente] chegou de última hora [...] nos disseram que teria um veículo para transporte e nada [...] até que resolvemos não esperaríamos mais. Pegamos as carteiras escolares e subimos [servidores] a ladeira em direção ao Hospital, mas os alunos também colaboraram e foi depois disso que essa ladeira ficou sendo lembrada como a “ladeira da reflexão” [...] (P7)

A mobilização voluntária dos alunos agregada à luta daqueles trabalhadores em dispor de um espaço digno e que os representasse dentro do Centro Piloto de Quintino levou à reflexão do grupo quanto à conquista alcançada. Dessa forma, o consentimento para ocuparem o primeiro pavimento do Hospital permitiu aos professores constatar o desafio que teriam que superar em função da desordem nos espaços destinados para ministrarem os cursos técnicos da saúde sem, contudo, disporem de muita ajuda para a organização necessária. A esse respeito, uma depoente informou:

[...] nos cederam o espaço, mas sem condições [...] a impressão que nos dava era a de que tinha caído uma bomba lá e matado as pessoas e deixavam o resto todo íntegro, sobretudo quando observamos que as enfermarias ainda estavam todas montadas [...] na área de análises clínicas, a geladeira estava cheia de kits e de material biológico. Tinha sangue dentro da geladeira, urina e fezes [...]os aparelhos, como microscópios, todos nas bancadas [...] (P5)

[...] havia um centro cirúrgico todo equipado[...] então nós limpamos tudo, do centro cirúrgico até as enfermarias que foram adaptadas e viraram salas de aula [...] o laboratório de enfermagem foi criado, o de análises clínicas já existia, mas estava

bastante defasado, com equipamentos sem manutenção e com equipamentos já parados há tempos [...] (P5)

A UPAS³⁶ ficou responsável por iniciar toda a organização necessária para o início das atividades, especialmente no que tangia à reestruturação administrativa, técnica e pedagógica de uma unidade que não estava preparada para isso. O pouco mobiliário que acompanhou a equipe de profissionais caberia dentro de uma única enfermaria, transformada em um ambiente administrativo, ou melhor, em uma secretaria escolar. Aos professores concursados que, inicialmente, integravam a UPAS, coube coordenar seus cursos, organizar turmas, ministrar aulas e estágios e elaborar e corrigir as provas dos candidatos inscritos. A esse respeito, um dos depoentes informou:

[...] nós trabalhamos com essas turmas durante um ano basicamente [1996], eu e a Nair. O estágio foi todo comigo e Nair também [...] por isso eu brincava que era o curso que tinha a disciplina do professor Hamilton e a disciplina da professora Nair [...] (P1)

[...] o professor Celso [diretor da UPAS] me designou com um presente de grego, de ser a coordenadora do curso [de Auxiliar de Enfermagem] [...] eu fazia coordenação, eu ia para o estágio e dava aula teórica e prática. Olha, sinceramente era uma loucura [...] (P1)

O desafio do diretor estava em trazer novos professores da área da saúde para a UPAS, e não apenas enfermeiros, de modo a ampliar a capacidade de turmas e investir na qualidade do ensino com vista a desenvolver estratégias pedagógicas e administrativas consistentes, que abrangessem o objetivo daquele grupo, que acreditava ser possível contribuir para mudança de vida das pessoas através da educação. O curso de Auxiliar de Enfermagem, em particular, apesar de ter maior procura, não atraía muitos docentes enfermeiros já concursados, pois estes

³⁶ Importante destacar que, embora a UPAS tivesse sido reconhecida como a Unidade que daria seguimento aos cursos da área da saúde no encerramento das atividades do Centro de Estudos da FCBLA, apenas em 19 de fevereiro de 2001 foi publicada Portaria FAETEC n° 79 que estabelecia a subordinação pedagógica e administrativa da UPAS à Escola Técnica Estadual República, considerando-a uma extensão da mesma (D.O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 19/02/2001, n° 37, p. 23). Até a publicação dessa Portaria, a UPAS certificava os seus cursos conforme parecer n° 52/1991 do CEE que “autorizava o funcionamento do Curso de Qualificação Profissional em nível de 2° grau, na Área da Saúde, no Centro de Estudos do Hospital Central da FCBLA” (CEE, 1991). A UPAS alcançou o status de escola técnica em 2004, passando a denominar-se Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert Daniel de Souza (Decreto n° 3.777 de 01 de julho de 2004). A pretensão inicial era a de homenagear o sociólogo Herbert José de Souza, contudo um erro na grafia do texto enviado para publicação em diário oficial, à época, não permitiu a homenagem. Deste modo, o Decreto n° 43.606 de 22 de maio de 2012 fez a correção do nome da Escola para Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza (FIGUEIREDO, 2013).

davam preferência ao curso Técnico de Enfermagem quando convocados para tomar posse. A respeito disso, o diretor lamentava:

[...] havia uma resistência dos professores em virem para cá [UPAS], mas deixa eles pensarem que são grandes e que somos pequenos com o nosso curso de Auxiliar de Enfermagem [...] por isso, aqui [UPAS] ficou diferente da Escola República [...] mas quanto à documentação quem vai assinar somos nós [...] temos autonomia [...] (P2)

Essa resistência dos professores de enfermagem poderia estar no contexto do concurso que realizaram, pois havia uma expectativa de ministrarem aulas para os técnicos de enfermagem. Ao final da década de 1990, a mídia propagandeava a reformulação pedagógica que vinha sendo realizada no Centro Piloto de Quintino, sobretudo sobre as parcerias público-privado para alavancar os cursos técnicos da Instituição. A coordenadora do CEI Nilda Teves teria se referido à UPAS como uma “Escola de Enfermagem” em uma publicação autoral (FERREIRA, 1999). A publicidade em torno dos cursos técnicos pelo CEI pode ter influenciado na decisão dos professores que não optaram em trabalhar na UPAS, cujo foco se mantinha na oferta do Curso de Auxiliar de Enfermagem.

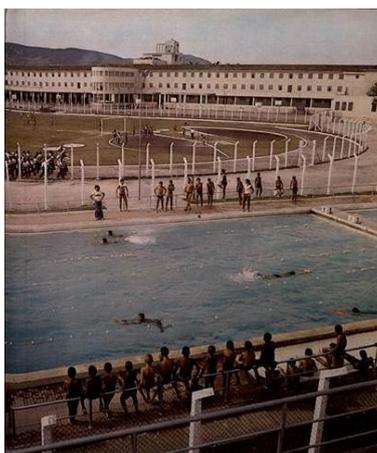
O jornal *O Fluminense* publicou, em 19 de abril de 1997, na página 3, uma matéria intitulada “Ministro vistoria CEI em Quintino”. A matéria registrava que, de acordo com o governador Marcello Alencar, o HCA seria reaberto em “no máximo três meses”. Ocorre que, após a visita do ministro do TCU, Fernando Gonçalves, tal fato não aconteceu. Assim, o que se presenciou à época foi a chegada de novos profissionais de diferentes áreas de formação para tornar o Centro Piloto de Quintino um importante polo de educação, tanto de nível fundamental quanto de nível médio, voltado para aquela região norte da cidade do Rio de Janeiro (O FLUMINENSE, 1997).

Dias depois, o jornal *O Fluminense* destacou, na matéria intitulada “Ministro visita o Rio”, de 09 de maio de 1997, na página 3, que o ministro teria expressado a grandiosidade do Complexo Esportivo³⁷ do CEI, formado por quatro quadras cobertas, duas piscinas e cinco

³⁷ O Centro de Memória da FAETEC (CEMEF) disponibiliza uma mostra virtual sobre Cultura Material Escolar denominada “Marcas do passado na FAETEC Quintino: Troféus do SAM e da FUNABEM”. Nela, são apresentados 26 troféus de competições esportivas ocorridas entre as décadas de 1950 e 1980. Há também o registro de importantes personalidades do futebol que jogaram e/ou treinaram nesses campos, como Arthur Antunes Coimbra, o Zico, e Eduardo Gonçalves de Andrade, vulgo Tostão (<https://bit.ly/cemef>). Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, enquanto Ministro Extraordinário dos Esportes (1995-1998), também teria visitado o CEI, conforme publicado no *Jornal do Comércio*: “Pelé quer dar melhor uso ao Complexo de Quintino”. A matéria jornalística de 23 de setembro de 1995, página 19, revela a intenção de Pelé em integrar o Centro a um programa de governo chamado “Esporte Solidário” que já estaria sendo desenvolvido no Rio de Janeiro (JORNAL DO COMERCIO, 1995).

campos de futebol. A referida matéria acrescenta que Nilda Teves teria informado que 6 mil crianças eram atendidas naquele espaço e enfatizava tratar-se de uma “verdadeira vila olímpica”, onde a seleção brasileira haveria jogado em 1957 e onde o Zico teria crescido jogando futebol (O FLUMINENSE, 1997).

Imagem 14: Complexo esportivo do CEI



Local: Centro Piloto de Quintino.

Fonte: *Revista Manchete*, 1974, Edição Especial (Hemeroteca Digital Brasileira)

Na Imagem 14 é possível identificar uma parte do que Nilda Teves chamava de “complexo esportivo”, com alunos praticando natação em uma piscina da Instituição. É possível observar, ainda, outros grupos de alunos treinando diferentes esportes no campo de futebol. Já na pista olímpica, identifica-se alunos da escola de Música realizando uma apresentação, ou um ensaio, e, ao alto da foto, estão os fundos da Escola Quinze de Novembro [Escola Técnica Estadual República]. A referida matéria retrata os dez primeiros anos da FUNABEM (1964-1974), em publicação feita na revista *Manchete*, veículo impresso de grande circulação à época.

A despeito disso, o Centro Piloto de Quintino ganhava notoriedade, pois o CEI assumia uma posição de destaque e ganhava visibilidade social com as inovações, as quais a coordenadora Nilda Teves desejava implementar desde a sua posse como presidente da FAEP, em 1996, com o apoio político do governador Marcello Alencar. O Centro Piloto de Quintino destacava-se pela quantidade de alunos atendidos, conforme divulgado pela imprensa, como foi o caso de matéria publicada *Jornal do Comércio*, em 10 de maio de 1997, na página A4, intitulada “CEI é modelo de ensino técnico”. Na matéria, foi descrita a visita do Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza (1995-2003), segundo a qual o ministro teria considerado aquele CEI uma “obra fantástica” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1997). Autoridades políticas

queriam vislumbrar, enaltecer e, portanto, obter capital político em função da repercussão positiva relacionada àquele projeto educacional.

Imagem 15: Escola de Hotelaria do CEI



Local: Centro Piloto de Quintino.

Fonte: *Revista Manchete*, 1998 (Hemeroteca Digital Brasileira)

A Imagem 15 apresenta ao Centro o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, sendo servido por um aluno do curso de garçom, ladeado pelo governador Marcello Alencar e a presidente da FAEP e coordenadora do Centro Piloto de Quintino, Nilda Teves. Tratava-se de um almoço ocorrido na Escola de Hotelaria durante a visita ao CEI, que aconteceu em 09 de maio de 1997, apesar de a imagem só ter sido divulgada na revista *Manchete* no ano seguinte, em matéria assinada por Danielle Segal, em 11 de abril de 1998, na página 89, intitulada “Centros de Ensino: educação nota 10”. A jornalista afirmava que a “parceria entre os governos federal e estadual deu certo” e atribuía “nota 10” aos cursos técnicos oferecidos pelo CEI (MANCHETE, 1998).

Nessa visita, o Ministro esteve acompanhado do governador Marcello Alencar, da primeira-dama Célia Alencar e de Nilda Teves. Após almoçarem na Escola de Hotelaria, Paulo Renato percorreu as instalações do Centro Piloto de Quintino, como salas de aula e laboratórios de prática. Segundo a matéria publicada no *Jornal do Comércio* em 10 de maio de 1997, página A4, o Ministro da Educação teria se “impressionado com o CEI”. O conteúdo da matéria acrescenta, ainda, que o CEI atendia 19.000 estudantes e ofertava 62 cursos profissionalizantes. Na ocasião, o ministro teria comunicado o interesse em buscar financiamento para replicar projetos educacionais nos moldes do CEI e ampliar as oportunidades do ensino técnico (JORNAL DO COMÉRCIO, 1997).

Imagem 16: Laboratório de Enfermagem da Escola Técnica Estadual República



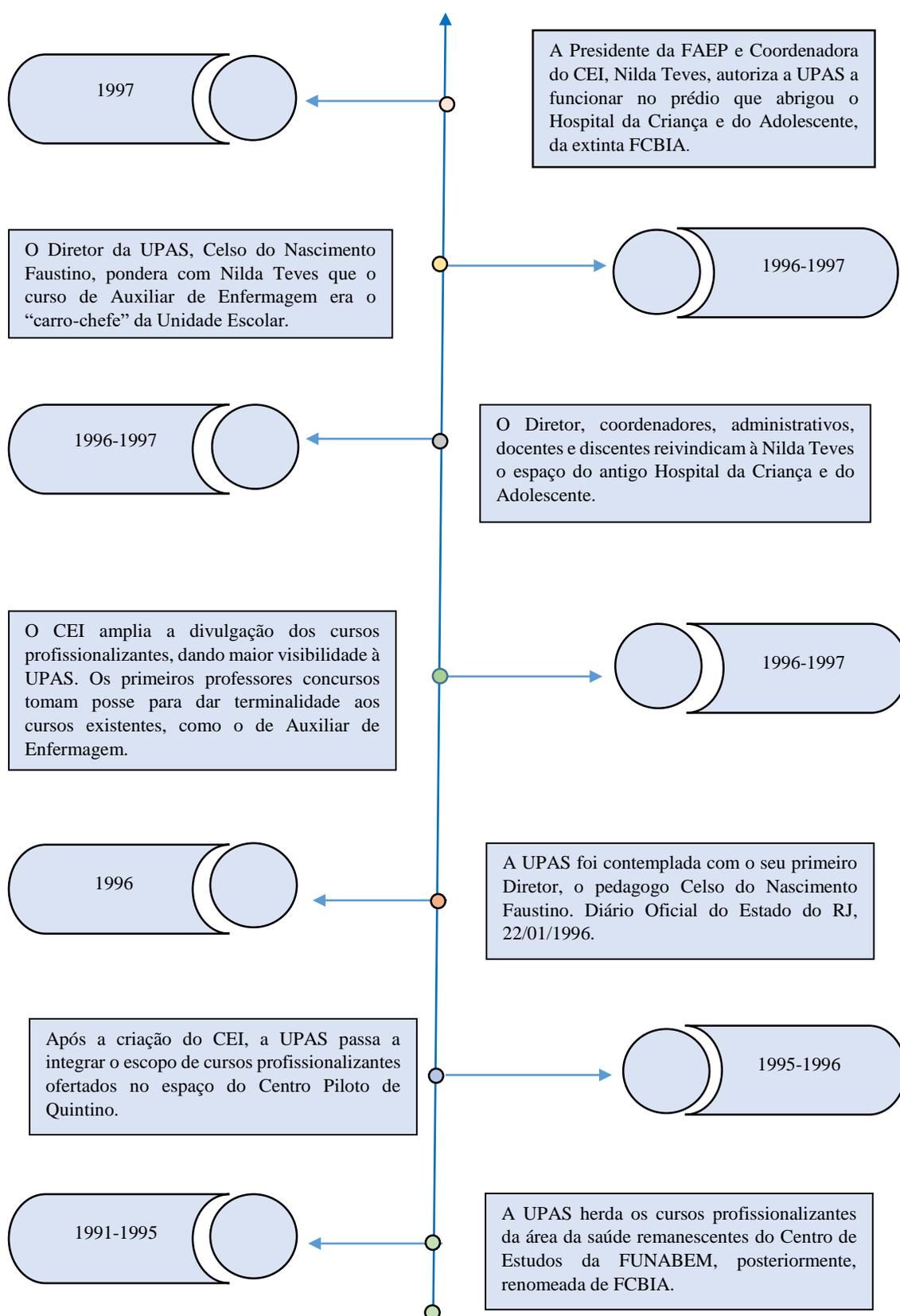
Paulo Renato e Marcello Alencar, durante a visita ao CEI, em Quintino

Local: Centro Piloto de Quintino.

Fonte: Jornal do Comércio, 1997 (Hemeroteca Digital Brasileira)

Na Imagem 16, foto da jornalista Eny Miranda, é possível identificar o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, sentado e sorridente, enquanto tinha sua pressão arterial aferida por alunas do curso técnico de enfermagem da Escola Técnica Estadual República, por ocasião de uma aula prática. Em pé está o Governador Marcello Alencar, e não foi possível distinguir as demais pessoas no recinto. A imagem é bem representativa para a categoria de enfermagem, uma vez que mostra a importância dada pelo Ministro da Educação à formação das alunas em questão. A atitude desse representante do governo brasileiro demonstrou apoio à profissão e deu visibilidade ao ensino médio profissionalizante, ofertado pelo CEI no Centro Piloto de Quintino.

Infográfico III: A Reorganização da Unidade Profissionalizante da Área da Saúde (UPAS)



Elaborado pela autora (2024).

Para o governo de Marcello Alencar, o ano de 1997 foi marcado pela transição da denominação de FAEP para Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), tornando-se a principal referência para a implementação da política de educação profissional e tecnológica pública e gratuita no Estado do Rio de Janeiro. Isso se deu com a promulgação da Lei nº 2.735, de 10 de junho de 1997. A FAETEC estaria vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Assim, a presidente da extinta FAEP tornava-se a primeira presidente da FAETEC (RIO DE JANEIRO, 1997). Importa destacar que a política adotada pelo governador Marcello Alencar priorizava os cursos técnicos de nível médio, em consonância com os ideais neoliberalistas adotados no Brasil, à época.

Após a nomeação de Nilda Teves como presidente da FAETEC, o *Jornal do Comércio* registrou, em 20 de junho de 1997, na página 2, a matéria “Escola impressiona”, numa referência à visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Centro Piloto de Quintino para conhecer o CEI. O presidente chegou de helicóptero e estava acompanhado da esposa, Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso, do Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, e do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcello Alencar. Durante a visita, Fernando Henrique teria sido recebido pela presidente da FAETEC, Nilda Teves. A referida matéria jornalística acrescenta que o presidente teria observado os estudantes acessando computadores em sala de aula e destacado a rapidez na aprendizagem dos alunos (JORNAL DO COMERCIO, 1997). A visita do Presidente da República deu visibilidade ao campo da saúde associado ao campo da educação profissional, assim como reafirmou as diretrizes e bases da educação profissional.

De acordo com um dos participantes do estudo, o Presidente Fernando Henrique chegou para:

[...] inaugurar o curso técnico de aperfeiçoamento de dados do República [Escola Técnica Estadual] [...] empolgado ele quebrou protocolo, saiu andando abraçando todo mundo e comoveu a todos [...] (P3)

A visita de Fernando Henrique Cardoso a um importante Centro de educação profissional em ascendência no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que dava maior visibilidade aquela política educacional do Governo do Estado do Rio de Janeiro, também promovia a política educacional do Governo Federal, pois defendia uma reforma para a educação profissional, permitindo que os cursos técnicos de nível médio tivessem um currículo próprio, voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades, como consta do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 (BRASIL, 1997).

Esse Decreto determinava as diretrizes e bases da educação profissional, aspecto valorizado na década de 1990. Cabe destacar, no entanto, que, para além de apresentar uma oportunidade de inserção profissional, a formação para o trabalho e a inovação tecnológica, enquanto política neoliberal, visava subordinar a educação às demandas dos setores produtivos, marcada pela interferência de organismos internacionais, exigindo novas características para o trabalhador, conforme as expectativas do mundo do trabalho (ARAÚJO; NICÁCIO; OLIVEIRA, 2021).

O Decreto nº 2.208/97 estabelecia como objetivo, também, qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, com vistas à inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. Assim, as instituições federais e as instituições públicas envolvidas com a educação profissional deveriam oportunizar cursos profissionais de nível básico, acessíveis a alunos das redes públicas e privadas da educação básica. Esse dispositivo legal também incluía trabalhadores com qualquer nível de escolaridade e os concluintes (BRASIL, 1997).

Para os alunos que concluíam os cursos, era conferido certificado de qualificação profissional, o que reafirmava a importância da necessidade de ampliar a capacidade de formação, numa proposta de “reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia”, conforme Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, e de melhorar a mão de obra que já estivesse no mercado, cada vez mais exigente (BRASIL, 1997).

A certificação através da qualificação profissional confere a legitimidade, socialmente necessária, para a inclusão do agente nos ritos de inserção do mercado de trabalho. Para Bourdieu (2018, p. 81), a noção de capital cultural impõe-se como uma “hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar” nas diferentes classes sociais.

Com isso, o autor descreve as três formas de capital cultural: no estado incorporado, que pressupõe inculcação e assimilação; no estado objetivado, adquirido através de bens culturais, como livros; e no estado institucionalizado. Neste, o capital cultural é representado pelo diploma, que é um importante elemento de comprovação do saber para o desenvolvimento de habilidades necessárias para desempenhar determinadas funções (BOURDIEU, 2018).

Para compreender o espaço social que representou a FUNABEM e os efeitos simbólicos das mudanças ocorridas naquele espaço do Centro Piloto de Quintino, recorri ao conceito teórico de “efeitos de espaço”. Bourdieu define “lugar” como o espaço físico onde o agente ou uma coisa se encontra situado. O sociólogo mostra, em sua análise, como o lugar, ou seja, o ponto do espaço físico em que um agente social está situado, tem relação com sua posição no espaço social.

Com base nessa definição, a FUNABEM ocupava um espaço social estigmatizado pela dura trajetória percorrida pelas crianças e adolescentes tratados naquele lugar. A sua extinção, no entanto, conduziu a novo olhar pedagógico, através do CEI como projeto educacional de Nilda Teves Ferreira. O ganho simbólico foi significativo por oportunizar a educação profissional aos jovens da região de Quintino Bocaíuva e seu entorno, pois o que estava em jogo era uma mudança de paradigma, com o enfoque na redução da vulnerabilidade social e não mais em institucionalizá-los.

Boa parte da região circunvizinha ao Centro Piloto de Quintino apoiou o projeto de Nilda Teves, tendo em vista os momentos de insegurança vividos no período em que ali estavam aprisionados menores em conflito com a lei. Embora não tão comuns, havia a possibilidade de rebelião ou fuga, que também amedrontavam aquela comunidade, como descrito pelo jornal *O Fluminense* em manchete de capa “Violência força fuga na FUNABEM”, publicada em 22 de agosto de 1990, dando destaque a um “grupo de homens e pivetes” que havia invadido a Fundação para libertação de infratores e deram fuga a 12 deles. Na oportunidade, outros 41 também teriam tentado fugir, mas sem sucesso.

O fato é que o entorno do Centro Piloto de Quintino era formado por residências e pequenos comércios e, nessa fuga, a rota teria sido pelos fundos da Unidade, que fazia divisa com uma das comunidades de moradores daquela região (O FLUMINENSE, 1990). A matéria ainda chamava a atenção para o fato de que, cerca de dois meses antes, outros 16 adolescentes haviam escapado. Assim, a insegurança do entorno era constante no que tange à proximidade desse espaço [FUNABEM], que se dividia entre aprisionar e tentar educar. Por isso, o projeto do CEI trouxe luz e esperança àquela comunidade.

Para Bourdieu (2008, p. 166), o bairro estigmatizado “degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais”. Desse modo, além do medo da suposta violência que envolvia a FUNABEM, os estereótipos forjados sobre a comunidade da zona norte carioca depreciavam e inviabilizam novos projetos de valorização do bairro, inclusive para os empreendimentos imobiliários, já que a possibilidade de conviver ao lado de um presídio afugentaria as pessoas, fosse pela movimentação de policiais, fosse por eventualidades, como rebeliões ou fugas. A reestruturação do Centro Piloto de Quintino, através do CEI, representou também, então, a mudança social do bairro, com importante ganho simbólico.

Contudo, a extinção da FUNABEM pode ter gerado perdas simbólicas para os servidores que atuavam no Centro Piloto de Quintino e que foram orientados a buscarem outros

órgãos federais para o deslocamento de sua matrícula pública, o que levou a uma importante insatisfação nos trabalhadores, já que diferentes categorias atuavam naquele espaço social. Nesse processo de mudança, teve-se que o nome que identificava a instituição também foi alterado, primeiro passando de FUNABEM para FCBIA e, posteriormente, em 1995, sua completa dissolução (FERNANDES; COSTA, 2021).

Desde modo, o sentimento de frustração, tristeza e até revolta gerado nos servidores federais em relação à transição FUNABEM-FCBIA se dava em função da perda da referência e identidade que tinham estabelecido com aquele espaço e, portanto, ali, pode ser traduzido numa forma legítima de violência simbólica. Alguns deles já estavam, inclusive, em fase de aposentadoria ou em cargos de coordenação, chefia ou direção, como foi o caso o Dr. Carlos José de Vasconcellos Carvalho, último diretor do HCA, conforme fragmento de entrevista de um dos participantes, que possuía estreito contato com o ex-diretor e, após contato telefônico com ele, confirmou:

[...] ele [Dr. Carlos José de Vasconcellos Carvalho] não quer dar entrevista, disse apenas: “Deixe essa história para lá”[...] (P2)

O fato do diretor e outros servidores não se sentirem confortáveis para abordarem a temática do encerramento da FUNABEM pode retratar a percepção de uma violência simbólica sentida por eles, como justifica Bourdieu (2018, p. 234) ao afirmar que a esta é uma forma de coação que se apoia nas hierarquias sociais contemporâneas e na desigualdade social. O sofrimento que elas causam são produzidos e mantidos não pela força física, mas através da dominação simbólica. Bourdieu se refere a essa dominação indicando que pode ser efetivada de forma tácita, não explícita, pois o que prevaleceria naquele cenário seriam os interesses das plataformas políticas propostas pelos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso — que também foram acolhidas pelos governadores do Estado do Rio de Janeiro na primeira metade da década de 1990 —, e não mais os planos do diretor, o Dr. Carlos José de Vasconcellos Carvalho.

Se, por um lado, houve perda para alguns profissionais, outros seriam prestigiados por terem transformados a FUNABEM em um projeto educacional distinto do que se observava até então. Nessa nova perspectiva, a educadora Nilda Teves Ferreira se referia ao projeto de criação do CEI como um shopping pedagógico. Sobre ele, cabem algumas considerações.

Politicamente, o CEI se tornou o “cartão de visitas” do governador Marcello Alencar, que o apresentou como o maior projeto de educação profissionalizante do país, em matéria jornalística assinada por ele próprio no *Jornal do Brasil*, de 25 de novembro de 1996, página

11, intitulada “O marco da grande virada”. Tratava-se de uma referência às mudanças alcançadas para o Centro Piloto de Quintino, já que, de acordo com a tendenciosa matéria, o CEI estaria ofertando 62 cursos e beneficiando mais de 10 mil crianças carentes de vários bairros daquela região (JORNAL DO BRASIL, 1996).

Em 1997, a configuração da hierarquia da educação no Estado do Rio estaria da seguinte forma:



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Essa configuração apresenta como estava estruturada a hierarquia da educação profissional através do CEI no Governo de Marcello Alencar. Desse modo, a FAETEC, que substituiu a FAEP, responsável pelo ensino profissionalizante no estado do Rio de Janeiro, tinha sob sua subordinação o CEI [o primeiro, em Quintino Bocaiuva] que, a partir da sua criação, passou a oferecer o ensino médio, pois, até então, apenas o ensino fundamental e cursos profissionalizantes eram ofertados. Assim, o CEI seguia a mesma lógica dos conceitos definidos pela ideologia neoliberal impulsionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, aliado político de Marcello Alencar, de ampliação da educação básica como premissa, além de difusão do ensino profissionalizante e aplicação de novas tecnologias nas escolas (RIO DE JANEIRO, 1996; ARAÚJO; NICÁCIO; OLIVEIRA, 2021).

Bourdieu (2018, p. 339), ao discutir sobre o campo político, chama a atenção para uma violência simbólica embutida nas palavras advindas com o neoliberalismo, como “moderno”, “globalização” e “flexibilização”, pois existe todo um conjunto de pressupostos ocultos que

tinham o efeito de importar um determinado modo de pensar. Nessa situação, o CEI se constituiu um importante ganho simbólico à política do PSDB no Estado do Rio de Janeiro, fortalecendo a campanha para reeleição de Fernando Henrique Cardoso, o que se concretizou nas eleições para Presidência da República em outubro de 1998.

Assim, no início de 1998, um público de cerca de 3 mil pessoas se aglomeravam no portão da rua Clarimundo de Melo, nº847, na busca por uma das mil vagas oferecidas pelo CEI, como noticiou o *Jornal do Comércio*, em 6 de janeiro de 1998, na página A-12, ao comentar o “Tumulto na Procura por vaga em Escola”, numa alusão à confusão provocada pela expectativa frustrada de pais e responsáveis, que chegaram a dormir na fila e, mesmo assim, não conseguiram matricular seus filhos nas vagas destinadas ao ensino fundamental. A quantidade de vagas teria sido, portanto, insuficiente, como afirmava a matéria (JORNAL DO COMERCIO, 1998).

Diante disso, para que a visibilidade política capitalizada pelo governador Marcello Alencar com a criação do CEI não fosse comprometida, o Governo Estadual adotou como estratégia publicitária a divulgação de uma matéria publicada pela jornalista Maria Luisa Barros, no *Jornal do Brasil*, em 08 de janeiro de 1998, na página 18, com importante destaque ao CEI, ao enfatizá-lo como “A referência no ensino público carioca”. Na matéria, destacava-se o CEI como a vitrine política estadual adotada para o campo da educação no estado do Rio de Janeiro, motivo pelo qual se teria gerado “enorme disputa pelas 880 vagas” ofertadas à época.

A matéria foi impressa em meia página e ilustrada com imagem de alunos em uma de suas oficinas, e referia-se ao “complexo do CEI” como parte do patrimônio da UNESCO (BARROS, 1998). Pretensiosa, a reportagem, que tinha um cunho político, apresentava um breve histórico na linha do tempo desde o SAM, passando pela FUNABEM e chegando até o protagonismo do CEI, de Nilda Teves.

Há, no campo político, lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas, capitais e poderes simbólicos desiguais (BOURDIEU, 2011). Os políticos necessitam de notoriedade e divulgação para se manterem no poder e os feitos do governo de Marcello Alencar precisavam ser conhecidos e reconhecidos pelo grande público. Assim, o CEI tornava-se ainda mais importante, pois também contava com a contribuição da mídia impressa na veiculação de matérias favoráveis à iniciativa governamental para o campo da educação.

No bojo dos acontecimentos assertivos advindos com o projeto de Nilda Teves, o CEI beneficiou diferentes escolas e oficinas já existentes, além de dar continuidade a serviços que eram prestados pelo Centro Piloto de Quintino para a qualificação profissional e que

beneficiavam os próprios alunos e servidores, como explicado no fragmento da entrevista de uma das participantes:

[...] tínhamos uma padaria aqui e uma escola para formar padeiros. Inclusive, os pães eram distribuídos para os funcionários, como fruto dessas aulas [...], tínhamos também um importante serviço de gráfica e fazíamos bastante trabalho para todos os órgãos do Estado [...] (P6)

Toma-se por referência os serviços de gráfica e padaria herdados da extinta estrutura da FUNABEM e que foram preservados na transição das instituições FUNABEM-FCBIA pelo saber incorporado daquele grupo, entendido por Bourdieu (2018) como capital cultural, o que pode ter influenciado na decisão de mantê-los naquele campo social. No entanto, foi necessário empreender esforços para que o seu trabalho fosse reconhecido e para que pudessem usufruir das melhorias que estariam por vir.

Contudo, para o campo da educação, um dos principais ganhos para a população do entorno do CEI foi a inclusão do ensino médio nas áreas de informática, mecânica e eletrônica, já que, até então, apenas cursos profissionalizantes de curta duração e o ensino fundamental eram ministrados. Sobre isso, foi possível apreender na fala de uma das participantes:

[...] era só o ensino do fundamental [...] depois da Nilda Teves, o ensino fundamental foi para outra unidade, próxima ao lago [...] e foi criado o ensino médio ali na Escola República [Escola Técnica Estadual República] [...] (P6)

A Escola Técnica Estadual República (ETER), emblemática por todo seu histórico no Centro Piloto de Quintino, foi a escolhida para ampliar as oportunidades para os jovens daquela região através do ensino médio, o que representaria proporcionar a eles o desenvolvimento de habilidades e capacidades específicas para o melhor enfrentamento do mercado de trabalho, dando-lhes maior autonomia e pensamento crítico. Oferecia, também, a possibilidade da continuidade dos estudos através de uma graduação, aos que o desejassem (RIO JANEIRO, 1996b). Importante destacar que foi essa Escola que abrigou, por mais de cem anos, a Escola Quinze de Novembro, a Escola Premonitória Quinze de Novembro, o Instituto Profissionalizante Quinze de Novembro, o Ginásio Industrial Quinze de Novembro e novamente a Escola Quinze de Novembro (DANTAS; ROSSATO, 2023).

Foi nesse cenário, cheio de simbolismo para a educação do Estado do Rio de Janeiro, que despontou o ensino profissionalizante em enfermagem nos níveis técnico e auxiliar, no CEI. O curso técnico de nível médio em enfermagem foi uma inovação vinda com a equipe de Nilda Teves, pois, até então, os demais cursos técnicos iniciados não possuíam nenhuma convergência

com a área das ciências da saúde. Contudo, já havia no Centro Piloto de Quintino (e foco deste estudo) a UPAS, que ofertava o curso de Auxiliar de Enfermagem, articulado a outros cursos do campo da área da saúde (FIGUEIREDO; CARVALHO; CARVALHO, 2023).

Esta foi uma experiência que desencadeou oportunidades sem precedentes na história enfermagem do estado do Rio de Janeiro para docentes e discentes, ou seja, o curso Técnico em Enfermagem do CEI passaria a fazer parte de uma grande rede pública de escolas voltadas para a educação profissionalizante subordinadas à SECT. Para Nilda Teves, ter o ensino médio numa escola pública dava à instituição um determinado status, e isso atrairia os alunos. Ela ponderava que o CEI foi “de abrigo de pobre à Escola de bacana” (FERREIRA, 1999; FIGUEIREDO; CARVALHO, 2023).

Para os enfermeiros, uma nova frente de trabalho surgia na segunda metade da década de 1990, pois, embora a UPAS tivesse sido pioneira na oferta de vagas para a categoria, a notoriedade do CEI se deu através do curso técnico em enfermagem da Escola Técnica Estadual República, tendo em vista a procura pelo ensino médio profissionalizante. Esse reconhecimento veio associado ao momento político que visava a divulgação positiva daquele espaço e consequente abertura dos primeiros concursos públicos para provimento de pessoal em todas áreas, já que o intuito era a ampliação de vagas para os cursos, e os de enfermagem, tanto o de auxiliar, como o técnico, estavam entre eles. Desse modo, os editais para os concursos aconteceram entre os anos de 1995 e 1997, este com importante quantitativo de vagas para diferentes carreiras e níveis de escolaridade (RIO DE JANEIRO, 1995b; 1997).

Aos poucos, os novos docentes deixariam de ouvir ou perceber episódios de preconceito ou estigma em relação aos discentes que, por estarem naqueles espaços, poderiam sofrer com certas situações, como as citadas por duas participantes deste estudo:

[...] e a gente convivia de preconceito. Eu lembro muito bem uma situação que nós fomos estagiar no Souza Aguiar [...] cheguei a escutar: olha, cuidado com esses alunos para não assaltar os outros, porque são alunos da FUNABEM [...] (P1)

[...] a população achava que todos ali [Centro Piloto de Quintino] fossem infratores e não eram. Tinham situações diferentes... alguns eram, outros não. Se você quisesse ter acesso aos cursos, poderia, porém, havia esse estigma da FUNABEM [...] (P6)

A desconfiança e o preconceito podem levar ao comportamento de intolerância com os jovens em vulnerabilidade social. É fato que na FUNABEM do Centro Piloto de Quintino não transitavam apenas alunos infratores, mas, para quem não conhecia aquela realidade mais a fundo, o medo poderia se refletir em condutas ou falas de exclusão dos jovens advindos daquele espaço. Um dos propósitos de Nilda Teves era resgatar uma cidadania que deveria acompanhá-

los desde à infância, e a escola seria um desses contextos, no qual crianças e adolescentes poderiam vivenciar esse exercício, seja por projetos ou ações desenvolvidas no próprio ambiente escolar (FERREIRA, 1999; MESQUITA, 2022). Esse novo cenário foi sendo construído aos poucos e o entendimento da sociedade deu novas oportunidades para aqueles jovens, fazendo com que o preconceito perdesse seu espaço.

Nilda Teves (1993, p. 221) defendia que:

[...] a Escola é vista como um espaço político onde se deve ministrar um conjunto de disciplinas de maneira que o jovem adquira o saber necessário para não se deixar enganar. O conhecimento intelectual aparece como um suporte para a formação da cidadania, o instrumento básico para o salto qualitativo entre a consciência ingênua e a consciência crítica [...].

Esse destaque dado por Nilda Teves tinha como foco orientar os professores para que saíssem de uma leitura superficial da sociedade e buscassem saberes mais abrangentes, através do estudo da sociologia, da história, da psicologia, da ciência política, entre outros, para que tivessem competência técnica para orientar seus alunos a analisar os momentos conjunturais pelo qual o país passava. Assim, caberia aos novos docentes do CEI participar da transformação daqueles jovens e contribuir para um futuro consciente e cidadão.

Todo o êxito alcançado pelo projeto do CEI agregou bens simbólicos na forma de valores para a política do Rio de Janeiro, o que culminou no convite, feito por Marcello Alencar, para que Nilda Teves assumisse como Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia, em substituição a Elói Fernandez y Fernandez, que já estaria fazendo parte da Agência Nacional do Petróleo. A posse aconteceu em 22 de janeiro de 1998, em solenidade no Palácio Guanabara, ao lado do governador e do vice-governador, Luiz Paulo Corrêa da Rocha, como noticiado pelo *Jornal do Comércio*, na página A-13, sob o destaque “Nilda Teves toma posse na secretaria de tecnologia”. De acordo com a matéria, em seu discurso, a educadora salientou a importância do trabalho que o Governo Estadual vinha exercendo no âmbito educacional, no qual ela mesma havia feito parte de forma bastante efetiva nos projetos que envolveram o CEI (JORNAL DO COMÉRCIO, 1998).

Na continuidade da reportagem, houve registro de como já vinha se configurando, em Brasília, a importante gestão do Ministro Paulo Renato de Souza, na pasta da educação, com destaque de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso teria deixado evidências de que a educação seria “uma das suas bandeiras de campanha eleitoral” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1998). Assim, Nilda Teves, ao assumir como secretária de ciência e tecnologia, estaria em consonância com as aspirações políticas entre os governos Federal e Estadual à época, no que

tange aos programas a serem investidos com vistas às políticas públicas de educação para o país.

Para Bourdieu (2018, p. 328-29), as organizações políticas passam da representação dos interesses do seu grupo social para a defesa da própria organização e, portanto, utilizam-se das “habilidades e técnicas profissionais transmitidas por instituições consagradas” para alcançar o reconhecimento e atuar nos vários foros políticos. Dessa forma, todo o capital cultural e social aclamado de Nilda Teves seria enaltecido ao fazê-la assumir a pasta da Ciência e Tecnologia e deixá-la em posição de destaque como representante maior do campo da educação no Rio de Janeiro.

Nesse contexto social e político, outro ganho simbólico de destaque se daria pelo fato de Nilda Teves se tornar a primeira mulher no Rio de Janeiro a tomar posse como Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia, uma área de soberania do gênero masculino, até então. Além disso, era uma referência para educação, ambiente onde as mulheres eram uma maioria. Sobre essa conquista, o *Jornal do Brasil* de 02 de maio de 1998, página 4, deu valoroso destaque ao tema ao chamá-la de “A secretária do futuro: A professora Nilda Teves é a primeira mulher a assumir a Ciência e Tecnologia do Estado. Com espírito forte e empreendedor, faz do investimento da educação a sua principal meta” (LUA, 1998).

Portanto, a matéria da jornalista Daniele Lua expôs parte da vida pessoal e a trajetória profissional e política da educadora, e salientou tratar-se de uma mulher que trabalhava cerca de 14 horas por dia, indicando que seria quase impossível seguir o seu ritmo. Contudo, de todos os feitos citados na reportagem, a construção do CEI sobre os “escombros da malfadada FUNABEM”, seria um dos seus maiores orgulhos (LUA, 1998).

Imagem 17: Imagem de reportagem jornalística sobre Nilda Teves Ferreira



Fonte: Jornal do Brasil, 1998 (Hemeroteca Digital Brasileira)

A Imagem 17 destaca a reportagem de Daniele da Lua, do *Jornal do Brasil*, a que fizemos menção. Nela, Nilda Teves aparece sorridente em seu gabinete, localizado, à época, no sexto andar do Prédio do Jockey Clube Brasileiro, no Centro do Rio de Janeiro. Ao fundo, vê-se a foto do governador Marcello Alencar.

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, através do Deputado Estadual Paulo César Melo de Sá, entregou à Nilda Teves a Medalha Tiradentes pelos relevantes serviços prestados à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (RIO DE JANEIRO, 1998). Cabe ressaltar que, conforme justificativa do autor do projeto, a educadora destacou-se na carreira pública, e que, graças à sua competência e capacidade, conseguiu transformar o CEI em “cartão postal” na formação de mão de obra profissionalizante, numa alusão ao termo que Nilda Teves teria usado com o Governador Marcello Alencar, por ocasião da primeira visita realizada ao Centro Piloto de Quintino, ao assegurar que o CEI se tornaria o “cartão de visitas” do seu governo (COLUMÁ, 2022).

Um dos últimos ganhos simbólicos do primeiro ano de Nilda Teves à frente da SECT foi registrado pelo jornal *O Fluminense* sob o título “CEI conquista o ISO 9002”, em 18 de novembro de 1998, na página 3. A matéria comunicava que o Centro de Informática do CEI foi considerado de primeiro mundo e, portanto, a primeira escola pública a ser contemplada com o certificado ISO 9002, conferido a empresas e instituições que atendessem às normas internacionais de qualidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, e o representante da ABNT, José Augusto Pinheiro de Abreu, realizaram a entrega ao Governador Marcello Alencar, que fez questão de acrescentar que a grande merecedora do prêmio era a professora Nilda Teves.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1990, circunstâncias do contexto social, político e institucional no país influenciaram no encerramento da FUNABEM, abrigada no Centro Piloto de Quintino. As consequências deste fato levaram paulatinamente ao fechamento do Hospital da Criança e do Adolescente e, por conseguinte, do seu Centro de Estudos. Contudo, a luta de trabalhadores da saúde e educação serviu para assegurar a sobrevivência e a oferta de cursos profissionalizantes da área da saúde naquela região, garantindo lucros simbólicos e materiais em um espaço social importante no cenário de educação em enfermagem no estado do Rio de Janeiro. Confirma-se, assim, a tese desta pesquisa, pautada nos conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu da

Teoria do Mundo Social, que se dedicou ao estudo da configuração e origem dos diferentes espaços sociais, as lutas hierárquicas e simbólicas entre os agentes.

Embora o recorte temporal inicial deste estudo tenha sido o ano de 1990, com a promulgação da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que alterou a denominação da FUNABEM para Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (FCBIA), modificando a estrutura e funcionamento do Hospital e do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos, cujo nome também foi alterado para Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente, couberam algumas considerações.

Para melhor compreensão do desfecho que culminou no encerramento da FUNABEM, foi necessário um salto regressivo na linha do tempo na busca pelos movimentos sociais que impulsionaram a mudança nas políticas de atenção às crianças e adolescentes, que tiveram o propósito de defender e proteger seus direitos, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, em função do risco e da vulnerabilidade a que eram submetidas pela condição de fome e de exposição às doenças.

A Organização das Nações Unidas e o Fundo das Nações Unidas para a Infância protagonizaram esse cenário de defesa e proteção às crianças em âmbito mundial. Dentre seus avanços, destacam-se algumas conquistas, como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959); e Convenção Sobre os Direitos da Criança (1989). Ademais, o estudo mostrou, a despeito do que ocorria na conjuntura internacional, que, no Brasil, avançava o processo de institucionalização de menores, por meio de uma política assistencialista e repressiva aplicada pelo Presidente da República Getúlio Vargas, durante o Estado Novo.

O SAM (1941-1964), órgão integrante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, foi uma dessas instituições e palco de grandes controvérsias sobre o que era cuidar e proteger, ficando conhecido como a “Escola do crime”. As críticas da sociedade sobre a forma desumana como os menores eram tratados levaram à sua derrocada, fazendo surgir a FUNABEM (1964-1990), em plena Ditadura Militar. Desse modo, discipliná-los e promover a ordem social estava nos planos do Presidente da República Getúlio Vargas.

Inicialmente, as mudanças ocorridas na estrutura da FUNABEM deram conta de maior autonomia administrativa e financeira ao gestor. Além disso, convênios com instituições privadas foram firmados para ampliação de vagas para atendimentos dos menores, obras foram realizadas nos aposentos para uma acolhida mais digna, inclusive nas FEBEM dos estados, e houve investimento em cursos e oficinas com foco para a preparação para o trabalho.

Mas os menores continuavam aprisionados e sofrendo maus tratos por conta de determinados profissionais, sobretudo inspetores, que os mantinham sob severos castigos físicos e emocionais, além de relatos de violência sexual. As fugas eram frequentes, mas a grande maioria dos menores não possuía família e acabava perambulando pelas ruas e cometendo pequenos delitos até que fossem novamente resgatados pela autoridade policial e devolvidos à FUNABEM, o que se tornou um ciclo vicioso na vida de muitos deles, até que completassem 18 anos, recebessem documentos e um pequeno enxoval e fossem libertados.

Com o passar do tempo, apesar dos investimentos na transição do SAM e FUNABEM, as críticas advindas da sociedade, da imprensa, de parlamentares e de religiosos aumentaram, e os organismos internacionais pressionavam os países que ratificaram a Convenção Sobre os Direitos da Criança (o Brasil era um deles) para que respeitassem os direitos das crianças e adolescentes, sendo necessário mudar a política de atenção a esse público. Além de problemas relacionados à credibilidade, pesavam sobre o FUNABEM denúncias de corrupção, má aplicação dos recursos públicos, contratação de pessoal irregularmente, entre outros.

Nesse contexto, Fernando Collor de Melo, ao assumir a Presidência da República (1990), após o longo período em que o país esteve sob o regime militar, resolveu enxugar os gastos públicos, reduziu ministérios e demitiu funcionários públicos, e colocou um fim à FUNABEM. A entidade sucessora foi a FCBIA, através da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990.

Esse movimento dos organismos internacionais e as pressões empreendidas pela sociedade impulsionaram a elaboração do Art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil, por assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Dessa maneira, sem perspectivas de resolver a problemática das crianças abandonadas no país e daquelas que estavam sob a tutela do Estado, institucionalizadas sob a égide da FCBIA, o Presidente Fernando Collor de Melo se viu forçado a promulgar a Lei nº 8.069, de 1990, que dispunha sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, representando importante ganho simbólico para a sociedade que clamava por uma evolução no olhar para a infância.

Ainda assim, nem tudo sobre a história da FUNABEM foi maléfico, pois ela deixou como herança à sua sucessora, a FCBIA, um total de 13 prédios construídos. Entre eles, encontravam-se escolas para oferta de ensino fundamental, uma escola para os portadores de deficiência intelectual, oficinas bem equipadas e com ampla diversidade de cursos, uma importante área esportiva que guarda merecedora história de contribuição ao esporte brasileiro, além de serviços estruturados como padaria e gráfica, teatro, banda e escola de música, o

hospital, entre outros. Este estudo salientou, portanto, que a FUNABEM, no Centro Piloto de Quintino, sobretudo nos seus anos finais, não era apenas uma casa de custódia e os beneficiários desta estrutura eram os moradores da zona norte do Rio de Janeiro e adjacências.

Na vigência da FCBIA (1990-1995), importantes fatos aconteceram no cenário da político e da educação no Rio de Janeiro, afinal o Governo Federal precisava repassar ao Estado a sessão de uma enorme área física ocupada pelo extinta FUNABEM, que ainda mantinha algumas crianças e adolescentes sob sua tutela. Além disso, precisava resolver a situação dos servidores públicos que não optaram pelo programa de demissão voluntária, que não estariam em fase de aposentadoria e que buscariam estratégias para se manterem no Centro Piloto de Quintino.

O governador do Rio de Janeiro à época era Leonel de Moura Brizola e coube a ele assinar, junto ao Governo Federal, dois convênios para a transição daquele espaço. O primeiro, acordado em 1991, visava a transferência de responsabilidade pelo atendimento direto às crianças e adolescentes para o Governo Estadual. O segundo, assinado em 1993, buscava maior integração e concretização de medidas de proteção e socioeducativas destinadas às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, cujo foco maior esteve no Centro Piloto de Quintino. Ainda assim, cabe destacar o descontentamento social, que já ganhava manchetes jornalísticas, pela morosidade na tomada de decisões em relação à reativação ou melhoria daquele espaço, sobretudo porque “Chacina da Candelária” havia ocorrido há menos de um mês da assinatura do último convênio e os jovens sobreviventes continuavam desassistidos.

Mesmo após o impeachment de Fernando Collor de Melo, os servidores federais da FCBIA buscavam estratégias como greve e organização de documento de manifesto para tentar dissuadir o então Presidente da República, Itamar Augusto Cautiero Franco, de dar continuidade ao processo de estadualização do órgão. O movimento, no entanto, foi em vão, pois toda essa conjuntura mudaria a partir das eleições ocorridas em 1994, tanto para presidência como para o governo do Rio de Janeiro.

Assim, em janeiro de 1995, após o resultado das urnas eleitorais, Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República e, no primeiro dia de mandato, pela Medida Provisória nº 813, extinguiu a FCBIA, instituição que não havia conseguido se libertar do jugo da corrupção e dos elevados custos para manter toda sua infraestrutura e pessoal. Ao governo do Rio de Janeiro coube arrematar o que sobrou da FCBIA e dar início a uma nova página na história do Centro Piloto de Quintino, desta vez com Marcello Nunes de Alencar, recém-eleito pelos cariocas para assumir o governo do Rio de Janeiro.

Marcello Alencar não tardou em instaurar um grupo de trabalho para levantar os desafios que teria a enfrentar logo no início de mandato. Desse modo, organizou uma comissão, cujos integrantes tiveram a missão de apresentar proposta de caráter institucional e operacional para o Centro Piloto de Quintino. Entre eles estava Nilda Teves Ferreira, uma educadora de importante capital simbólico, social e político que protagonizou relevante atuação junto à comissão e que foi a autora do projeto denominado Centro de Educação Integral (CEI).

Ao elaborar o projeto do CEI, Nilda Teves Ferreira sabia que enfrentaria os desafios de romper paradigmas para instituir um novo modo de pensar a educação profissional ao comprometer-se com um plano que pretendia ressocializar meninos e meninas em risco social, levando-se em conta a premente necessidade de uma reestruturação para transformar uma instituição “altamente estigmatizante” em um Centro Educacional de excelência.

Assim, o CEI foi criado pelo Decreto nº 21.752, de 08 de novembro de 1995, e subordinado inicialmente ao Gabinete da Casa Civil, com o propósito de funcionar como uma instituição que assumiria as ações socioeducativas da extinta FCBIA, em consideração ao Art. 4º do ECA, cuja metas a serem asseguradas às crianças e adolescentes incluíam educação, esporte e profissionalização. Este estudo apontou para o fato de que o CEI foi concebido como um importante projeto educacional ao iniciar um processo de inclusão em um espaço aberto e integrado à comunidade, onde seriam ofertadas oportunidades de atividades voltadas para a cultura, o esporte e o lazer.

Para que o CEI tivesse o sucesso que Nilda Teves esperava, ela enfrentaria os dissabores dos servidores contrários à estadualização do Centro Piloto de Quintino e investiria na parceria público-privado. À frente do seu tempo, estava convicta de que aquele espaço, alvo de preconceito e exclusão e com um passado tão nebuloso, só mudaria através da educação. Esta pesquisa conseguiu comprovar esse ponto de vista, quando Nilda Teves afirmou que um bom projeto educacional transformaria aquele lugar e serviria de “cartão de visitas” para o jogo político de Marcello Alencar. De fato, foi o que aconteceu.

Dessa forma, 1996 foi um ano muito importante para história da educação profissional no Rio de Janeiro, com a posse de Nilda Teves como Presidente da Fundação de Apoio à Escola Pública (FAEP), cargo que acumularia junto à coordenação do CEI, imbuída de prestígio e elogiável capital simbólico. O Centro Piloto de Quintino ganharia, assim, uma nova roupagem, através do CEI, já subordinado à Secretaria de Ciência e Tecnologia, e estaria efetivamente iniciando suas atividades, abandonando o medo ou tristeza que aquele espaço poderia ter provocado.

Houve, com isso, esperança para os jovens nas mudanças que se sucederam, com a chegada dos professores para iniciarem o ensino médio, instrutores para continuidade dos cursos de qualificação, além das obras de melhoria das escolas existentes, reorganização e urbanismo dos espaços, coordenadores nomeados, implementação de novos cursos e criação da Escola Técnica Estadual República, para a oferta do ensino Médio.

Entretanto, a transição FCBIA/CEI não levou à reativação do Hospital da Criança e do Adolescente, criado desde a década de 1940. A alegação de Nilda Teves sobre esse fato foi que teria o que fazer quanto ao fechamento, já que o próprio Governo Federal havia retirado todo o seu pessoal. Desse modo, ela não poderia resolver o problema. O Tribunal de Contas da União, no entanto, exigia explicações acerca do encerramento das atividades do Hospital, pois a verba repassada pelos Convênios firmados asseguraria a transição. O foco de Marcello Alencar e Nilda Teves esteve na implementação do Centro Piloto de Quintino pela educação, e não para uma área de assistência médico-hospitalar, como apontado neste estudo, já que os anseios de Marcello Alencar convergiam com os do Presidente Fernando Henrique Cardoso no que tange à plataforma política voltada para a educação.

Mas esse posicionamento trouxe alguns impactos para os docentes e administrativos que atuavam nos cursos da área da saúde, remanescentes do Centro de Estudos do HCA, já que, entre eles, havia servidores federais. Cabe ressaltar que foram necessárias estratégias de luta para a manutenção destes cursos, em especial o de Auxiliar de Enfermagem, considerado o “carro-chefe” do HCA, já que a proposta de Nilda Teves e sua equipe era a criação do Técnico de Enfermagem e o curso de Auxiliar poderia não ser tão interessante a eles.

O conjunto dos cursos da área da saúde deu origem à Unidade Profissionalizante da Área da Saúde (UPAS) e nela se destacou o principal personagem na luta pela manutenção destes cursos, o servidor e educador Celso do Nascimento Faustino, nomeado por Nilda Teves, que se antecipou em informar o histórico da criação do Centro de Estudos, da apresentação dos cursos e a importância deles desde a época da FUNABEM, tanto para os internos quanto para os jovens do entorno do Centro Piloto de Quintino.

Esta pesquisa apontou que o interesse de Celso do Nascimento Faustino, ex-secretário do Centro de Estudos, era pela manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem, o que beneficiou também os demais cursos ofertados pela UPAS, uma vez que todos estariam sob risco, caso não se empenhassem em conservá-los. O reconhecimento de ser um dos pouquíssimos servidores nomeados para permanecer sob a égide do Governo Estadual veio pelo seu esforço e prestígio frente à Nilda Teves, que o elevou ao status de diretor de Unidade Escolar e o tornou o porta-voz autorizado daquele grupo.

O CEI ganhou notoriedade e deu visibilidade às suas unidades, incluindo a UPAS. A procura por cursos da área da saúde aumentou, já que a década de 1990 estava propícia ao mercado de trabalho aos egressos dessa área, tendo em vista a recente implementação da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispunha sobre o Sistema Único de Saúde e suas diretrizes para formação de recursos humanos. Este foi um dos argumentos usados pelo diretor para convencer Nilda Teves a oferecer melhores condições de trabalho ao seu grupo e, assim, uma educação de qualidade, um dos grandes propósitos da educadora.

Com isso, as estratégias de reivindicação de docentes, discentes, instrutores, administrativos e do próprio diretor por um espaço mais adequado às aulas teóricas e práticas de laboratório levaram Nilda Teves a reinvestir no Curso de Auxiliar de Enfermagem, ao qual ela se referiu, tempos mais tarde, como uma “Escola de Enfermagem” e, conseqüentemente, beneficiou os demais cursos técnicos já existentes, como os de Análises Clínicas e Prótese Dentária. Houve a contratação de enfermeiros, demais profissionais da área da saúde e instrutores para ampliação do número de turmas, inspetores escolares, pessoal administrativo, copeiras, pessoal de limpeza, entre outros.

Entretanto, a principal conquista daquele grupo demarcou o recorte final deste estudo, ocorrido em 1997, quando a estrutura física do HCA, da extinta FCBIA, incorporou a Unidade Profissionalizante da Área da Saúde (UPAS) para continuidade da oferta dos cursos profissionalizantes da área da saúde, incluindo o de Auxiliar de Enfermagem, como relevante ganho material e simbólico pelas estratégias de lutas empreendidas por seus trabalhadores.

A visita do Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, ao CEI foi bem representativa para os profissionais da área de enfermagem, já que o ilustre representante do Presidente da República teve sua pressão arterial aferida por alunas do Curso Técnico de Enfermagem, o que repercutiu positivamente, pelo seu capital político. Sua atitude demonstrou, ainda, apoio à profissão e deu visibilidade ao ensino médio profissionalizante em enfermagem.

Esta pesquisa demonstrou que a reestruturação do Centro Piloto de Quintino, com a implantação do CEI, serviu para revitalizar aquele espaço, através das metas educacionais de Nilda Teves, promovendo importantes ganhos simbólicos à população daquela região, pela oferta da educação profissional e pela paz sentida pelos moradores em função de risco de fuga dos aprisionados e do infortúnio do estigma que FUNABEM provocava no seu entorno.

Nesse sentido, as conseqüências positivas advindas com o CEI incluíram ganhos materiais e simbólicos tanto para o coletivo social, quanto para a política de educação e, assim, os políticos se envolveram diretamente e souberam lucrar com a trajetória histórica da educação profissional no Rio de Janeiro, como este estudo apresentou. Alguns personagens se destacaram

nessa trama e se tornaram protagonistas dela, como Nilda Teves Ferreira e Celso do Nascimento Faustino, dois educadores que inovaram na luta pelos seus ideais de educar.

Saber do protagonismo de um Curso de Auxiliar de Enfermagem, como foi o da UPAS, num contexto social e político tão diverso, confirma a tese desta pesquisa, ao mostrar que a luta de trabalhadores da saúde e da educação serviu para assegurar a sobrevivência e a oferta de cursos profissionalizantes, cujo valor simbólico ficou registrado pela história de seus personagens. Todavia, ainda há muito a ser pesquisado sobre a educação profissional em enfermagem e a realização de novos estudos históricos ampliarão a discussão sobre a temática.

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. M. G. B.; ALMEIDA Jr, F. F. Jacques Delors e os Pilares da Educação. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 02, mar. 2018. p. 12-25. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pilares-da-educacao>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- ALTOÉ, S. **Infância perdida: o cotidiano nos internatos-prisão** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 16 mai. 2020.
- ARAÚJO, J. J. C. N.; NICÁCIO, M. L.; OLIVEIRA, S. S. B. A educação profissional e tecnológica no Brasil: anotações a partir dos governos de Collor, Fernando Cardoso e Lula. **Interfaces científicas - educação**, v. 10, 2021, p. 275-91. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8367>. Acesso em: 20 out. 2022.
- AREND, S. M. F. Direitos humanos e infância: construindo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1978-1989). **Tempo**, v. 26, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/3yQdSd3dszWQZSyQLNVCBwM/?lang=pt#>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI). **Entrevista: Carlos Alberto Luppi**. Concedida a Bernardo Costa em 30 de dez. de 2009. Disponível em: <https://www.abi.org.br/entrevista-carlos-alberto-luppi/>. Acesso em: 24 out. 2021.
- AZEVEDO, C. E. F. et al. A estratégia de triangulação: dos objetivos. Possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. *IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*, Brasília/ DF. 3 a 5 de nov. de 2013.
- BARROS, J. A. *A fonte histórica e seu lugar de produção*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BATALHA, M. C. Curso de auxiliar de enfermagem no Brasil: criação e legislação. In 1º Congresso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia- UFRJ/HCTE 22 e 23 de setembro de 2008.
- BECHER, F. Os menores e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846619_ARQUIVO_FrancielleBecher-SimpósioANPUH.pdf. Acesso em: 18 mai. 2020.
- BERGER, M. V. B. Aspectos históricos e educacionais dos abrigos de crianças e adolescentes: a formação do educador e o acompanhamento dos abrigados. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 18, jun. 2005. p. 170-85. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5324/art17_18.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.
- BERNARDO, A. Entre infartos, falências e suicídios: os 30 anos do confisco da poupança. **UOL**, 17 de março de 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/03/17/entre-infartos-falencias-e-suicidios-os-30-anos-do-confisco-da-poupanca.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 20 abril 2023.
- BEZERRA, M. Atendente de enfermagem: por quê? Até quando? **R. Bras. Enferm.** Brasília, v. 51, n. 1, jan./mar., 1998. p. 77-92. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/hZ7FnXMbvB3MLRwnRBZwK5C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- BOEIRA, D. A. **CPI do menor: infância, ditadura e políticas públicas (Brasil, 1975-1976)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em:

- https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/2553/Daniel_Alves_Boeira_final_157134008_89273_2553.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.
- BOMFIM, M.S. **Egresso da FUNABEM**: sua reintegração na sociedade. 1987. 189p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 8.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 9.^a ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2006.
- BOURDIEU, P. **A Miséria do mundo**. 7.^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008;
- BOURDIEU, P. **Conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2018.
- BRASIL. **Lei de 1º de outubro de 1828**. Dispõe sobre a novas Câmaras Municipais, marca suas atribuições e o processo para a sua eleição, e dos Juízes de Paz. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm#. Acesso em 05 mar. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Distrito Federal. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 mar. 2023.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.
- BRASIL. **Decreto nº 8.203 de 8 de setembro de 1910**. Dispõe sobre o novo regulamento da Escola Premonitória Quinze de Novembro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8203-8-setembro-1910-516481-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 set. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927**. Dispõe sobre a consolidação das leis de assistência e proteção ao menor. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm). Acesso em: 18 jul. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 21.518 de 13 de junho de 1932**. Dispõe sobre aprovação do novo regulamento do Instituto Sete de Setembro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21518-13-junho-1932-517487-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 de set. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 42.510 de 26 de outubro de 1957**. Dispõe sobre o Regimento do Serviço de Assistência a Menores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42510-26-outubro-1957-381472-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 set. 2022.
- BRASIL. **Decreto de 14 de maio de 1991b**. Dispõe sobre o Projeto Minha Gente, e dá outras providências. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125519/decreto-91>>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- BRASIL. **Decreto de 27 de agosto de 1996b**. Encerra os trabalhos de inventariança da extinta Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência-FCBIA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1996/Dnn4355.htm>. Acesso em: 22 out. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 2.059, de 5 de novembro de 1996c**. Dispõe sobre a transferência para o Ministério da Justiça do acervo patrimonial mobiliário da extinta Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D2059.htm. Acesso em: 22 out. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Dispõe sobre a regulamentação do § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm> Acesso em: 26 de mar. de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 99.710 de 21 de novembro de 1990**. Dispõe sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Dispõe sobre código penal brasileiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.799 de 05 de novembro de 1941**. Dispõe sobre a transformação do Instituto Sete de setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3799.htm. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 16.575 de 11 de setembro de 1944a**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Serviço de Assistência a Menores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16575-11-setembro-1944-327309-norma-pe.html>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.865 de 11 de setembro de 1944b**. Dispõe sobre a aprovação o Regimento do Serviço de Assistência a Menores do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6865-11-setembro-1944-386457-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949a**. Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L775.htm. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949b**. Dispõe sobre a criação da Escola Superior de Guerra e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l785.htm. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 2.367, de 7 de dezembro de 1954**. Dispõe sobre o ensino de enfermagem em cursos volantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2367.htm. Acesso em: 10 dez. 2020;

BRASIL. **Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955**. Regula o exercício da enfermagem profissional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2604.htm. Acesso em: 12 maio 2019;

BRASIL. **Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4513-1-dezembro-1964-377645-norma-pl.html>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em: 12 maio 2019;

BRASIL. **Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Enfermagem, e dá outras Providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm. Acesso em: 24 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 julho 1990a**. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 ago. 2020;

BRASIL. **Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990b**. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8029-12-abril-1990-363688-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. **Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990c**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991a**. Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18242.htm. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.490 de 19 de novembro de 1992**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1992/lei-8490-19-novembro-1992-376965-norma-pl.html>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.967 de 8 de dezembro de 1994**. Altera a redação do parágrafo único do art. 23 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/18967.htm. Acesso em: 16 out 2021.

BRASIL. **Medida provisória nº 813, de 01 de janeiro de 1995**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1995/medidaprovisoria-813-1-janeiro-1995-377320-norma-pe.html>. Acesso em: 16 mar 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996a**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde. **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa**. Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/Carta_Circular_01.2021.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. **Ministério dos direitos humanos e a cidadania**. Artigo 25º: Direito à saúde, bem-estar e segurança. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/artigo-25deg-direito-a-saude-bem-estar-e-seguranc>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BRASIL. **Plano decenal de educação para todos. Brasília**: Ministério da Educação e do Desporto, 1993. 102p.

BRASIL. **Políticas e resultados 1995-2002**. Descentralização e participação. Ministério da Educação (trecho do depoimento do ministro da Educação Paulo Renato de Souza). Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me001717.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. **Resolução CIPLAN nº 15, de 11 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a aprovação do Projeto de Formação em “Larga Escala de Pessoal de Nível Médio”. Diário Oficial da União, Brasília, 19 nov. 1985. Seção 1, p.16783-4.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Grupo II - Classe I – Plenário. TC 012.096/1996-2. Sala das Sessões, 21 de agosto de 2002. **Natureza: Representação formulada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Desvio de finalidade de Convênio celebrado entre as já extintas Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência e Ministério do Bem-Estar Social**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tcu/339348991/inteiro-teor-339348996>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Grupo II - Classe I – Plenário. TC 012.096/1996-2. **Natureza: Pedido de reexame contra o Acórdão 300/2002**: Multa aplicada em razão de descumprimento do objeto de convênio. ACÓRDÃO 449/2004. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tcu/339348991/inteiro-teor-339348996>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//resolucao-cns-466-12.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem- PROFAE. **Revista Formação**, nº 1. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/profae/Revista2001.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

CABRAL, M.A.V. **Estudo do “menor carente” na perspectiva da política da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)**. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

CALADO, Beatriz. **Portal Multirio** [Internet]. Quintino Bocaiúva, celeiro de político e craque de futebol. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/10252-quintino-bocai%C3%BAva,-celeiro-de-pol%C3%ADtico-e-craque-de-futebol>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CÂMARA, R. J. **A gênese das primeiras escolas no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ): uma escolarização suigeneris (1994-2001)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro.

CARDOSO, F. H. **Mãos à obra, Brasil: proposta de governo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/b27wf/pdf/cardoso-9788599662663.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

CELESTINO, S. **Entre a FUNABEM e o SINASE: a dialética do atendimento socioeducativo no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Rio de Janeiro.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Verbetes biográfico de Milton Campos Soares**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/milton-soares-campos>. Acesso em fev. 2022.

CEPAL. UNESCO. **Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad** (versión resumida). Lima: UNESCO, 1992.

COLUMÁ, J. F. O imaginário, o simbólico e a educação: Uma conversa com Nilda Teves. 2012. **International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics**, p. 289-311. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/aoristo/article/view/28779>. Acesso em: 19 mar. 2022.

CONFEDERAÇÃO DAS SANTAS CASAS E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS. **A história de misericórdia das Santas Casas**. Disponível em: <https://www.cmb.org.br/cmb/quem-somos/>. Acesso: 23 fev. 2022.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Deliberação nº 198/92**. Dispõe sobre normas para Autorização e Reconhecimento de Estabelecimento de Ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: http://www.cee.rj.gov.br/deliberacoes/D_1992-190-199.pdf. Acesso em: 25 out 2022;

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº186/1995**. Dispõe sobre a definição e especificação das atividades elementares de Enfermagem executadas pelo pessoal sem formação específica regulada em Lei. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-1861995_4248.html. Acesso em: 06 fev. 2023.

COSTA, L. N. MAHL, M. L. O sentimento de infância na perspectiva de Philippe Ariès. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, n. 3, v. 8, mar. 2020. p. 31-36. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/340239775_O_sentimento_de_infancia_na_perspectiva_de_Philippe_Aries. Acesso em: 15 jun. 2021.

DALLARI, D. A.; KORCZAC, J. **O direito da criança ao respeito**. 5ª ed. São Paulo: Summus, 2022.

DAMINELLI, C. S. **Uma Fundação para o Brasil Jovem: FUNABEM, Menoridade e Políticas Sociais para Infância e Juventude no Brasil (1964-1979)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/2551/Camila_Serafim_Daminelli_final_15833439835848_2551.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

DANTAS, C.; ROSSATO, J. SAM: uma reflexão acerca da escolarização dos alunos. In GAZE, Isabella Paula (Org.). **História e memória da educação profissional no Rio de Janeiro-II: Instituições educativas, acervos escolares e experiências**. Rio de Janeiro: Garamond, 2023. p. 91-100.

DELORS, J. et al (Orgs.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 1998. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 24 mar. 2022.

DIRETÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS. Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e segurança pública. Disponível em: <<https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/about>>. Atualizado em 25/08/2021 08h49. Acesso em: 24 out 2022;

Escola Correccional Quinze de Novembro. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/dicionario-primeira-republica/573-escola-correccional-quinze-de-novembro.html>. Publicado: Quinta, 23 de agosto de 2018. Acesso em 16 mai 2022.

FARIAS, R. A. **Ensino Médio Integrado na Rede FAETEC: do tecnicismo a uma nova concepção da educação profissional**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://ppfh.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Rosane-Farias-Disserta%C3%A7%C3%A3o-NORMALIZADA.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

FERNANDES, Cláudio. O que foi o Estado Novo? Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-estado-novo.htm>>. Acesso em: 11 out 2021;

FERNANDES, M. N.; COSTA, R. P. O estatuto da criança e do adolescente de 1990, a extinção da FUNABEM e a criação da FCBIA: implementação de um modelo neoliberal. **Educação em Revista**, Marília, v. 22, 2021. p. 23-40.

FERREIRA, Nilda Teves. Projeto educacional para mega-cidade: Relato de caso. **Revista Rua**, Campinas, número especial, 1999. p. 101-114. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640693/8241>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FIGUEIREDO, J. B. *Trajetória educacional de alunos de cursos técnicos em saúde: o caso da* Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

FIGUEIREDO, J. B.; CARVALHO, L. S.; CARVALHO, H. A. Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza: de Hospital para pobres e desvalidos à Escola Técnica de Saúde. In GAZE, Isabella Paula (Org.). **História e memória da educação profissional no Rio de Janeiro-II: Instituições educativas, acervos escolares e experiências**. Rio de Janeiro: Garamond, 2023. p. 101-11.

FILIPIM, P. V. S.; ROSSI, E. R.; RODRIGUES, E. História da institucionalização da educação infantil: dos espaços de assistência à obrigatoriedade de ensino (1875-2013). **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 17, n. 2 [72], abr./jun. 2017. p. 605-20. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8650411/16934> . Acesso em: 19 out. 2021.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA M. **A formação do cidadão produtivo: A cultura de mercado no ensino técnico médio**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2006.

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA. Centro de Memórias da FAETEC: “Marcas do passado na FAETEC Quintino: Troféus do SAM e da FUNABEM”. Disponível em: <https://bit.ly/cemef>. Acesso em: 28 out 2022;

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/milton_campos. Acesso em: 25 mai. 2021.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. **Revista Brasil Jovem**. Ano XII, n. 39, 3º quadrimestre de 1977, contracapa.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. **Revista Brasil Jovem**. Ano X, nº 17, 1º trimestre de 1971, p. 60- 62;

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. **Revista Brasil Jovem**. Dez anos depois: No lugar do SAM a FUNABEM. O amor ao invés do crime. Ano IX, n. 36, 3º quadrimestre de 1976. p. 02-03.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). **Declaração Universal dos Direitos das Crianças: 20 de novembro de 1959**. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). **Convenção sobre os Direitos da Criança**, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> . Acesso em: 14 mar. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOOGLE MAPS. **Centro Piloto de Quintino**. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place>. Acesso em: 19 jan. 2021.

GÖTTEMS, L.B.D.; ALVES, E.D.; SENA, R.R. A enfermagem brasileira e a profissionalização de nível técnico: análise em retrospectiva. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 15, n. 5, set. 2007. p. 1033-40. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n5/v15n5a22.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Tecnologia da Informação a Serviço do SUS. **Taxa de analfabetismo no Brasil**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/alfbr.def>. Acesso em: 18 abr. 2021.

JACOMELI, M. R. M. As Políticas Educacionais da Nova República: do governo Collor ao de Lula. **Revista Exitus**, v. 01, n. 01, jul./ dez. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5531/553156352012.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

LARA, R; SILVA, M. A. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, abr./jun. 2015. p. 275-93.

LIMA, F. S.; VERONESE, J. R. P. **Os direitos da criança e do adolescente: a necessária efetivação dos direitos fundamentais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

LOPES, T. C. Dossiê Pobreza e Assistência: debates historiográficos. Puericultura, eugenia e interpretações do Brasil na construção do Departamento Nacional da Criança (1940). **Tempo**, v. 24, n. 2, mai./ago. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tem/a/nrm6NdRJQTbCLphRFFWzGbs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2021.

LUPPI, C. A. **Malditos frutos do nosso ventre**. São Paulo, SP: Ícone, 1987.

MAGRI, M. M. **Impactos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71 no ensino profissionalizante em enfermagem**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MANTOVANI, R.; MARQUES, M. C. da C. Higiene como prática individual e como instrumento de Estado. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, abr./jun. 2020. p. 337-54. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/yMLRbdcvgNYtQFP5Mr57gYC/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 13 mar. 2023.

MARCÍLIO, M. L. A lenta construção dos direitos da criança brasileira no século XX. **Revista USP**, São Paulo, n. 37, mar./maio 1998. p. 46-57. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/27026>. Acesso em: 08 set. 2022.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, M. C. (org.). **História Social da infância no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

MATHIAS, M. Antes da RETSUS. **Revista RET-SUS**. Rio de Janeiro, n. 41, jan. 2011. p. 2-4.

MEIHY, J. C. S. B; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral**. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, J. S. Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 2, jan. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-da-crianca-no-brasil-conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico>. Acesso em: 13 mai. 2023.

MEMÓRIA GLOBO. **Chacina na Candelária**. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/chacina-na-candelaria/noticia/chacina-na-candelaria.ghtml>. Atualizado em: 28/10/2021. Acesso em: 06 abr. 2021.

MESQUITA, D. L. Cidadania desde a infância e educação para a democracia: da negação da fala à perspectiva de fortalecimento da voz da criança. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NTccBByqp94d3FmCszMhSTj/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 18 out. 2023.

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. **Ofício CBIA nº 428 de 27 de outubro de 1993**. Dispõe sobre Modificações ocorridas na estrutura administrativa do Centro Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente.

MOLIN, G. Les enfants Abandonnés dans les villes italiennes aux XVIII et XIX siècle.. **Annales de Demographie Historique**, 1983. p. 103-124. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/adh_0066-2062_1984_num_1983_1_1571. Acesso em: 10 set. 2022;

MONTEIRO, José Marciano. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MOREIRA, L. S. **Dos barracões aos CIEPs: A Elaboração da Política Educacional Brizolista (1983 a 1987)**. 2020. 651f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MUNHOZ, F.; ELENA, J.; HARAMBOUR, V. Direitos de crianças e adolescentes na América Latina e no Caribe. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Paris, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/direitos-de-criancas-e-adolescentes-na-america-latina-e-no-caribe>. Acesso em: 13 mai. 2023.

ORIONTE, I. **Abandono e institucionalização de crianças significados e sentidos**. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade

- Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1889>. Acesso em: 10 set. 2021.
- PADILHA, M. I. et al. O uso das fontes na condução da pesquisa Histórica. **Texto Contexto Enferm**, v. 26, n. 4, 2017.
- PADILHA, M. I.; BORENSTEIN, M. S. The methodology of historic research in the nursing el método de investigación histórica en la enfermería. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 14, n. 4, out/dez. 2005. p. 575-84.
- PAGNONCELLI, C. **A institucionalização da educação infantil no município de Cascavel: uma abordagem histórica (1970-2013)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- PINHO, E. A. et al. Analisando criticamente a formação de auxiliares e técnicas de enfermagem no Brasil. **Revista Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 29, n. 1/2/3, p. 117-26, 2018. Disponível em: <http://repen.com.br/revista/wp-content/uploads/2018/11/Analisando-criticamente-a-forma%C3%A7%C3%A3o-de-auxiliares-e-t%C3%A9cnicas-de-enfermagem-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- PORFÍRIO, Francisco. Biografia de Darcy Ribeiro. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/biografias/darcy-ribeiro.htm>. Acesso em: 07 nov. 2021.
- RIO DE JANEIRO. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer nº 402 de 21 de setembro de 1989a**. Dispõe sobre a convalidação de estudos dos alunos dos cursos de qualificação profissional na área da saúde.
- RIO DE JANEIRO. **Convênio de nº 034-A/00/93, de 10 de agosto de 1993** entre a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência com a intervenção da União Federal. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 12 ago. 1993, nº 152, p.19.
- RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 21.752 de 08 de novembro de 1995a**. Dispõe sobre o Centro de Educação Integral do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/141408/decreto-21752-9>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 22.011 de 09 de fevereiro de 1996a**. Dispõe sobre transferência da Secretaria de Estado de Educação para a estrutura da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, a Fundação de Apoio à Escola Pública do Estado do Rio de Janeiro, a FAEP. Disponível em http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_22_011_09021996.htm. Acesso em: 21 nov. 2021.
- RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 22.161 de 06 de maio de 1996b**. Dispõe sobre a criação da unidade escolar que menciona, situada no Centro de Educação Integral (CEI). Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/141890/decreto-22161-96>. Acesso em: 21 nov. 2021.
- RIO DE JANEIRO. **Decreto-Lei nº 42 de 24 de março de 1975**. Cria a Fundação Estadual de Educação do Menor (FEEM), resultante da fusão da FEBEM e da FLUBEM.
- RIO DE JANEIRO. Fundação Escola de Serviço Público. **Concurso público**. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 12 nov. 1995b, nº 234, p.15.
- RIO DE JANEIRO. **Lei 2.735 de 10 de junho de 1997**. Dispõe sobre alteração da Lei nº 1.176. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/144244/lei-2735-97>. Acesso em: 26 jan. 2021.
- RIO DE JANEIRO. **Lei nº 1.534 de 27 de novembro de 1967**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM).
- RIO DE JANEIRO. **Lei nº 1.176, de 21 de julho de 1987**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Apoio à Escola Pública do Estado do Rio de Janeiro (FAEP). Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/151552/lei-1176-87>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- RIO DE JANEIRO. **Lei nº 705, de 21 de dezembro de 1983**. Dispõe sobre o plano de desenvolvimento econômico e social do estado do Rio de Janeiro, para o período de 1984 a 1987. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2022.

RIO DE JANEIRO. Portaria FAETEC nº 79. Dispõe sobre a subordinação pedagógica e administrativa da UPAS à Escola Técnica Estadual República. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 19 fev 2001, nº 37, p. 23.

RIO DE JANEIRO. **Portaria nº 9.287/ DAT de 17 de fevereiro de 1989b**. Dispõe sobre a autorização para FUNABEM ministrar os cursos em nível de primeiro grau. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 14 de abril de 1989. Ano XV, nº 69. Parte 1, p. 9.

RIO DE JANEIRO. **Resolução nº 1.066 de 21 de agosto de 1998**. Concede Medalha Tiradentes à Professora Nilda Teves Ferreira, Secretária De Estado De Ciência E Tecnologia, Pelos Relevantes Serviços Prestados Ao Estado Do Rio De Janeiro. Disponível em <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/152019/resolucao-1066-1998>. Acesso em: 19 ago. 2022.

RIO DE JANEIRO. **Secretaria Estadual de Educação. Ofício nº 04/CDCE de 02 de janeiro de 1991b**. Dispõe sobre modificações na estrutura do núcleo de formação profissional do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos do Hospital Central da FUNABEM.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual de Educação. **Parecer nº 52/91 de 31 de janeiro de 1991a**. Diário Oficial do Estado do Rio Janeiro, 07 mar. 1991.

RIO DE JANEIRO. **Nomeação de Celso do Nascimento Faustino**. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 22 jan. de 1996.

RIZZINI, I; PILOTTI, F. **A Arte de Governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZOTTO, M. L. F. In PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

ROSEMBERG, F.; MARIANO, C. L. S. A convenção internacional sobre os direitos da criança: Debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, set./dez. 2010. p. 693-728. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/gvh6jf9BxZFWyZzcbSDWpzk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SANTIAGO, M. M. de A.; LOPES, G. T. L.; CALDAS. N. P. C. Educação em enfermagem através da REBEN: 1 990–2001. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 55, n. 3, maio/jun. 2002. p. 336-43. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/NRW9HcgpDSvGKLLNpt7v4vm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 out. 2022.

SANTOS, F. B. O. **Escola de Enfermagem Carlos Chagas**: Projeto, mudanças e resistência 1933-1950. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SANTOS, I. **Marchar não é caminhar**: interfaces políticas e sociais das religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

SCHUBERT, J. Daniel. Sofrimento / violência simbólica. In: GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 234-252.

SILVA, A. **Enfrentando o estigma contra pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias**. Brasília: Instituto Veredas, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/sinteseevidencias_estigma_setembro1.pdf. Acesso em: 18 fev. 2023.

SILVA, G. T. R. et al. Marcos históricos e legais da educação profissional técnica de nível médio em enfermagem no Brasil ao longo de 90 anos. **Hist Enferm Rev Eletrônica**, v. 13, n. 2, 2022. p. 7-20. Disponível em: <https://here.abennacional.org.br/here/v13/n2/a1.pdf>. Acesso em: 09 set. 2023.

SOUZA, Daniele. Você conhece Inhaúma? Disponível em: <https://www.invivo.fiocruz.br/historia/historia-voce-conhece-inhauma/>. Acesso em: 07 set 2023.

SOUZA, F. A. A Institucionalização do Atendimento aos Menores - O SAM. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 12, n. 24, jul./dez. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347698705_A_Institucionalizacao_do_Atendimento_aos_Menores_-_O_SAM. Acesso em: 06 mar. 2023.

TAMBELLINI, A. T. et al. A Abrasco e os Anos de Chumbo: a Comissão da Verdade no campo da saúde. In: LIMA, N.T.; SANTANA, J.P.; PAIVA, C. H. A. (orgs.). **Saúde coletiva: a Abrasco em 35anos de história** [online]. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2015. p. 69-99. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/q4gzb/pdf/lima-9788575415900-05.pdf> . Acesso em: 28 ago. 2022.

TONÁCIO, G. M. **O processo de criação do curso normal superior no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e a sua adequação em Curso de Pedagogia: a tradição como farsa**. 2011. 643f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TRINDADE, J. M. B. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, set. 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26357576_O_abandono_de_crianças_ou_a_negação_do_obvio/link/00b5bbd30cf2d1b855052eda/download. Acesso em: 30 out 2021;

VIANNA, A. R. B. **O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, 198 p. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/resenhas/res10-2.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

ZANELLA, M. N. **Da institucionalização de menores à Desinstitucionalização de crianças e adolescentes: os Fundamentos ideológicos da extinção da FUNABEM como solução neoliberal**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. 2018. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/teses/2018/2018%20-%20Maria%20Nilvane.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

Referências de Jornais – Hemeroteca Digital Brasileira

MINISTRO inaugura hoje Centro de Estudos: FUNABEM. **Jornal Imprensa**, p. 2, 2 dez. 1974.

ALENCAR, Marcelo. O marco da grande virada. **Jornal do Brasil**, p. 11, 25 nov. 1996.

ASSISTÊNCIA a menores desvalidos e transviados: Vão ser inaugurados o Pavilhão Anchieta e o Hospital do SAM. **Correio da Manhã**, p. 5, 24 set. 1944.

BARROS, Maria Luisa. A referência no ensino público carioca. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 19, 08 jan. 1998.

BRAGA, T. Monumento ao absurdo. **Jornal do Brasil**, coluna Informe JB, Rio de Janeiro, p. 6, 16 dez. 1993.

BRIZOLA começa a governar às 11h. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, p. 8, 15 de mar. 1991.

BRIZOLA é insultado e escapa de agressão. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 15, 28 jul. 1993.

BRIZOLA reativa Fundação de apoio. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, p. 8, 25 de set. 1991.

CAVALCANTE, M. A. Complexo para receber menores está ocioso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 16, 6 jan. 1994.

CEI conquista o ISO 9002. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, p. 3, 18 nov. 1998.

CEI é modelo de ensino técnico. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. A4, 10 de mai. 1997.

CIDADANIA, uma nova questão para a educação. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 2, 23 nov. 1993.

COLLOR está fora do poder. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 01, 30 set. 1992.

- COMISSÃO vai definir o projeto para o Centro Piloto de Quintino. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, p. 2, 9 fev. 1995.
- CURSOS do hospital preparam para o mercado de trabalho. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 18, 16 dez 1990.
- SEGAL, Danielle. Centros de Ensino: educação nota 10. **Revista Manchete**, p. 89, 11 abr. 1998.
- DE VOLTA ao SAM: a procura do certo. **Correio da Manhã**, 30 maio 1954;
- DENTRO de seis meses mudança do SAM para Praia Vermelha. **A Manhã**, p. 2, 03 julho 1947.
- ESCOLA impressiona. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. A2, 20 jun. 1997.
- ESCOLA XV busca recurso. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 14, 13 fev. 1996.
- FAEP já tem nova presidente. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, p. 6, 9 abr. 1996.
- FCBIA assina convênio de assistência ao menor. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, p. 5, 7 de jun. de 1991.
- REPÚBLICA das Crianças. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 4, 15 de abril de 1992.
- FCBIA oferece cursos na área da saúde. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, p. 7, 2 de jan. 1993.
- GOVERNADOR dá posse a 7 novos conselheiros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 21, 2 fev. 1995.
- HOSPITAL oferece cursos para auxiliares. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 8, 04 fev. 1992.
- ITAMAR consegue escapar dos manifestantes. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, p. 4, 15 de mai. de 1993.
- LOBO, Flávia da Silveira. Trouxe para cá apenas o meu coração e a minha boa vontade. **A Cruz**, p. 5, 19 de setembro de 1948.
- LUA, Daniele. A secretária do futuro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. A-13, 02 mai. 1998.
- MÁIRAN, P. Centro Modelo em Quintino. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 16, 30 jul. 1993.
- MARCELLO nega ter abandonado os menores. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 27, 08 de abr. de 1997.
- MARQUEIRO, P. S. Antiga FUNABEM se torna Escola de Hotelaria. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 22, 10 set. de 1995.
- MENINOS do Rio que nunca serão meninos de rua. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, p. 6, 5 ago 1995;
- MESA redonda de jornalistas no SAM para debate do angustioso problema do menor desvalido ou delinquente. **A Manhã**, p. 8, 01 de julho 1947.
- MINISTRO inaugura hoje Centro de Estudo: FUNABEM. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 2, 02 de dez 1974;
- MINISTRO visita o Rio. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, p. 3, 09 de mai. 1997.
- MINISTRO vitoria CEI em Quintino. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, p. 3, 19 abr. 1997.
- MOMENTOS de viva sensação na sede do SAM com a visita do Presidente Dutra. **A Manhã**, p. 2, 02 de julho 1947.
- MOREIRA usa como peões amigos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 20 set. 1987.
- NILDA Teves toma posse na secretaria de tecnologia. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. A-13, 22 jan. 1998.
- NOMEADA comissão para administrar Complexo. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, p. 3, 11 fev. 1995.
- PRESIDENTE do FCBIA pede demissão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 16, 28 jul. 1993.
- PROTESTO por fechamento do Centro. **Jornal do Brasil**, coluna Opinião dos Leitores, Rio de Janeiro, p. 8, 11 jul. 1995.
- RIO fecha centro de tratamento para drogados. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 13, 09 jul. 1995.
- RIO pode ter CIAC gigante. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 31, 9 nov. 1991.

- RIO terá escola de energia nuclear. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, p. 10, 28 abr. 1995.
- SAÚDE. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 04 fev. 1991.
- SAÚDE. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 15 jan 1990.
- SECRETARIA aponta falha em 62 CIEPs no Estado. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 32, 25 nov. 1988.
- SINAIS de descontrole. **Jornal Brasil**, p. 10, 29 jul. 1993.
- TUMULTO em visita de Brizola ao FCBIA. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 5, 28 jul. 1993.
- TUMULTO na procura por vaga em Escola. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. A-12, 06 jan. 1998.
- VIOLÊNCIA força fuga na FUNABEM. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, capa, 22 de ago. 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista para o coordenador/diretor dos cursos da área saúde

Pesquisa: “Agentes envolvidos na manutenção do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência: Implicações para a educação profissional em Saúde (1990-1997)”

Dados do Participante

Nome:

Data:

Local da entrevista:

Cargo:

Tempo de trabalho:

Início da entrevista:

Término da entrevista:

Duração:

Como o Sr. foi trabalhar no Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente?

Que atividades desenvolvia?

Como se dava o funcionamento do Centro de Estudos?

Como eram realizados os cursos da área da saúde, em especial os da enfermagem?

Quando começaram as primeiras turmas do curso de Auxiliar de Enfermagem. Quantas turmas e seus turnos?

Quem era o coordenador do curso de enfermagem? Quem eram os professores?

Quais os demais dos cursos da área da saúde que eram ofertados?

Quem eram as pessoas que podiam se inscrever em tais cursos? Qual a forma de ingresso?

Como eram realizados os estágios dos alunos?

Dentro da Estrutura do Hospital da Criança e do Adolescente onde se localizava o Centro de Estudos?

Quem era o chefe de enfermagem no Hospital da Criança e do Adolescente?

Como a extinção do Hospital da Criança e do Adolescente impactou no seu cotidiano de trabalho?

Como se deu a transição dos cursos da área da saúde que aconteciam pelo Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente no antigo espaço da FCBIA para constituir a Unidade Profissionalizante da Área da Saúde?

O Sr. Tem algum documento, fotos, da época? Tem mais alguma coisa que gostaria de deixar registrado no seu depoimento?

Roteiro de entrevista para os profissionais dos cursos da área da saúde

Pesquisa: “Agentes envolvidos na manutenção do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência: Implicações para a educação profissional em saúde (1990-1997)”

Dados do Participante

Nome:

Data:

Local da entrevista:

Cargo:

Tempo de trabalho:

Início da entrevista:

Término da entrevista:

Duração:

Como e quando se deu sua inserção nos cursos da área da saúde do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente?

Que cargo ocupava?

Que atividades desempenhava? Comente sobre suas atividades.

Como era composta a equipe de trabalho?

Como era o funcionamento dos cursos de auxiliar de enfermagem?

Como a extinção do Hospital da Criança e do Adolescente impactou no seu cotidiano de trabalho?

O Sr (a) tem algum documento, fotos, da época? Tem mais alguma coisa que gostaria de deixar registrado no seu “depoimentos discentes!.

Pesquisa: “A extinção da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor: luta pela educação profissional em enfermagem (1990-1997)”

Dados do participante

Nome:

Data:

Local da entrevista:

Cargo: Discente

Tempo de trabalho:

Início da entrevista:

Término da entrevista:

Duração:

Quando se deu sua inserção nos cursos da área da saúde do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente?

Qual o curso que realizou? Em que ano?

Onde realizou seus estágios?

Como era o funcionamento do seu curso e quem eram seus professores?

Com o fechamento do Hospital da Criança e do Adolescente como e onde se deu a continuidade do seu curso?

Como a extinção do Hospital da Criança e do Adolescente impactou no curso que realizava?

O Sr (a) tem algum documento, fotos, da época? Tem mais alguma coisa que gostaria de deixar registrado no seu depoimento?



APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada: “Agentes envolvidos na manutenção do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência: Implicações para a educação profissional em Saúde (1990-1997)”. Que tem como objetivos: Descrever as circunstâncias sociais, políticas e institucionais que influenciaram no fechamento do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente; Analisar as estratégias de luta empreendidas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem, ofertados pelo Centro de Estudos do HCA e Discutir os efeitos simbólicos das estratégias empreendidas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção do Curso de Auxiliar. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido serve para garantir que você recebeu todas as informações necessárias para aceitar participar desta pesquisa. Você deve pedir quaisquer esclarecimentos ao pesquisador sempre que julgar necessário. A pesquisa terá a duração de 04 anos, com o término previsto para dezembro de 2023.

Sua participação não é obrigatória e consistirá em ceder entrevista de acordo com o roteiro de perguntas a ser explicado no momento da pesquisa, sua fala será gravada e posteriormente transcrita, após a transcrição as respostas serão encaminhadas a você para avaliar as informações prestadas e autorizar ou não o uso de seu depoimento no estudo. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento; a recusa, desistência ou suspensão do seu consentimento não lhe acarretará prejuízo de nenhuma ordem. Você não terá custos ou quaisquer compensações financeiras, se necessário, a pesquisadora principal ressarcirá despesas com passagem para o deslocamento na concessão da entrevista e alimentação.

Os riscos potenciais desta pesquisa estão atrelados aos riscos mínimos, como emocional. Porém, ao perceber qualquer risco ou danos significativos ao participante da pesquisa previsto ou não, ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a pesquisadora principal irá avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de suspender temporariamente ou definitivamente a entrevista.

O benefício referente à sua participação está relacionado à contribuição para a ampliação científica na área da enfermagem e da história da enfermagem brasileira.

Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, através de códigos e em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. No entanto, por ser uma pesquisa sócio histórica, você é identificável, em virtude do método histórico narrar um fato verídico, ocorrido em determinado tempo e espaço.

Os dados da pesquisa serão mantidos em arquivo físico e digital sob minha guarda e responsabilidade, por um período de 5(cinco) anos após o término da pesquisa como consta na resolução nº 466/2012.

Você receberá uma via deste termo onde consta os contatos do Comitê de ética em Pesquisa (CEP) e do pesquisador responsável, podendo eliminar suas dúvidas sobre a sua participação agora ou a qualquer momento. Caso concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma sua e a outra do pesquisador responsável.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste Termo de Consentimento e que se trata de uma pesquisa histórica, na qual os participantes tornam-se identificáveis, e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento. Recebi uma via assinada deste formulário de consentimento.

- () **Autorizo** ser identificado(a) nesta pesquisa histórica
() **Não Autorizo** ser identificado (a) nesta pesquisa histórica

Rubrica do (a) participante

Lilian Dias Ennes
Rubrica do Pesquisador (a) responsável
E-mail: lilianennes19@gmail.com (21) 98450-2963

CEP-EEAN/HESFA/UFRJ – Tel: 21-2293-8048- Ramal 200
E-mail: cepeeahesfa@gmail.com

APÊNDICE C

Avaliação de Depoimento Oral

Prezado Participante,

Para o desenvolvimento desta pesquisa e, em respeito aos princípios éticos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde; e levando-se em conta que o depoimento oral após ser submetido ao processo de transcrição, também é submetido à correção de vícios de linguagem e outros que dificultam o entendimento da ideia central, solicito aferir, avaliar e validar o seu depoimento oral, e realizar alterações, caso julgue necessário. Tal medida tem como finalidade minimizar possibilidades de interferências não desejáveis pela pesquisadora na transcrição das entrevistas.

Nome e assinatura do responsável pela validação das informações

APÊNDICE D

CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Ilmo Sr. Diretor (a) da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza,

Solicitamos autorização institucional para a realização da pesquisa intitulada: “Agentes envolvidos na manutenção do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência: Implicações para a educação profissional em saúde (1990-1997)” pela pesquisadora Lilian Dias Ennes. Que tem como objetivos: Descrever as circunstâncias sociais, políticas e institucionais que influenciaram no fechamento do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente; Analisar as estratégias de luta empreendidas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção do curso de Auxiliar de Enfermagem ofertado pelo Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente; Discutir os efeitos simbólicos das estratégias empreendidas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção do curso de Auxiliar de Enfermagem.

Será necessário o acesso aos dados a serem colhidos, através de agendamento para coleta de depoimento oral dos participantes, integrantes da equipe docente e administrativa e aos documentos da unidade, tais como: Diários oficiais, diários de classe, Portarias, relação nominal dos profissionais e discentes que participaram ou concluíram o curso em questão.

Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição conste no relatório final, bem como em futuras publicações na forma de trabalhos científicos.

Ressaltamos que os dados ficarão guardados por cinco anos e depois queimados ou deletados conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), que trata de pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta chefia, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, de de 2021.

Lilian Dias Ennes
Pesquisadora Responsável pelo Projeto

() **Concordamos** com a solicitação

() **Não concordamos** com a solicitação

Nome/Cargo

APÊNDICE E

Ilmo Sr (Sra) Diretor (a) da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza,

Venho por meio deste solicitar a autorização para o uso e divulgação de fotos da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza para ilustrar a relação entre o texto e a imagem, na pesquisa intitulada: “Agentes envolvidos na manutenção do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência: Implicações para a educação profissional em saúde (1990-1997)”.

Rio de Janeiro, de de 2021.

Lilian Dias Ennes
Pesquisadora Responsável pelo Projeto

Concordamos com a solicitação

Não concordamos com a solicitação

Nome/Cargo



APÊNDICE F

Termo de Confidencialidade

Comitê de ética em pesquisa da EEAN/HESFA

“Agentes envolvidos na manutenção do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência: Implicações para a educação profissional em saúde (1990-1997)”

Eu, Lilian Dias Ennes, pesquisadora e coordenadora do presente projeto de pesquisa, me comprometo a preservar a privacidade dos dados coletados no acervo, banco de dados, entre outros, sob a responsabilidade da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza, da Fundação de Apoio à Escola Técnica. Os documentos disponibilizados para consulta serão acessados exclusivamente pela equipe de pesquisa e arquivados em papel ou documento digital sem que haja identificação pessoal das informações coletadas, podendo serem utilizadas siglas para o controle da pesquisa. Os dados coletados serão arquivados de forma a garantir acesso restrito aos pesquisadores envolvidos e guardados por cinco anos. Igualmente, afirmo que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto de pesquisa, e divulgadas de forma anônima.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2021.

Lilian Dias Ennes
Assinatura do pesquisador responsável
Endereço: Brigadeiro Telles Ribeiro, 72 Anil, Rio de Janeiro-RJ
Tel. 21 98450-2963
lilianennes19@gmail.com

ANEXOS**ANEXO A****Instrumento para Exame de Fonte Escrita****1. Identificação**

Arquivo:

Localização:

Título do documento:

Data do documento:

2. Análise Técnica

Suporte do documento:

Estado de conservação do documento:

Autor do documento:

Mensagem do documento:

Circulação /destinatário do documento:

3. Conteúdo

Descrição do documento / assunto:

Síntese do documento:

4. Síntese Interpretativa

Síntese dos elementos relativos ao objeto de Estudo:

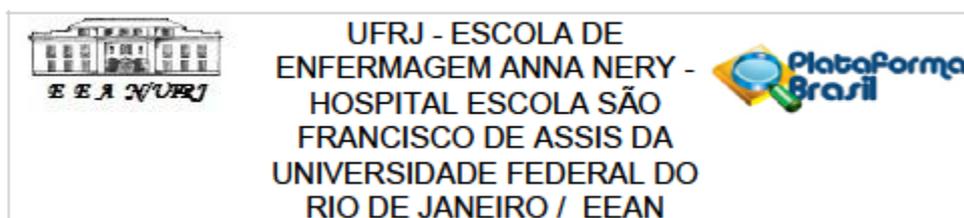
Data:

Assinatura:

Instrumento adaptado do Modelo de Instrumento de Coleta e análise de Documentos. Disciplina Fontes para a pesquisa em Enfermagem. Prof^ª Responsável: Dr^ª Ieda de Alencar Barreira, 2000.

ANEXO B

Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os Efeitos Simbólicos das Estratégias Empreendidas pelos Agentes da Saúde e da Educação para a Manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente

Pesquisador: Lilian Ennes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 45595521.9.0000.5238

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem Anna Nery

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.897.839

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um Projeto de Pesquisa de Doutorado em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulado: "Os Efeitos Simbólicos das Estratégias Empreendidas pelos Agentes da Saúde e da Educação para a Manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente", do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira. Tem por Objeto: Os efeitos simbólicos das estratégias empreendidas pelos agentes da saúde e educação para a manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente. Para melhor elucidar o objeto de estudo desta pesquisa, estabeleceram-se os seguintes objetivos: Descrever as circunstâncias sociais, políticas e institucionais que influenciaram no fechamento do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente; Analisar as estratégias de luta empreendidas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção do curso de Auxiliar de Enfermagem ofertado pelo Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente; Discutir os efeitos simbólicos das estratégias empreendidas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção do curso de Auxiliar de Enfermagem ofertado pelo Centro de Estudos do Hospital da

Endereço: Rua Afonso Cavalcanti, 275

Bairro: Cidade Nova

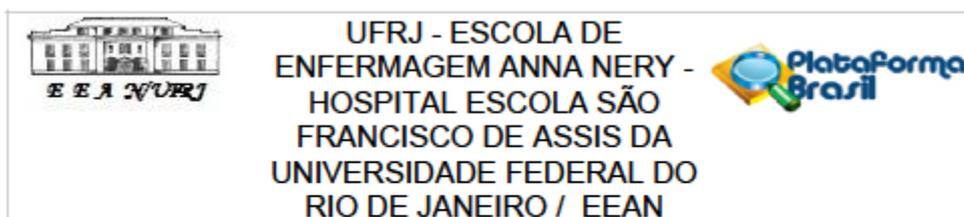
CEP: 20.211-110

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-0962

E-mail: cepeanhesta@eean.uff.br



Continuação do Parecer: 4.697.839

Criança e do Adolescente. A análise dos dados e discussão serão iluminados pelos conceitos da Teoria do Mundo Social, do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Trata-se de um estudo qualitativo de cunho histórico-social. O recorte temporal compreende os anos de 1990 e 1996. O marco histórico inicial foi definido pela criação do Estatuto da Criança e do Adolescente que encerrou as atividades da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM) no Centro Piloto de Quintino, no Rio de Janeiro e 1996 quando o Hospital da Criança e do Adolescente se transformou em uma Unidade Profissionalizante da Área da Saúde (UPAS), herdando os cursos da área da saúde que eram ofertados pelo Centro de Estudos do Hospital da Criança e do adolescente antes da desativação, em 1995. As fontes utilizadas nesta pesquisa serão diretas escritas e orais e indiretas. A organização e classificação do corpus documental dar-se-ão a partir de catalogação de todos os documentos, em sequência cronológica, para facilitar o processo de análise e correlação das fontes diretas. Visando atingir a confiabilidade do estudo, o material transcrito será submetido à validação dos dados pelos colaboradores. E, em seguida, será realizada a triangulação dos dados através da confrontação entre fontes diretas e indiretas. Serão utilizados os depoimentos orais obtidos a partir de entrevistas temáticas (semi-estruturada) a serem realizadas pela pesquisadora. As entrevistas serão dirigidas aos participantes que trabalharam na coordenação/administração, docência e os discentes do curso Auxiliar de Enfermagem no recorte temporal do estudo. Também serão incluídos depoimentos orais do acervo do Centro de Memória da Fundação de Apoio à Escola Técnica. Os critérios de exclusão serão: apresentar comprometimento da memória ou outro comprometimento físico ou cognitivo que impeça a realização da entrevista. O cenário da pesquisa será a Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza, da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), antiga UPAS.

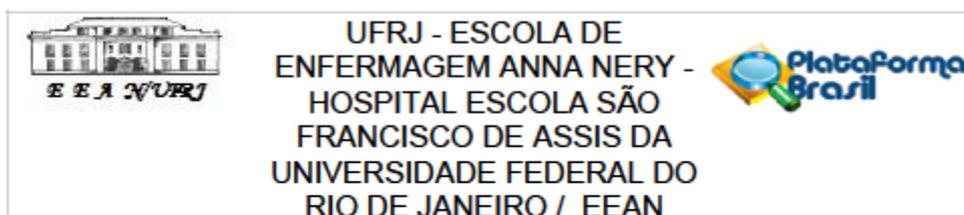
Objetivo da Pesquisa:

Descrever as circunstâncias sociais, políticas e institucionais que influenciaram no fechamento do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente;

Analisar as estratégias de luta empreendidas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção do curso de Auxiliar de Enfermagem ofertado pelo Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente;

Discutir os efeitos simbólicos das estratégias empreendidas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção do curso de Auxiliar de Enfermagem ofertado pelo Centro de Estudos do

Endereço: Rua Afonso Cavalcanti, 275
 Bairro: Cidade Nova CEP: 20.211-110
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)3938-0962 E-mail: cepeeanhsta@eean.ufrj.br



Continuação do Parecer: 4.697.839

Hospital da Criança e do Adolescente.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos potenciais desta pesquisa estão atrelados aos riscos mínimos, como o fator emocional. Porém, ao perceber qualquer risco ou danos significativos ao participante da pesquisa previsto ou não, ao TCLE, a pesquisadora principal irá avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de suspender temporariamente ou definitivamente a entrevista.

Benefícios:

O benefício referente à sua participação está relacionada à contribuição para a ampliação científica na área da enfermagem e da história da enfermagem brasileira.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de tese de doutorado com temática inédita, exequível e de muita relevância.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Verificar nas pendências

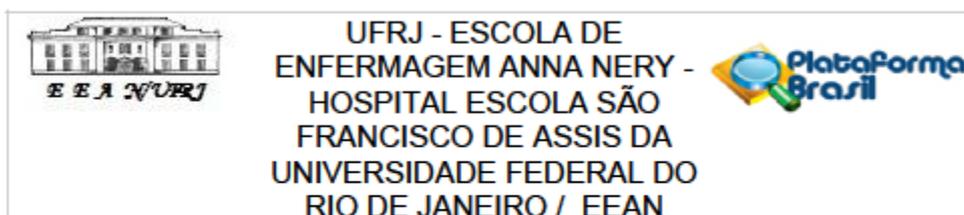
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- 1) Folha de Rosto para pesquisa envolvendo seres humanos: Adequado
- 2) Projeto de Pesquisa: Adequado.
- 3) Orçamento financeiro e fontes de financiamento: Adequado
- 4) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Adequado
- 5) Cronograma: Adequado
- 6) Anuência da Instituição cenário: adequada
- 7) Instrumentos de coleta de dados: Adequado
- 8) Termo de confidencialidade: Adequado

Considerações Finais a critério do CEP:

Após avaliação do atendimento às pendências, o Comitê de Ética em Pesquisa da EEAN/HESFA/UFRJ, de acordo com o previsto na Resolução 486/12 do CNS/MS, APROVOU o

Endereço:	Rua Afonso Cavalcanti, 275	CEP:	20.211-110
Bairro:	Cidade Nova		
UF:	RJ	Município:	RIO DE JANEIRO
Telefone:	(21)3938-0962	E-mail:	cepeeanhsta@eean.ufrj.br



Continuação do Parecer: 4.697.839

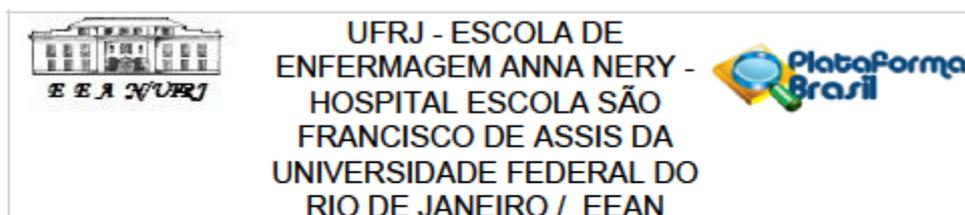
Protocolo de Pesquisa ad referendum em 07 de maio de 2021.

Caso o(a) pesquisador(a) altere a pesquisa é necessário que o projeto retorne ao Sistema PLATBR para uma futura avaliação e emissão de novo parecer. Lembramos que o(a) pesquisador(a) deverá encaminhar o relatório da pesquisa após a sua conclusão, como um compromisso junto a esta instituição e ao Sistema Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1734782.pdf	28/04/2021 18:02:54		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_modificado.pdf	28/04/2021 17:59:51	Lilian Ennes	Aceito
Outros	formulario_pendencias.pdf	28/04/2021 17:56:42	Lilian Ennes	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	28/04/2021 14:40:38	Lilian Ennes	Aceito
Outros	avaliacao_de_depoeimento.pdf	14/04/2021 19:17:56	Lilian Ennes	Aceito
Outros	roteiro_de_entrevista.pdf	14/04/2021 19:14:44	Lilian Ennes	Aceito
Outros	termo_de_uso_de_imagem.pdf	14/04/2021 19:07:40	Lilian Ennes	Aceito
Outros	instrumento_para_exame_de_fonte_escrita.pdf	14/04/2021 19:07:01	Lilian Ennes	Aceito
Outros	termo_de_confidencialidade.pdf	14/04/2021 19:02:27	Lilian Ennes	Aceito
Declaração de concordância	carta_de_anuencia.pdf	14/04/2021 18:49:07	Lilian Ennes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14/04/2021 18:38:12	Lilian Ennes	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	14/04/2021 18:37:56	Lilian Ennes	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	14/04/2021 18:37:28	Lilian Ennes	Aceito

Endereço: Rua Afonso Cavalcanti, 275
 Bairro: Cidade Nova CEP: 20.211-110
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)3938-0962 E-mail: cepeeanhsta@eean.ufrj.br



Continuação do Parecer: 4.697.839

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 07 de Maio de 2021

Assinado por:
Maria Angélica Peres
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Afonso Cavalcanti, 275
Bairro: Cidade Nova CEP: 20.211-110
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-0962 E-mail: cepeeanhsta@eean.ufrj.br

ANEXO D
Orçamento da Pesquisa

Nome do Projeto: “Os efeitos simbólicos das estratégias empreendidas pelos agentes da saúde e da educação para a manutenção do Curso de Auxiliar de Enfermagem do Centro de Estudos do Hospital da Criança e do Adolescente”.

	VALOR R\$	VALOR R\$
Material de consumo	papel A4 (10 pacotes)	150,00
	cartucho de impressora (3)	300,00
	<i>pen drive</i> 64 (1)	50,00
	encadernação capa dura	400,00
Despesas com os colaboradores da pesquisa e outros	livros	1.000,00
	xerox dos documentos	200,00
	deslocamentos/alimentação	500,00
	Correção de texto	1.500,00
	Taxa para publicação de artigo	4.000,00
	Participação em eventos científicos	2.000,00
	Total	10. 100,00

Pesquisador Responsável: Lilian Dias Ennes

Fonte (Instituição): Financiamento Próprio

Comentários:

Assinatura do Pesquisador